



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

REINAUGURANDO BRASÍLIA

POR UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

E SOLIDÁRIO

PLANO PLURIANUAL 1996 - 1999

BRASÍLIA, 1995

LEI Nº 876 DE 20 DE junho DE 1995

Dispõe, nos termos do artigo 166 da Lei Orgânica do Distrito Federal, sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 1996-1999 e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL,
FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 1996-1999, estabelecendo, para o período, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública do Distrito Federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada.

Parágrafo Único - As diretrizes, os objetivos, as metas e as despesas a que se refere este artigo são especificadas nos Anexos desta Lei, observada a seguinte estruturação:

- a) Anexo I - Tendências, Condicionantes, Fundamentos e Metodologia;
- b) Anexo II - Prioridades, Diretrizes e Programas;
- c) Anexo III - Diagnósticos, Objetivos, Diretrizes Setoriais e Metas;
- d) Anexo IV - Orçamento do Plano.

Art. 2º - A lei de diretrizes orçamentárias, em cada exercício, procederá ao detalhamento das metas estabelecidas no Plano Plurianual para o quadriênio 1996-1999.

§ 1º - O Poder Executivo, por intermédio da Secretaria de Fazenda e Planejamento, deverá implantar o Sistema de Acompanhamento da Ação Governamental com vistas à avaliação da programação orçamentária anual e da execução físico-financeira das metas a que se refere este artigo.

§ 2º - Fica assegurado à Câmara Legislativa do Distrito Federal o acesso às informações do Sistema de Acompanhamento a que se refere o parágrafo anterior.

Art. 3º - Os valores das despesas e das correspondentes necessidades de recursos, constantes do Anexo IV desta Lei, são orçados segundo preços vigentes em fevereiro de 1995.

Parágrafo Único - Os valores, a que se refere este artigo, poderão ser corrigidos em conformidade com critérios de indexação estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias para o exercício de 1996 a 1999.

Art. 4º - Revisões ou modificações do Plano Plurianual, de que trata esta Lei, se darão anualmente, com o mesmo prazo de encaminhamento do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, através de Lei específica e ocorrerão quando se observar:

I - a necessidade de ajustamento do Plano a alterações da realidade social, econômica e financeira do Distrito Federal;

II - ao processo gradual de reestruturação do gasto público distrital.

Art. 5º - Durante a vigência do Plano Plurianual para o quadriênio 1996-1999, as leis de diretrizes orçamentárias e as leis orçamentárias anuais, assim como os planos e programas setoriais que vierem a ser executados pela Administração Pública Distrital, deverão guardar coerência com as diretrizes, objetivos, diretrizes setoriais e metas, constantes dos Anexos II e III desta Lei, ressalvadas as alterações ocorridas nas revisões previstas no art. 4º desta Lei.

Art. 6º - O Poder Executivo apresentará à Câmara Legislativa do Distrito Federal, por ocasião da abertura de cada sessão legislativa, relatório do exercício anterior, contendo a avaliação do cumprimento de metas e consecução dos objetivos previstos no Plano Plurianual.

§ 1º - A Câmara Legislativa poderá solicitar a instalação de audiências públicas para os programas considerados prioritários ao desenvolvimento sócio-econômico do Distrito Federal.

§ 2º - O primeiro relatório deverá ser apresentado por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1997.

Art. 7º - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 20 de junho de 1995.
107ª da República e 35ª de Brasília.

CRISTOVAM BUARQUE

Anexo da Lei nº 876 de 20 de junho de 1995

SIGLAS UTILIZADAS

- AETI - Assessoria Especial da Terceira Idade
- AIR - Adicional do Imposto de Renda
- AR - Administração Regional
- ARP-DF - Arquivo Público do Distrito Federal
- BRB - Banco de Brasília S/A
- CAESB - Companhia de Água e Esgoto de Brasília
- CAIC - Centro de Atendimento Integral à Criança
- CAS - Centro de Apoio Social

- CAT - Comunicação de Acidentes de Trabalho
- CBMDF - Corpo de Bombeiro Militar do Distrito Federal
- CDCA - Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente
- CDI - Conselho de Desenvolvimento Industrial
- CEDRHUC - Centro de Desenvolvimento de Recursos humanos
- CEASA/DF - Centrais de Abastecimento do Distrito Federal
- CEB - Companhia Energética de Brasília
- CIPAS - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
- CLDF - Câmara Legislativa do Distrito Federal
- CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- CODEPLAN - Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central
- CONPLAN - Conselho de Planejamento Territorial e Urbano
- CORDE - Coordenação de Integração para Pessoa Portadora de Deficiência
- COSE - Centro de Orientação Sócio-Educativo
- DATAPREV - Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social
- DEFER - Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação
- DER - Departamento de Estradas de Rodagem
- DETRAN - Departamento de Trânsito do Distrito Federal
- DF - Distrito Federal
- DIEESE - Departamento Intersindical de Estudos Sócio-Econômico
- DMTU - Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos
- EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
- EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- ENG - Entidade não-governamental
- FAAC - Fundo de Apoio à Arte e à Cultura
- FAP - Fundação de Apoio à Pesquisa
- FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador
- FCDF - Fundação Cultural do Distrito Federal
- FCO - Fundo Constitucional do Centro-Oeste
- FEDF - Fundação Educacional do Distrito Federal
- FGV - Fundação Getúlio Vargas
- FHB - Fundação Hemocentro de Brasília
- FHDF - Fundação Hospitalar do Distrito Federal
- FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos
- FSS/DF - Fundação do Serviço Social
- FUNDEF - Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal
- FZDF - Fundação Zoobotânica do Distrito Federal
- GDF - Governo do Distrito Federal
- GEP - Gestão Estratégica Participativa
- ICMS - Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
- ICT - Instituto de Ciência e Tecnologia
- IDHab - Instituto Habitacional do Distrito Federal
- IDR - Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos
- IEMA - Instituto de Ecologia e Meio Ambiente do Distrito Federal
- INSS - Instituto Nacional de Seguro Social
- IPASFE - Instituto de Previdência Social dos Funcionários Estatutários
- IPDF - Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal
- IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano
- IPVA - Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores
- IS - Instituto de Saúde
- ISS - Imposto Sobre Serviços
- ITBI - Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis
- ITCD - Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos
- IVVC - Imposto Sobre a Venda a Varejo de Combustíveis Líquidos e Gasosos exceto Óleo Diesel
- JBB - Jardim Botânico de Brasília
- JZB - Jardim Zoológico de Brasília
- LODF - Lei Orgânica do Distrito Federal
- MEC - Ministério da Educação e Desporto
- NOVACAP - Companhia Urbanizadora da Nova Capital
- ONG - Organização não-governamental
- PCDF - Polícia Civil do Distrito Federal
- PDES - Plano de Desenvolvimento Econômico e Social
- PDL - Plano Diretor Local
- PDOT - Plano Diretor de Ordenamento Territorial
- PEA - População Economicamente Ativa
- PED - Planejamento Estratégico Democrático
- PIB - Produto Interno Bruto
- PMDF - Polícia Militar do Distrito Federal
- PPA - Plano Plurianual de Investimentos e Aplicações Financeiras
- PRG - Procuradoria Geral do Distrito Federal
- PROCON - Subsecretaria de Defesa do Consumidor
- PRODECON - Programa de Desenvolvimento Econômico
- RA - Região Administrativa
- SA - Secretaria de Agricultura
- SAB - Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A
- SARC - Sistema de Administração de Recursos Computacionais
- SCE - Secretaria de Cultura e Esporte
- SCS - Secretaria de Comunicação Social
- SDSAC - Secretaria de Desenvolvimento Social e Ação Comunitária
- SE - Secretaria de Educação
- SEA - Secretaria de Administração
- SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
- SEFP - Secretaria de Fazenda e Planejamento
- SEG - Secretaria de Governo
- SEMATEC - Secretaria do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia
- SENAITEC - Serviço de Informação e Assessoria Tecnológica
- SSP/DF - Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal
- SES - Secretaria de Saúde
- SESMETs - Serviços Especializados de Segurança e Medicina do Trabalho
- SETUR - Secretaria de Turismo
- SIACI - Sistema de Atendimento ao Cidadão
- SIAFEM - Sistema de Administração Financeira dos Estados e Municípios
- SIC - Secretaria de Indústria e Comércio
- SICAR - Sistema de Controle de Arrecadação
- SIG - Sistema de Informações Geográficas
- SIGRE - Sistema de Gestão de Recursos Humanos
- SIPAM - Sistema de Patrimônio e Material
- SIPRI - Sistema de Promoção de Investimentos e Transferência de Tecnologias para Empresas
- SISEP - Sistema de Informações de Segurança Pública
- SISPLAN - Sistema de Planejamento Territorial e Urbano
- SISPO - Sistema Patrimonial
- SISRH - Sistema de Recursos Humanos
- SITAF - Sistema de Administração Tributária
- SITUR - Sistema de Informação de Transporte Urbano
- SITURB - Sistema de Informação Urbana e Territorial
- SLU - Serviço Autônomo de Limpeza Urbana
- SO - Secretaria de Obras
- ST - Secretaria de Transportes
- STb - Secretaria de Trabalho
- SUCAR - Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais
- TCB - Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília
- TERRACAP - Companhia Imobiliária de Brasília
- TURINFO - Sistema de Informações Turísticas

SUMÁRIO

NOTA PRELIMINAR	3
INTRODUÇÃO	4
Anexo I - Tendências, Condicionantes, Fundamentos e Metodologia	4
1 - Tendências e Condicionantes do Desenvolvimento	4
1.1 - Tendências e Alternativas do Desenvolvimento Internacional	4
1.2 - Tendências e Incertezas do Desenvolvimento Nacional	5
1.3 - Limites e Potencialidades do Distrito Federal	5
1.4 - Fundamentos e Princípios da Ação do Governo	7
2 - Metodologia	8
2.1 - Concepção Geral do Plano	8
2.2 - Bases Metodológicas do Plano	9
2.3 - Financiamento do Plano	9
2.4 - Condicionantes Jurídicas	11
2.5 - Consultas e Participação	11
Anexo II - Prioridades, Diretrizes e Programas	11
3 - Prioridades, Diretrizes Gerais e Programas	11
3.1 - As Grandes Prioridades do Governo	11
3.2 - Diretrizes Gerais	11
3.3 - Os Programas de Governo	12
Anexo III - Diagnósticos, Objetivos, Diretrizes Setoriais e Metas	16
4 - O Poder Legislativo	16
- Câmara Legislativa do Distrito Federal	16
- Tribunal de Contas do Distrito Federal	17
5 - O Poder Executivo	17
- Gabinete da Vice-Governadoria	17
- Secretaria de Administração	18
- Secretaria de Agricultura	20
- Secretaria de Comunicação Social	20
- Secretaria de Cultura e Esporte	23
- Secretaria de Desenvolvimento Social e Ação Comunitária	25
- Secretaria de Educação	27
- Secretaria de Fazenda e Planejamento	29
- Secretaria de Governo	30
- Secretaria de Indústria e Comércio	36
- Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia	37
- Secretaria de Obras	39
- Secretaria de Saúde	41
- Secretaria de Segurança Pública	44
- Secretaria de Trabalho	46
- Secretaria de Transportes	48
- Secretaria de Turismo	49
- Procuradoria Geral	50
Anexo IV - Orçamentação do Plano	51
6 - Despesas à Conta dos Orçamentos Fiscal e da Segur. Social	51
6.1 - O Poder Legislativo	51
- Câmara Legislativa do Distrito Federal	51
- Tribunal de Contas do Distrito Federal	52
6.2 - O Poder Executivo	52
- Gabinete da Vice-Governadoria	52
- Secretaria de Administração	52
- Secretaria de Agricultura	53
- Secretaria de Comunicação Social	55
- Secretaria de Cultura e Esporte	55
- Secretaria de Desenv. Social e Ação Comunitária	56
- Secretaria de Educação	57

- Secretaria de Fazenda e Planejamento	58
- Secretaria de Governo	59
- Secretaria de Indústria e Comércio	61
- Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia	62
- Secretaria de Obras	63
- Secretaria de Saúde	63
- Secretaria de Segurança Pública	64
- Secretaria de Trabalho	65
- Secretaria de Transportes	66
- Secretaria de Turismo	67
- Procuradoria Geral	67
6.3 - Encargos Financeiros do Distrito Federal	67
6.4 - Reserva de Contingência	68
6.5 - Consolidação das Despesas à Conta dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	68
7 - Despesas à Conta do Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	69
7.1 - Quadro Consolidado por Empresa	69
7.2 - Por Subprograma e Principais Projetos Regionalizados	69
- Vinculadas à Secretaria de Agricultura	70
- Vinculadas à Secretaria de Fazenda e Planejamento	70
- Vinculadas à Secretaria de Obras	72
- Vinculadas à Secretaria de Transportes	75

Nota Preliminar

O Plano Plurianual - PPA do Governo do Distrito Federal para o período 1996-1999 teve sua elaboração condicionada aos seguintes pontos:

- A perspectiva de uma reforma administrativa, considerada essencial à operacionalização das estratégias do atual governo.
- A definição das prioridades do governo, que modificam consideravelmente o padrão de alocação de recursos em vigor até 1994. Revolucionando as prioridades, este plano prioriza educação, saúde, segurança e geração de empregos, sintonizados com as estratégias de reversão do quadro de exclusão social que marca, perversamente, a realidade do Distrito Federal.
- O prazo para a elaboração do Plano, estabelecido pela Lei Orgânica do DF é 15 de março de 1995. Trata-se de período extremamente exíguo, dada a complexidade da tarefa e considerando tratar-se de início do governo, quando vários dos decisores estão ainda começando sua gestão. O propósito de fazer um planejamento efetivo, e não apenas um plano orçamentário, vê-se em grande parte limitado pelo prazo reduzido. Mas isso não significou que o PPA tenha sido elaborado fugindo a um processo democrático de consultas, onde foram ouvidos todos os órgãos do governo, inclusive as Administrações Regionais, além de segmentos organizados da sociedade civil.
- Várias das ações do governo podem ser creditadas a mais de um setor de atividades. Assim, é possível encontrar ações de educação não apenas na Secretaria correspondente, mas também em outras, como a do Trabalho. Analogamente, o setor saúde beneficia-se também de atividades como as de saneamento básico, de responsabilidade da Secretaria de Obras. A contabilização dos gastos do governo segundo os diferentes setores deve se dar, portanto, de forma matricial, cada gasto podendo ter mais de uma destinação. Assim, todo dispêndio do governo poderá ter impacto em termos de geração de emprego.
- O Plano Plurianual foi elaborado obedecendo ao critério da transparência, princípio básico do Governo Popular e Democrático, e reflete a realidade do Governo do Distrito Federal. Na elaboração do plano evitou-se a utilização de artifícios orçamentários. Dois exemplos desta prática, utilizados no orçamento de 1995 (elaborado em 1994), merecem ser citados. Trata-se de aspectos constantes da Lei Orçamentária em vigor, que configuram distorção quando projetados nos anos subsequentes e podem gerar erro de interpretação.

Fundação Hospitalar

Visando incluir os recursos necessários ao pagamento de sentenças judiciais devidas pela FHDF em 1995, e dada a impossibilidade do Tesouro do DF alocar o valor de R\$ 171.016.048,00 para atender a tal despesa, os elaboradores do orçamento de 1995 preferiram acrescentar artificialmente este valor ao orçamento da unidade, estimando-se que a referida despesa seria custeada com recursos próprios (fonte 050).

Na elaboração do presente PPA, partiu-se de um enfoque realista, que considera ser esta receita adicional impossível de ser alcançada, haja visto o desempenho nos anos precedentes. Assim

sendo, estimativa de receita própria da Fundação para 1996 está baseada na real perspectiva de arrecadação do órgão.

Na comparação entre os recursos destinados ao setor nos anos de 1995 e 1996 é preciso, portanto, desconsiderar a referida superestimação, que induziria uma avaliação negativa do crescimento real da participação da saúde no PPA.

Secretaria de Educação

A análise da Lei Orçamentária de 1995 revela a existência de superestimação dos valores correspondentes ao item Repasses do MEC. No lugar do valor esperado, em estimativa realista, de R\$ 10 milhões, o orçamento de 1995 (elaborado em 1994) apresenta o valor de R\$ 113.093.686.

A consideração deste valor distorce substancialmente, para cima, a participação relativa da Educação no orçamento. Para efeito de elaboração do PPA, adotou-se o valor realista.

O total de gastos previstos no PPA se distribui em 8,45% para investimentos, em 1996, relativamente à receita total e 72,45% para pessoal, em 1996, em relação às receitas correntes. No período 1997/1999 há uma nítida redução dos gastos com pessoal, paralelamente ao aumento dos investimentos. Graças a um grande esforço de austeridade foi possível manter o custo de pessoal abaixo dos valores estabelecidos na Lei Orçamentária de 1995, que foi elaborada em 1994. Há que se assinalar, entretanto, que a partir de 1996 os únicos incrementos em pessoal se dão nos setores educação, saúde e segurança, considerados pelo atual governo como *investimentos*. Por outro lado, certos gastos com manutenção também devem ser considerados como *investimento*, na medida em que servem para evitar novas e desnecessárias obras: é o caso, por exemplo, da manutenção de prédios, que evita a deterioração do patrimônio público.

Introdução

Com o presente Plano Plurianual (PPA) do Distrito Federal, o segundo de sua série, encerra-se o século XX. Ele sucede o plano anterior (1993-1995), em um processo de continuidade e ruptura, prevalecendo este último aspecto, o que sinaliza uma nova concepção do desenvolvimento sócio-econômico e da gestão pública.

Os objetivos maiores do PPA são os de combater a pobreza e a exclusão social, estimular a implementação de um novo modelo de desenvolvimento econômico e social, instalar uma revolução nas prioridades governamentais e na maneira de governar, com isso, contribuindo decisivamente para a criação de uma nova imagem e auto-imagem de Brasília.

Apesar do curto prazo previsto na Lei Orgânica do Distrito Federal, da dilapidação da cultura do planejamento e da limitação dos sistemas de informação, resultantes de uma concepção primária e pouco clara de governo que prevaleceu no passado recente, a construção do Plano resultou de um debate, do qual participaram diversos setores governamentais e da sociedade, particularmente empresários e trabalhadores.

Tomou-se em consideração, na elaboração do Plano, as grandes tendências do desenvolvimento mundial e nacional, assim como as condicionantes e potencialidades do Distrito Federal, refletindo a concepção de que a definição de objetivos, diretrizes, programas, projetos e metas não pode ser realizada como fruto puro e simples de desejos e intenções.

Resultado, simultaneamente, de um diagnóstico e de um estudo de cenários, aqui apenas brevemente citados, o PPA inspirou-se igualmente nos grandes princípios que nortearam a ação política do cidadão brasileiro e a composição do presente governo, expressos, de forma sintética, na radicalização da democracia e na revolução das prioridades governamentais. Entende, assim, o Governo, e com ele as principais forças políticas da capital do Brasil, que desta forma responde aos anseios de mudança e de participação política manifestos pela população do DF. Desejos que só podem ser respondidos com efetividade pela adoção de uma real transparência governamental que implica, necessariamente, mudanças organizacionais e criação de novos mecanismos de participação e mobilização populares. Sem isso, não existirá qualquer inversão das prioridades anteriormente estabelecidas e o processo de exclusão social, presente entre nós há décadas, tenderia apenas a se consolidar, com conseqüências inimagináveis para o nosso futuro como brasileiros, brasileiros e partícipes da humanidade.

O PPA organiza-se em quatro grandes partes. Na primeira, apresenta, de forma extremamente sintética, as principais tendências e condicionantes do desenvolvimento atual, os fundamentos da ação governamental e a metodologia adotada no processo de construção do Plano. Na segunda, as principais prioridades, diretrizes e programas sintetizam a compreensão da ação governamental. Na terceira parte, abrangendo todos os Poderes e entidades do DF, são arrolados os objetivos, diretrizes, subprogramas, projetos e metas setoriais. Finalmente, na última parte, constam o financiamento e as previsões de despesas ao longo dos quatro anos que abrangem o Plano.

ANEXO I

Tendências, Condicionantes, Fundamentos e Metodologia

1 - TENDÊNCIAS E CONDICIONANTES DO DESENVOLVIMENTO

1.1. TENDÊNCIAS E ALTERNATIVAS DO DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL

Há um quarto de século, o mundo conhece novas e profundas mudanças no padrão técnico-econômico de produção e distribuição, com a criação de novas técnicas produtivas e novos materiais, com repercussões evidentes sobre as relações de trabalho e a organização das unidades de produção e distribuição. Repercussões que se estendem aos valores culturais e às estruturas e relações sociais.

Não apenas as empresas têm sofrido mudanças significativas, mas também os diversos grupos sociais. O mundo do trabalho tradicional definha-se lentamente, sendo substituído por novas formas técnicas que integram um outro contingente social de produção. Como ocorreu com o mundo da produção agrícola na primeira metade deste século, o mundo da indústria reduz-se para dar lugar ao setor de serviços qualificados. Uma nova classe operária estrutura-se neste processo, e um empresariado, absolutamente diverso das velhas figuras que construíram os primórdios da modernidade industrial no século passado, emerge lentamente.

O trabalho formal dá lugar a uma cada vez mais precária força de trabalho. Um contingente de novos pobres emerge nos países mais desenvolvidos, pois a capacidade de criação de emprego do novo padrão produtivo é reduzida em face do contingente crescente de jovens que chegam, a cada ano, ao mundo do trabalho. O desemprego conjuntural é substituído, agora, por um desemprego estrutural. Assim, a nova revolução tecnológica não amplia apenas a capacidade produtiva do homem, mas arrisca simplesmente substituí-lo, pois agora ela incide sobre aquilo que é mais caro ao homem: a inteligência.

Aparentemente, o mundo vive uma situação de mudança radical. Morre a civilização industrial, nasce a sociedade informacional. Morre a modernidade, emerge uma sociedade distinta, cujos traços não sabem, os maiores especialistas, definir com clareza.

Os conflitos sociais assumem novas configurações. O antigo conflito capital/trabalho perde, gradativamente, sua centralidade, seu poder de organizar e situar os atores sociais, de ordenar os partidos políticos e as expressões culturais mais relevantes. A centralidade dos conflitos sociais desloca-se do interior da esfera produtiva para a esfera da reprodução. E, em casos mais extremos, ordena aqueles que se situam no mundo do trabalho contra aqueles que se colocam, por razões as mais diversas, do lado de fora. Se antes o conflito central colocava de frente atores pertencentes a um mesmo mundo (o da produção de mercadorias), agora tende a se localizar entre os incluídos e os excluídos. A maior parte dos movimentos sociais hodiernos constitui, em sua essência, puras expressões do desejo de ingressar no mundo da produção, distribuição e consumo das riquezas produzidas, por parte daqueles que são aliados. A desigualdade social não apenas cresce quantitativamente, como arrisca a mudar de natureza.

Como resultado do novo padrão técnico-econômico, as desigualdades sociais aumentaram consideravelmente não apenas entre os países ricos e pobres, não apenas no interior dos países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento, mas no interior dos países do Primeiro Mundo.

A antiga solidariedade européia com os países pobres, fossem eles africanos, asiáticos ou latino-americanos, desaparece gradativamente no presente cenário mundial. A vitória, na década de 70, da ideologia neoliberal nos governos dos países ricos, apenas fortaleceu e justificou o aumento das desigualdades sociais, desarmando os sistemas de proteção social. A apologia do mito da força do mercado serviu apenas para calar a consciência dos mais ricos.

O sonho europeu de universalizar sua forma de produção, sua cultura, seus valores e ideais está em vias de desaparecer. O Primeiro Mundo fecha-se sobre si mesmo. A circulação de mercadorias, capital e força de trabalho faz-se cada vez mais no interior do hemisfério norte. Apenas alguns poucos países asiáticos parecem ter possibilidades de ingressar, em situação favorável, na nova divisão internacional do trabalho. A maioria dos países africanos, latino-americanos e mesmo asiáticos é empurrada para um maior empobrecimento relativo.

Se no século passado o fantasma do proletariado pairava sobre a cabeça dos novos organizadores da produção, hoje um novo fantasma existe no mundo, não mais pairando sobre a cabeça de uns poucos, mas sobre a de muitos: a exclusão social.

Se o risco da exclusão social é patente e terrível, o aumento da capacidade de produzir riquezas, de se comunicar e de aprender, em um mundo cada vez menor, são sinais alvissareiros de uma possibilidade de justiça social e participação política que inexistiam anteriormente. Não apenas o mundo pode parecer mais igual, como os cidadãos têm, hoje, melhores e novas condições de participação. A democracia pode ser, pela primeira vez, radicalizada, assumir novas e surpreendentes formas.

Em geral, os especialistas situam, na encruzilhada das incertezas do desenvolvimento mundial, duas alternativas imediatas: a da fragmentação, traduzida pela formação de blocos econômicos tentantes a se ensimesmarem, surgindo um novo protecionismo, não mais nacional mas regional; e a da globalização, marcada pela internacionalização progressiva de novos produtos e novos espaços, com a conformação de um mercado internacional de possibilidades jamais antevistas. Nem uma nem outra, no entanto, extinguem a possibilidade da exclusão de partes significativas do planeta, muito pelo contrário.

Tomando em consideração que o futuro é a residência da incerteza, e sua construção depende sobretudo das decisões que os homens tomam no interior de suas organizações, pode-se afirmar que o grande desafio, no contexto mundial, é o de se criar um padrão de desenvolvimento sustentável e solidário que, de um lado, respeite e integre a natureza, assegurando a reposição dos recursos naturais, e de outro lado, seja solidário com todos os homens, independente de sua cor, sexo ou crença religiosa.

Assim, duas concepções de desenvolvimento parecem, hoje, se defrontar no contexto mundial: o desenvolvimento socialmente excludente e o desenvolvimento sustentável e solidário. O PPA é inspirado por esta segunda alternativa, pois ela corresponde aos anseios mais profundos do nosso povo.

1.2. TENDÊNCIAS E INCERTEZAS DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Nenhum país, como o Brasil, concentra de forma tão perfeita os paradoxos do mundo moderno: capacidade produtiva e miséria social. O processo de modernização técnica que conheceu o País, neste século, ao mesmo tempo em que o elevou à condição de uma das potências industriais, introduziu-o no rol dos países de maior desigualdade social e de piores indicadores sociais. A exclusão social é hoje visível: destruidora para uns e incômoda para outros. Na sua superação situa-se o maior desafio nacional. Não apenas dos governantes, mas de toda a sociedade. A ação da cidadania mostrou que grande parte desta tem sensibilidade ao fenômeno e está disposta a dar a sua fatia de sacrifício. Quanto ao poder público, não existem ainda sinais suficientes de que o mesmo esteja ocorrendo.

No bojo das mudanças econômicas que ocorrem no mercado internacional, o Brasil é, provavelmente, o país que melhores condições apresenta, no hemisfério sul, de fazer mudanças que trazem benefícios para todo o seu povo. Não apenas pelos seus recursos naturais, por sua extensão territorial, por sua dimensão populacional, mas também, e sobretudo, porque conseguiu, neste século, criar uma base produtiva considerável e uma força de trabalho qualificada. O Brasil tem potencialidades invejáveis.

O País reúne condições propícias para enfrentar o desafio de construir um novo desenvolvimento sócio-econômico que seja simultaneamente sustentável e solidário. Nenhum outro no mundo tem a sua integração cultural, apesar da imensa desigualdade no acesso a bens e riquezas que interiormente nos separa. Todavia, existem também grandes condicionantes desfavoráveis, particularmente no comportamento econômico, social e cultural de parte significativa de sua elite: dilapidadora do meio ambiente, ostentatória de suas riquezas e prepotente no relacionamento com os outros. Apesar disso, o Brasil é viável.

Nessas condições, o Brasil encontra-se numa encruzilhada, como a maior parte dos países desenvolvidos ou em vias de desenvolvimento: retomar o desenvolvimento excludente que o marcou ao longo deste século ou criar um novo modelo, que universalize a cidadania, radicalize a democracia e desmonte a exclusão social. Embora as tendências mais relevantes apontem na direção da primeira alternativa, é possível lançar as bases de um novo modelo de desenvolvimento econômico, se alguns obstáculos forem vencidos nas perspectivas de médio e longo prazos.

Em primeiro lugar, encontra-se a reformulação do Estado. O regime militar montou um imenso Estado eficiente, autoritário e comprometido exclusivamente com o modelo econômico voraz, antinacional e desigual. Os últimos governos, particularmente o de Collor de Mello, destruiu grande parte da capacidade gerencial do Estado brasileiro. Seu aparato estatístico e de informação foi, em grande parte, destruído, como resultado de uma política irresponsável, de cunho neoliberal. O mal maior, porém, encontra-se no processo de privatização do Estado, com o qual em vez de transformá-lo, dando-lhe a necessária eficiência comprometida com os interesses públicos, opta-se pela negociata de entregar aos interesses privados a custosa infra-estrutura já construída graças a um enorme esforço social no passado.

Em segundo lugar, encontra-se o processo de fragmentação partidária que se instalou, desde a segunda metade dos anos 80, no Congresso Nacional. Não se trata tanto apenas do número de partidos políticos representados, que

aumentou da cinco, em 1982, para vinte, em 1988, quanto do número necessário para constituir a maioria parlamentar de no mínimo quatro partidos, quando antes eram necessários apenas um ou dois.

Em terceiro lugar, como obstáculo à criação de um novo modelo de desenvolvimento sócio-econômico, encontra-se a configuração que assume, gradativamente, o Poder Judiciário. Se, de um lado, a autonomia e o status do Poder Judiciário, egresso da nova Constituição, é um pilar no processo de consolidação democrática, de outro lado, torna os processos de reforma excessivamente morosos, quando não impossíveis. Sobretudo quando predominam um quadro legislativo incongruente com as novas exigências do desenvolvimento e uma concepção formalista e antiquada da lei.

Em quarto lugar, no interior da sociedade grassam, como obstáculo ao novo desenvolvimento, os efeitos perversos de um corporativismo radicalizado. Se as corporações são indispensáveis para a consolidação democrática, o exacerbamento dos interesses corporativos tendem a criar barreiras intransponíveis ao processo de integração social. Como no *apartheid* sul-africano, as corporações, especialmente as empresariais e as das classes médias e operárias, colocam-se, cada vez mais, contra o ingresso, no mundo do trabalho e do consumo moderno, dos segmentos sociais excluídos. Cada qual quer o aumento de seus lucros, rendimentos, salários e vantagens, olvidando a massa daqueles que não têm onde obter renda e o que comer.

Se a superação dessas condicionantes, a longo prazo, é indispensável para a construção de um novo modelo de desenvolvimento, ela é, por si, insuficiente. Seu complemento imprescindível encontra-se na adoção de políticas de integração social, tanto do ponto de vista econômico quanto social. E, neste aspecto, algumas ameaças são notórias.

A condução da atual política econômica contém riscos que, aos poucos, se revelam como grandes ameaças, não apenas à construção de um novo modelo de desenvolvimento como à própria estabilidade econômica, sem falar do risco da cisão social pela explicitação da apartação social. Há um represamento palpável de um processo inflacionário que começa a ganhar corpo, enquanto as políticas cambiais e tarifárias, se não conduzidas com maestria, poderão levar o País ao desastre econômico, que o México demonstrou recentemente.

O caso do México é uma lição importante que os governantes não podem prescindir. Na América Latina e, por conseqüência, no Brasil, o receituário político neoliberal só é viável sob um regime político ditatorial e uma sociedade dividida pela apartação.

O futuro é o mundo das incertezas, mas também das possibilidades. Não existe nenhum destino pré-escrito. Nenhuma lei que torne imperativo o legado neoliberal. Ao contrário, a crise civilizatória coloca o País diante de desafios novos e importantes. A crise é sempre uma situação favorável para a definição de novos rumos. A exclusão social pode ser rompida, a soberania assegurada, o desenvolvimento retomado e a participação social e política renovada. Mas para isso será necessário realizar uma dupla revolução: na maneira de governar e na definição das prioridades.

O mundo atual apresenta diversas condições de otimismo para justificar a possibilidade de uma reorientação do projeto sócio-econômico no Brasil. A intensidade do movimento da ética na política, o próprio deslocamento do problema inflacionário como tema central do debate e das reivindicações sociais, aliado à consciência da fragilidade da estabilidade monetária e à indignação diante da injustificável tragédia social, junto com o desejo social de uma estabilidade que vá

além da moeda, permitem imaginar que é chegado o momento histórico de a sociedade brasileira dar o salto da ética na política, fazendo prevalecer novas prioridades.

O presente Plano, nas definições de suas prioridades, políticas e programas, pretende ser uma colaboração para a construção deste novo modelo de desenvolvimento: sustentável e solidário. Brasília, como capital do País, pode assumir o seu papel efetivo não apenas de capital administrativa, mas também como centro de decisões e influência sobre o destino nacional. Brasília foi, e é, e poderá vir a ser, ainda com mais veemência, um fator de integração nacional e, sobretudo, social.

1.3. LIMITES E POTENCIALIDADES DO DISTRITO FEDERAL

Aspectos Físico-Territoriais

O Distrito Federal localiza-se na Região Centro-Oeste, fazendo fronteira com os Estados de Goiás e Minas Gerais.

Possui área de 5.783 Km², distribuídos por 19 Regiões Administrativas, conforme o quadro ao final do item.

A partir de seu desenvolvimento econômico e de sua consolidação como centro urbano de grande porte, Brasília passa a exercer forte influência sobre uma vasta região do Planalto Central.

A Região Geoeconômica de Brasília é constituída, além do Distrito Federal, por 96 municípios: de Goiás (80), de Minas Gerais (13) e do Tocantins (03), totalizando cerca de 190.000 Km². Delimitada em 1975, é certamente passível de revisão, com a incorporação de outros municípios de Minas Gerais, Goiás, Tocantins e estendendo-se até o oeste da Bahia.

Entretanto, em face da observação de relações diferenciadas mantidas com o Distrito Federal, delimitou-se uma área de transição entre o Distrito Federal e o conjunto da Região Geoeconômica, composta por 17 municípios goianos e 2 mineiros, convencionalmente denominada "Entorno do DF". Mas, mesmo no interior dessa área, há diferenças marcantes. Existem municípios em processo de conurbação com o Distrito Federal, que exercem papel de cidade-dormitório para mão-de-obra empregada no DF (Luziânia, Cidade Ocidental, Santo Antônio do Descoberto e Planaltina); municípios que têm função de centro regional (Unai e Formosa); e um terceiro grupo de municípios economicamente estagnados, de estrutura essencialmente rural. Essa região possui 47.891 Km².

REGIÕES ADMINISTRATIVAS	Km ²
I. BRASÍLIA	473,07
II. GAMA	276,12
III. TAGUATINGA	121,35
IV. BRAZLÂNDIA	474,00
V. SOBRADINHO	586,00
VI. PLANALTINA	1.537,20
VII. PARANOÁ	851,92
VIII. NÚCLEO BANDEIRANTE	82,42
IX. CEILÂNDIA	232,00
X. GUARÁ	45,70
XI. CRUZEIRO	9,00
XII. SAMAMBAIA	106,00
XIII. SANTA MARIA	211,25
XIV. SÃO SEBASTIÃO	383,16
XV. RECANTO DAS EMAS	101,48
XVI. LAGO SUL	190,24
XVII. RIACHO FUNDO	54,53
XVIII. LAGO NORTE	57,49
XIX. CANDANGOLÂNDIA	6,65

ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

A população do Distrito Federal, segundo o censo demográfico de setembro/91, totalizava 1.601.094 habitantes. Comparativamente ao último censo (1980), que apontou 1.176.000 habitantes, a população cresceu 36,2%, com um incremento médio anual de 2,84%.

A população é essencialmente urbana - 94,7%. A densidade demográfica também é elevada, tendo atingido, em 1991, 277 hab/Km².

As Regiões Administrativas que apresentavam maior taxa de crescimento populacional foram: Paranoá, com 14,8%, e Planaltina, com 6,03%. Brasília e Gama apresentaram as menores taxas, com 0,34% e 0,39%, respectivamente.

Quanto à densidade demográfica, a maior verificou-se no Cruzeiro, com 5.692,92 hab/Km², e o Paranoá com a menor, 45,72 hab/Km².

Para o ano 2000 é esperado um total de 2 milhões de habitantes no Distrito Federal.

ASPECTOS ECONÔMICOS

A atividade econômica no Distrito Federal está fortemente assentada no setor Terciário, que em 1990 respondia por 89,0% do PIB, secundado pelo setor Secundário, com 10,5% (notadamente construção civil). O setor Agropecuário representava apenas 0,5% do PIB.

Entre 1980 e 1990, o Produto Interno Bruto do Distrito Federal apresentou um crescimento real de 64,9%, ou 5,13% ao ano. Considerando-se que a população cresceu 2,85% a/a, constata-se que o PIB per capita teve aumento médio real de 2,22% a/a.

De acordo com a FGV, o PIB do Distrito Federal foi estimado para 1994 em 5,4 bilhões de dólares ou 1,37% do PIB nacional, estimado em US\$ 393,1 bilhões. O PIB per capita em 1994 teria sido de US\$ 3.095, o que representava 22% acima da média nacional (US\$ 2.541).

Emprego e Renda

A População Economicamente Ativa no Distrito Federal somava 769,7 mil pessoas em dezembro de 1994, ou seja, 59,3% da população em idade ativa (1.298 mil pessoas).

Do total da PEA, 13,6% (104.500 pessoas) achavam-se desempregadas.

A incidência do desemprego é maior entre as mulheres (16,1%) do que entre os homens (11,5%), atinge sobretudo a juventude: 37,8% na faixa etária de 10 a 17 anos e 21,9% na faixa de 18 a 24 anos, e revela-se mais acentuadamente nas regiões administrativas de menor renda.

Das 665,2 mil pessoas que, em Dezembro de 1994, formavam o pessoal ocupado, o setor Serviços aparece na frente com 41,2%, seguido da Administração Pública, 20,46%, e o Comércio, com 16,23%.

Cerca de 75% do pessoal ocupado no Distrito Federal, ou seja, 490.000 pessoas, em Fevereiro/94 (último dado disponível) possuíam rendimento do trabalho de até cinco salários-mínimos.

Com rendimento de até um salário-mínimo, nada menos que 191,3 mil pessoas, ou 29,4% do total do pessoal ocupado. Se somarmos os 120,3 mil desempregados no mês considerado, chega-se a 40,4% da PEA com rendimento de até um salário-mínimo.

Setores da Economia

Agropecuária

Apesar de sua participação em proporções residuais na economia do Distrito Federal (2% do seu PEA e 0,5% do PIB), a atividade agropecuária ocupa, hoje, lugar de destaque, por estar inserida numa estratégia de inclusão social e melhoria da qualidade de vida da população.

A fim de tornar visível a participação desse setor produtivo nessa estratégia, faz-se necessária a intervenção em seu modelo fundiário.

Em 1992, segundo o Ministério da Agricultura, existiam no Distrito Federal 7.021 estabelecimentos rurais, ocupando 264.723 hectares (45,8% da área territorial total do DF), sendo 202.395 ha. constituídos de áreas aproveitáveis (76,5%), e, deste total, 120.328 ha. de áreas exploradas.

Com relação à Produção, a reestruturação fundiária deve ser acompanhada de uma orientação para produtos, onde haja uma vantagem comparativa entre o pequeno e médio produtores. A produção, hoje, encontra-se identificada com um modelo não-compatível de estratégia de desenvolvimento.

O total da produção alcançou na safra de 1991/92, 195,8 mil toneladas, ou apenas 0,3% da safra nacional. Em contraposição, a produção obtém auto-suficiência em alguns de seus itens, sendo interessante notar sua identificação com a pequena propriedade.

Em relação à Pecuária, a legislação atual abriu a possibilidade de beneficiamento de produtos na propriedade, permitindo uma ligação mais direta entre produtor e consumidor. A baixa participação da produção local no mercado interno indica a possibilidade de expansão da atividade.

Em 1991, o rebanho bovino somava 101,6 mil e o suíno, 38 mil cabeças. Os demais eram inexpressivos. O efetivo avícola totalizava 3,64 milhões em 1991.

Setor Industrial

A atividade industrial, no Distrito Federal, revela-se bastante modesta. Apenas 14% da população ativa pertence a esse setor.

De acordo com dados de 1990, que provavelmente se mantêm estáveis, em seu conjunto o setor industrial respondia por apenas 10,4% do PIB total, e representava, em 1994, cerca de 10% dos postos de trabalho do Distrito Federal.

Três setores da indústria de transformação são responsáveis por cerca de 50% do pessoal ocupado do setor Secundário (1994): construção (44,32%), alimentação (4,2%) e editorial gráfico (2,1%).

São, ao todo, 3.774 estabelecimentos e 123.066 pessoas envolvidas no setor. Os estabelecimentos industriais situam-se sobretudo em Brasília (47,38%), Taguatinga (18,18%) e Ceilândia (9,75%). Deve-se destacar o caso do Núcleo Bandeirante, onde os estabelecimentos comerciais saltaram de 4,38%, em 1990, para 7,05%, em 1993.

Setor Terciário

Trata-se, efetivamente, do mais importante setor da economia do Distrito Federal. Em seu conjunto, respondia, em 1990, por nada menos que 89% do PIB local e empregava, em 1994, quase 90% do pessoal ocupado.

Há de se destacar, dentro do setor, o grande peso, em Brasília, do segmento Administração Pública, decorrente da sua condição de Capital Federal. Ele responde por mais de 20% do pessoal ocupado e representava, em 1990, 38% do PIB do Distrito Federal.

Em larga medida, a Administração Pública é responsável pelo dinamismo de outros segmentos, como a atividade comercial, a atividade financeira e a prestação de serviços diversos.

Eram 67.495 estabelecimentos comerciais em 1990, principalmente situados em Brasília (50%) e no eixo Taguatinga/Ceilândia (quase 30%), sendo microempresas a maioria desses estabelecimentos.

INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA

Energia

O Distrito Federal é quase que totalmente dependente da importação estadual para o suprimento de suas necessidades energéticas. O consumo em 1990, incluindo todas as modalidades de produção de energia (elétrica, eólica e por combustão), foi equivalente a 1.214 milhões de toneladas de petróleo (tEP) e 97,4% foi importado.

Quanto à composição do consumo, segundo as fontes, o quadro, em 1990, era o seguinte: a energia elétrica respondendo por cerca de 45% do total, os derivados de petróleo energéticos por 40%, o álcool etílico e bagaço de cana por pouco menos de 10%, e a lenha e carvão vegetal por quase 5%.

Transportes

A partir da "Pesquisa Domiciliar de Transporte", (CODEPLAN, 1990) fica clara a importância que o Transporte Público tem para o Distrito Federal. Do total de viagens motorizadas (68%), 53% foram em ônibus, 44% em automóveis, 2,4% por outros veículos e 0,6% via táxi.

O Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal possui dificuldades decorrentes da sua complexibilidade, na sua operacionalização e fiscalização, inclusive na compreensão do funcionamento do sistema.

As características físicas e espaciais do Distrito Federal tornam difícil a operação adequada dos transportes públicos de passageiros, seja pela amplitude da área, seja pela subutilização de equipamentos fora dos horários de pico, ou ainda, pela baixa renovação de passageiros (Brasília - outras Cidades).

Além das dificuldades de operacionalização e fiscalização, os itens abordados também contribuem para o elevado preço das tarifas. Brasília tem o custo por quilômetro maior do que as principais cidades brasileiras. Soma-se a isto a despesa de 60% da receita com a mão-de-obra, que, segundo informações de técnicos do Ministério dos Transportes, deveria estar em 45%.

Em relação ao Metrô, para que este se torne viável economicamente, urge fazer uma reestruturação urbana do Distrito Federal, modificando as finalidades dos núcleos urbanos atendidos, a fim de que deixem de ser Satélites e passem a ser cidades com estrutura urbana de comércio, serviços e indústrias e pólos de demanda por serviço de transporte.

Telecomunicações

O Distrito Federal apresenta boa estrutura no setor de Telecomunicações. A rede de atendimento de correios e telégrafos contava, em 1992, com 111 agências, 53 agências satélites ou móveis, 706 caixas de coleta e 893 postos de venda de selo.

A rede de telefonia contabilizava, em 1992, 342,2 mil terminais instalados, sendo 315,7 mil em serviço, numa relação de 210 terminais por 1000 habitantes, bem superior à média nacional de 80 por 1000 habitantes. Deve-se ressaltar, contudo, que há uma acentuada concentração no Plano Piloto e no Cruzeiro, com 54,5% dos terminais em serviço, onde a relação é de 537/1000 habitantes contra a média de, 109/1000 habitantes das demais cidades, sendo que em Samambaia é de 28/1000 habitantes.

Quanto à rede de rádio e televisão, operam no Distrito Federal 6 canais de TV e 21 emissoras de rádio, sendo 7 OM, 13 FM e 01 OC.

ASPECTOS SOCIAIS

Educação

O Distrito Federal possui 760 unidades escolares, incluindo o pré-escolar, 1º e 2º graus e supletivo, sendo 550 da rede pública e 210 da rede particular. A rede pública é atendida, atualmente, por 19.158 professores. Nessas unidades estão matriculados 587.093 alunos, sendo 479.428 e 107.665 nas redes pública e particular, respectivamente.

Muito embora conte com uma expressiva rede de ensino, verificamos que o resultado não é dos mais satisfatórios. Além dos elevados níveis de evasão e reprovação no ensino de 1º e 2º graus, há que ressaltar o fato de que, da população de 7 anos e mais (1.253.620), nada menos de 137.921 não sabem ler e escrever (10,2%).

Saúde

A situação do setor Saúde no Distrito Federal apresenta-se precária na medida em que o entendimento dessa condição não passa pela análise dos seus indicadores, considerados dentro dos padrões aceitáveis mas sim, pelo estudo de outros fatores como, por exemplo, alocação espacial de seus recursos.

A quantidade de leitos por mil habitantes é de 3,07; o número de médicos por leito, 2,2; enfermeiros por leito, 4,49; e número total de funcionários por leito, 8,27. O Distrito Federal possui, ainda, 92 hospitais sendo 18 da Rede Pública.

Segundo dados de 1992, a distribuição desses recursos no Distrito Federal, concentrava no Plano Piloto 58% dos hospitais e clínicas, 53% dos leitos e 73% das Unidades de Terapia Intensiva (UTI).

Depreende-se dessa realidade que o problema da saúde no Distrito Federal decorre, sobretudo, da falta de gerenciamento em função das reais demandas distribuídas no quadrilátero e seu Entorno.

Habitação/Equipamento Urbano

O Distrito Federal possuía, quando do Censo Demográfico de 1991, 377.669 domicílios, sendo 226.018 (59,9%) próprios, 87.493 (23,2%) alugados, 62.195 (16,6%) cedidos, e 1.963 (2,5%) com outra condição. Embora seja razoavelmente servida quanto ao equipamento urbano, observa-se uma acentuada diferença entre o quadro verificado no Plano Piloto e nas outras Cidades.

Em relação aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, o Distrito Federal conta com uma situação mais favorável que o quadro nacional, uma vez que esses serviços atendem respectivamente aos índices de 90% e 75% da sua população, superando, em muito, a média nacional, que é de 66,7% e 30,89%, respectivamente. Apesar disso, o Distrito Federal ressent-se de uma melhoria no atendimento das populações de baixo poder aquisitivo, instaladas em áreas mais pobres e insalubres (dados de 1994).

Quanto à coleta de lixo, 93,7% dos domicílios têm seus lixos coletados regularmente. Mas, no Paranoá, 27,3% dos domicílios não dispunham do serviço, queimando, enterrando ou jogando em terreno baldio, rio ou lago seus resíduos.

Cultura e Lazer

O Distrito Federal possui uma boa estrutura para o lazer e atividades culturais, muito embora bastante concentrada no Plano Piloto.

A capital federal conta com 14 museus, visitados, em 1992, por 212,6 pessoas. A cidade conta também com, aproximadamente, 26 salas de cinema, 10 salas de espetáculo e 20 galerias de arte.

Com relação à infra-estrutura básica, Brasília conta hoje com 72 hotéis, tendo mais sete em construção, e 28 estabelecimentos, entre pensões, alojamentos e motéis. Deve-se ressaltar, contudo, que tanto a taxa de ocupação (42,5%) quanto à permanência média (2,5 dias) são bastante reduzidas. A atividade proporciona 4.070 empregos diretos, significando um aumento de 20,9% nos últimos quatro anos. Existe, ainda, uma previsão de aumento da oferta nos próximos três anos: cerca de dois mil empregos, 50% a mais em relação ao quadro atual. Soma-se a isso as 2.720 pessoas empregadas, de forma direta, nas 239 agências de turismo em funcionamento.

1.4. FUNDAMENTOS E PRINCÍPIOS DA AÇÃO DO GOVERNO

O fundamento primeiro da ação governamental, espelhada neste Plano, é o de responder aos anseios de mudanças que a população brasiliense exprimiu no recente processo eleitoral. O governo democrático e popular é necessária e imperativamente um governo de mudanças. Mudanças, sobretudo, na arte de governar e nas prioridades das suas ações. Mudanças que irão contribuir para uma nova imagem e auto-imagem do DF, mas que buscam a definição de um novo rumo do desenvolvimento.

O desafio básico da luta pela democracia, que o atual governo representa, é o de revolucionar as prioridades e o funcionamento da economia, da política, dos serviços públicos e das instituições estatais, de forma a garantir as condições mínimas do exercício da cidadania. Portanto, o primeiro compromisso de um plano de metas de um governo democrático e popular é traduzir em propostas e realizar as ações que, ao serem efetivadas, venham a concretizar a universalização do exercício da cidadania.

O compromisso do governo deve ser com todos os cidadãos brasilienses mas, entre estes, uma atenção particular deve ser dedicada aos excluídos. Garantir o exercício da cidadania implica, inicialmente, romper com a lógica da exclusão social. Assegurar comida, trabalho e condições mínimas de moradia e transporte. Enfim, assegurar as condições mínimas de sobrevivência para cada um dos membros da comunidade. Estimular o emprego e empreendimentos, particularmente do pequeno. Fomentar os empreendimentos tecnologicamente avançados. Oferecer serviços públicos de qualidade e para todos, particularmente na área da educação, da saúde e da segurança. Incentivar práticas culturais novas e universalizantes.

A universalização do exercício da cidadania implica, necessariamente uma revolução nas prioridades da ação governamental. Uma preocupação central com os fins e não com os meios. Uma atenção particular ao desenvolvimento social, baseado em políticas sociais abrangentes e políticas de estímulos econômicos seletivos.

Não se pode, porém, mudar as prioridades sem transformar a máquina administrativa, sem modificar a forma de governo, sem criar mecanismos de participação. Sem, enfim, desalojar o Estado das mãos de interesses privados e mesquinhos, colocando-o a serviço dos interesses da maioria.

O princípio motor da mudança na arte de governar, condição básica para a revolução nas prioridades, é a participação popular. Este é um princípio que perpassa a concepção de organização do Estado; é a condição para desencadear um verdadeiro processo de socialização da política e do poder. Afinal, novas prioridades só podem ser implementadas se a política for preocupação de milhões de cidadãos e não apenas de poucas dezenas.

A participação popular, como ação educativa, será o resultado da auto-organização da sociedade, trazendo consigo a marca da autonomia. Ela implicará uma radicalização da democracia, desostentando o Estado e diminuindo o fosso entre governantes e governados. Na verdade, apenas a participação popular poderá assegurar a universalização e a radicalização da democracia. O que requer romper com o autoritarismo estatal, o fisiologismo político e a ineficiência administrativa. Requer romper com uma visão burocrática de governo. Significa governar com o povo por meio de canais efetivos e permanentes de diálogo.

O principal desses canais é o orçamento participativo, que tem sido a marca principal das administrações democráticas e populares no Brasil recente. Sua viabilidade e importância estratégica já estão sobejamente demonstradas.

Outro canal é a formação de conselhos com efetiva e ativa participação das camadas sociais menos favorecidas. Conselhos que agreguem uma grande diversidade de interesses, criando um campo de confronto democrático e estimulante, orientando as decisões do Governo e assegurando, enfim, a transparência na gestão dos interesses públicos. Trata-se de alargar o espaço público que conforma todas as democracias modernas, radicalizando-as. Trata-se de tornar público as empresas estatais, democratizar e descentralizar os serviços públicos, colocando o Estado nas mãos dos cidadãos.

Finalmente, um último instrumento, entre outros, é o da consulta efetiva e constante da população por referendos e plebiscitos, em bases territoriais ou sociais. Forma inigualável de democratização e universalização de direitos.

O compromisso básico deste Plano é, assim, com a radicalização democrática, e seu maior desafio é transformar Brasília na capital da cidadania: o lugar onde todo indivíduo é cidadão e o Estado o respeita. Esta é a forma de reinaugurar Brasília, fazendo vivo o sonho de seus fundadores, reinterpretando nos dias de hoje, o sonho da caminhada para o futuro.

Concluindo, o PPA pretende ser um instrumento técnico que possibilite uma ação governamental transparente, em busca de novas prioridades e traduzindo uma nova forma de gestão pública, eficiente e democrática. Condições básicas para a radicalização da democracia, único caminho para a recuperação da imagem e do papel da capital do País e definição de um novo modelo de desenvolvimento sustentável e solidário.

2 - METODOLOGIA

2.1 - CONCEPÇÃO GERAL DO PLANO

O Plano Plurianual está concebido em quatro partes interligadas.

Na primeira, apresentam-se as condicionantes e os parâmetros gerais, tanto do ponto de vista do diagnóstico quanto dos cenários. Utilizou-se a nova metodologia de cenários e o planejamento estratégico para definir as grandes oportunidades e ameaças que o futuro nos reserva. Fundamento indispensável para se traçar diretrizes e proposições programáticas, tanto em consonância com o sentimento dos brasilienses, suas tradições e cultura quanto com as expectativas de futuro que as tendências fortes e os fatos portadores de futuro (além dos processos em mudança) parecem sinalizar.

Na segunda parte, traçam-se as orientações gerais que foram consideradas para a elaboração do Plano Plurianual, particularmente as prioridades e diretrizes governamentais gerais, mais plenamente expressas no Plano de Desenvolvimento Econômico e Social que o sustenta.

Os diagnósticos, os objetivos e as diretrizes setoriais compõem a terceira parte, tomando em consideração tanto o Poder Legislativo quanto o Poder Executivo.

Finalmente, na última parte, descreve-se a forma de financiamento do Plano e as previsões, ao longo dos próximos quatro anos, de suas despesas por funções programáticas.

A concepção geral do presente PPA é relativamente tradicional, em consonância com as determinações da Lei Orgânica do Distrito Federal. Em geral, a metodologia e o Plano correspondem, em grande parte, ao que tem sido executado em outras unidades da Federação. Há, no entanto, inovações de diversas ordens, entre as quais duas merecem destaque. Em primeiro lugar, a

forma como o mesmo foi elaborado, atendendo de maneira rigorosa aos desígnios do legislador, tanto na precisão dos dados quanto na consulta aos diversos atores interessados. E, em segundo lugar, no fato de que o PPA se encontra baseado numa concepção nova de desenvolvimento, que é o desenvolvimento sustentável e solidário, de consenso internacional, descrito em suas linhas gerais no Plano de Desenvolvimento Econômico e Social (PDES).

Dessa forma, o PPA pode ser entendido como um instrumento de trabalho que deverá orientar as ações governamentais nos próximos quatro anos.

Deverá ser disseminado no âmbito dos atores sociais e políticos de relevância no Distrito Federal, assim como entra todos os interessados.

2.2 - BASES METODOLÓGICAS DO PLANO

A elaboração do projeto de lei referente ao Plano Plurianual para o quadriênio 1996/1999 buscou fundamentos norteadores no parágrafo 2º do artigo 149 da Lei Orgânica do Distrito Federal, que estabelece a descrição de diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública do Distrito Federal, regionalizados e quantificados física e financeiramente no horizonte de quatro anos, para as Despesas de Capital e Outras delas Decorrentes, bem como as relativas a Programas de Duração Continuada, a contar do exercício financeiro subsequente.

De posse dessas diretrizes, foram elaborados instrumentos de coleta de informação direcionados especificamente às unidades orçamentárias da Administração Direta e às Empresas Estatais, sugerindo a natureza e o formato das informações a serem prestadas, traduzidas como propostas setoriais.

Para as unidades componentes da Administração Direta foram encaminhadas, após discussão realizada em grupos de trabalhos com representantes de cada órgão, os seguintes instrumentos de captação de dados:

Formulário de apresentação de diagnóstico, objetivo, metas setoriais e diretrizes.

Considerou-se:

- Diagnóstico: a análise da situação atual, problemas e deficiências que afetam a população e as limitações e carências que dificultam a efetividade das ações corretivas por parte do Governo;

- objetivos: o quadro ideal da sociedade que se pretende atingir pela ação do Governo;

- metas: etapas de curto, médio ou longo prazo, quantificáveis ou passíveis de serem aferidas, com prazo definido, consideradas como marco no alcance dos objetivos estabelecidos;

- diretrizes: as estratégias e os princípios que orientam a ação do Governo para o melhor atingimento dos objetivos e metas.

Formulário de Detalhamento Físico das Metas.

Identificação das necessidades setoriais, levantadas a partir dos problemas e das carências, descritos em ações a serem complementadas, inseridas em subprogramas específicos e localizadas, sempre que possível, por Região Administrativa.

Formulário de Detalhamento das Despesas.

Teve por objetivo coletar informações que permitissem compatibilizar os dispêndios e as metas programadas dentro de um quadro global de equilíbrio das contas públicas. Para enquadrar esses dados nas exigências da Lei Orgânica, foram utilizadas as seguintes definições:

- Despesas de Capital: investimentos e amortizações a serem desembolsadas no período do Plano (1996-1999);

- Despesas Decorrentes de Capital: despesas correntes que decorrem de um investimento realizado durante a vigência do Plano, por exemplo, o custeio de um hospital depois que o mesmo entre em operação;

- Despesas de Programas de Duração Continuada: todos os dispêndios correntes relativos às atividades (conceito orçamentário).

No preenchimento do formulário Detalhamento das Despesas foram considerados os seguintes parâmetros:

- Preços de fevereiro de 1995 para os quatro anos;

- consideração de todos os subprogramas em implementação e a serem incluídos nos orçamentos de 1995 a 1999;

- compatibilização das tabelas no interior de cada órgão setorial;

- com o intuito de evitar dupla contagem, os itens de despesa referentes às transferências intragovernamentais não constam no formulário que foi preenchido pela unidade orçamentária que realiza a transferência, mas sim na unidade que realiza o gasto.

Formulário de Investimento das Empresas Estatais.

Os dispêndios relativos ao orçamento de investimentos das Empresas Estatais, obedecem às seguintes orientações:

- O aporte anual de recursos do tesouro para financiamento desses gastos deverá ser decrescente no quadriênio 1996-1999, visando neutralizar a pressão exercida pelas Empresas Estatais sobre os orçamentos fiscal e da seguridade social e, em consequência, conferir àquelas entidades maior responsabilidade na geração de poupança interna voltada para custear seus investimentos;

- o montante de operações externas e internas de crédito, destinado às Empresas Estatais, não deverá ultrapassar o valor das amortizações a serem realizadas durante a vigência do Plano;

- a inclusão de novos projetos deverá atentar para a sua viabilidade técnica, econômica, financeira e ambiental (quando couber);

- só poderão ser alocados recursos próprios para investimentos após o atendimento integral das necessidades relativas ao custeio administrativo e ao operacional, inclusive pagamento de pessoal e encargos sociais e serviço da dívida;

- os recursos destinados ao atendimento de despesas com investimentos serão prioritariamente aplicados em projetos financiados por agências e organismos internacionais com cláusula de contrapartida;

- os valores constantes das tabelas serão determinados a preços de fevereiro de 1995.

No presente ano foram preenchidos os seguintes quadros:

- Quadro Consolidado dos Investimentos: por subprograma e seus valores no período de quatro anos;

- Quadro das Fontes de Financiamento: incluindo os de geração própria, aumento de capital, operações de crédito, alienação de bens e outros;

- identificação do projeto/atividade: nome, objetivo, localização por Região Administrativa, situação do projeto/atividade e sua meta global.

As informações fornecidas pelas unidades orçamentárias revelariam carências e necessidades excessivamente maiores do que a capacidade do governo em solucioná-las na vigência do Plano. Por conseguinte, a cada órgão foi solicitado a revisão de suas prioridades, ajustando as metas de acordo com a realidade financeira próxima da atual, atentando, porém, para medidas de redução de custos e austeridade nos gastos, além das novas prioridades já definidas e constantes no PDES.

Procurou-se, ainda, nessa fase de compatibilização, a adequação das metas setoriais aos programas prioritários do governo e evitou-se a duplicidade de propostas setoriais comuns em períodos de transição, em vista das atribuições conferidas a órgãos diferenciados.

2.3 - FINANCIAMENTO DO PLANO

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Na concepção do PPA 36/99, foram considerados alguns condicionantes que decorrem tanto da análise da execução orçamentária dos últimos quatro anos quanto da atual situação econômica do Distrito Federal e a sua inserção na ordem econômica nacional e mundial. Tendo esse quadro como ponto de partida, foram projetados os cenários para os próximos quatro anos, sempre embasados no compromisso com as mudanças sociais e na adoção de um governo democrático-participativo que possa enfrentar os problemas e as limitações herdadas das administrações pretéritas.

O presente item inicia com a breve análise dos pontos mais significativos captados nos balancetes referentes nos exercícios de 1991 a 1994. As diferentes contas tiveram seus montantes transformados em valores constantes de forma a permitir comparações, com reduzido nível de distorção. A não-inclusão da evolução das contas, a partir de 1987, se deveu ao fato de o Plano Plurianual 1992/1995 apresentá-las em valores correntes, o que compromete qualquer tentativa de análise. A correção desta distorção mediante a obtenção de informações contábeis para o referido período se apresentou extremamente difícil pela não implantação, à época, do Sistema SIAFEM. Em face das circunstâncias, o período considerado de quatro anos foi adotado como adequado para o objetivo proposto, qual seja o de fornecer um referencial para o entendimento do comportamento das contas públicas no Distrito Federal.

Na seqüência são apresentadas as projeções para o período de vigência do presente plano, com os critérios utilizados nas projeções de receita e despesa, levando-se em conta a realidade com que se depara o Governo da Frente Brasília Popular. Foram consideradas a capacidade de ampliação da arrecadação tributária, a manutenção das relações com o Governo Federal, no tocante aos repasses para a educação, saúde e segurança e as possíveis reduções nos atuais gastos públicos.

Finalmente, são fornecidas referências às despesas consideradas condicionais, uma vez que somente serão realizadas mediante o alicance de recursos a serem obtidos extra-orçamentariamente ou por um possível excesso de arrecadação. Isso se deve ao fato de que as exigências para a realização advêm de origens distintas. Nessas condições, foram relacionados os seguintes casos: METRÔ, Projeto Orla e Passivos Trabalhistas. Nos dois primeiros, há o dimensionamento correto do seu custo, enquanto que, no último, o valor não pode, no momento, ser definido, uma vez que parte do passivo hoje existente poderá ser liquidado no exercício de 1995, e, em contrapartida, outros poderão ser inscritos em 1996.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O Governo do Distrito Federal vem apresentando, na realização dos seus orçamentos, a partir de 1991, um comportamento caracterizado pela falta de uniformidade no crescimento das suas contas, o que impede o estabelecimento de uma lei de formação que facilite as projeções para os anos futuros. Em grande parte, esse efeito decorreu do período de grande instabilidade que apresentou inflações anuais que variavam, aproximadamente, entre 380 a 1850 por cento ao ano, a partir do ano referenciado até 1994.

Embora os valores considerados tenham sido submetidos a um processo de ajustamento, que os reduziu a preços constantes, a análise de algumas contas denota situações específicas, como a influência do fator inflação, que propiciou resultados diretamente relacionados com os processos adotados nas aplicações financeiras, principalmente nos recursos transferidos pela União, ou as operações de crédito, fortemente influenciadas pelos empréstimos ao metrô, a partir de 1992.

Ainda que não-uniforme, denota-se para as receitas um crescimento constante, que, cumulativamente, atingiu 43% de forma global para o período dos quatro anos considerados.

No quadro I é apresentada a evolução das contas do Governo do Distrito Federal, em milhões de reais, do quadriênio 1991/1994.

QUADRO 1 - EVOLUÇÃO DAS CONTAS DO GDF

ESPECIFICAÇÃO	(R\$ Milhões - Valores Correntes)			
	1991	1992	1993	1994
RECEITA NÃO FINANCEIRA	1.725	1.491	1.859	2.483
Transferências Correntes	1.099	922	1.185	1.576
Participação na Receita da União	162	95	152	179
Demais Transferências da União	937	827	1.033	1.397
Receita Tributária	558	495	562	716
Demais Receitas Não Financeiras (a)	68	74	112	171
RECEITA FINANCEIRA	138	331	586	487
Operações de Crédito	43	157	127	65
Receitas Patrimoniais	94	159	371	382
Demais Receitas de Capital (b)	1	15	58	40
RECEITA TOTAL (RNF+RF)	1.863	1.822	2.445	2.950
DESPEÇA NÃO FINANCEIRA	1.858	1.374	1.808	2.493
Pessoal e Encargos Sociais	959	854	1.211	1.693
Outras Despesas Correntes	562	223	242	397
Capital exclusive Amortizações	137	297	353	403
DESPEÇA FINANCEIRA	26	30	41	63
Encargos da Dívida	18	22	34	53
Amortizações da Dívida	8	8	7	10
DESPEÇA TOTAL (DNF+DF)	1.684	1.404	1.847	2.556

INDICADORES BÁSICOS (%)

Transferências da União/Receita Total	59,0	50,8	48,5	53,4
Pessoal/Receita Não Financeira "Livre"	55,6	57,3	65,1	68,7
Serviço da Dívida/Receita Não Fin. "Livre"	1,5	2,0	2,2	2,6

FONTE: Balancetes mensais da Administração Centralizada.

(a) = Receitas Correntes excl. Rec. de Vir. Mobil. e Outras Receitas Patrimoniais MENOS Transferências Correntes MENOS Receita Tributária.

(b) = Receitas de Capital MENOS Operações de Crédito MENOS Transferência de Capital.

OBS.: Os valores das Receitas e Despesas foram deflacionados para FEVEREIRO/95 pela URV-média (valor do dia 15 de cada mês) até JUNHO/94 e a partir deste mês, pelo valor do IPCR-FGV.

PROJEÇÕES PARA O PERÍODO DE 1996-1999

Foi considerada, para o período de vigência do Plano, uma condição mais homogênea no comportamento das contas, em função de uma estabilidade econômica que passa a ser premissa para a montagem dos quadros de despesas e receitas. Mesmo que o quadro econômico venha a ser alterado, considerou-se que a relatividade entre os ingressos e os gastos será mantida.

QUADRO 2 - PROJEÇÕES DAS CONTAS DO GDF
Recursos do Tesouro

(Valores em R\$ milhões de fevereiro de 1995)

DISCRIMINAÇÃO	1996	1997	1998	1999
RECEITA NÃO-FINANCEIRA	3.323	3.489	3.614	3.760
Transferências Correntes	2.136	2.227	2.316	2.402
Participação na Receita da União	282	289	278	286
Outras Transferências da União	1.874	1.968	2.038	2.116
Receita Tributária	850	892	934	981
Demais Receitas Não Financeiras	337	350	364	377
RECEITA FINANCEIRA	96	99	101	105
Operações de Crédito	30	32	33	35
Demais Receitas Financeiras	66	67	68	70
RECEITA TOTAL (RNF + RF)	3.419	3.588	3.715	3.865
DESPESA NÃO FINANCEIRA	3.335	3.454	3.588	3.743
Despesas Correntes	3.029	3.126	3.230	3.361
Capital excl. Amortizações	306	328	358	382
DESPESA FINANCEIRA	84	114	129	122
Juros e Encargos	60	60	62	78
Amortizações	24	54	77	44
DESPESA TOTAL (DNF + DF)	3.419	3.568	3.715	3.865

Os critérios utilizados para a previsão das Receitas e Despesas relativas aos exercícios de 1996 a 1999 foram os seguintes:

- **Receita Tributária** - Incremento real anual de 5% em relação ao exercício anterior.
- **Demais Receitas não Financeiras** - Crescimento real anual da ordem de 4%.
- **Outras Transferências da União** - Adotou-se o valor projetado para as despesas custeadas pela União.
- **Participação na Receita da União** - Crescimento real anual da ordem de 3%.
- **Despesas Correntes:**

Despesas com Pessoal - Fonte Tesouro - Visando aumentar a margem para investimentos, adotou-se a redução das despesas com funções gratificadas em 33%, e das transferências para pagamento de pessoal das empresas NOVACAP e CODEPLAN em 10% ao ano.

Despesas com Pessoal - Transferências da União - A partir da realidade de 1995, adotou-se o incremento real diferenciado para cada uma das três áreas custeadas pela União quais sejam Educação, Saúde e Segurança, de acordo com as prioridades de Governo.

- **Encargos da Dívida e Amortizações** - Foram previstos os valores ajustados após a renegociação dos termos contratuais com os credores.

GASTOS CONDICIONAIS

METRÔ

Para reativar as obras do Metrô, que por ocasião da passagem do governo se encontravam inacabadas e paralisadas, o Governo Cristovam Buarque não pretende utilizar recursos disponíveis para investimento nos programas sociais, inseridos, prioritariamente, nas áreas de Educação, Saúde, Saneamento, Segurança e Trabalho.

Assim é que os quase setenta milhões de reais previstos como de responsabilidade do GDF, para a conclusão da obra (vide quadro 4, a seguir), serão obtidos de fontes extra-orçamentárias, como o financiamento esperado do BNDES, ainda em 1995, de forma a não comprometer o atingimento das metas sociais.

Nos quadros a seguir são apresentadas a estimativa inicial da obra com suas fontes e a situação financeira ao final de 1994, com o detalhamento dos valores realizados e a realizar, segundo as diferentes fontes de recursos.

QUADRO 3 - PREVISTO

FONTES	PREVISTO (US\$ MILHÕES)	%
GDF	150,0	21,7
UNIÃO	180,0	26,1
SISTEMA BNDES	300,0	43,5
INICIATIVA PRIVADA	60,0	8,7
TOTAL	690,0	100

QUADRO 4 - REALIZADO

FONTES	REALIZADO ATÉ DEZEMBRO / 94 (US\$ MILHÕES)	%	RESTOS A PAGAR / 94 (US\$ MILHÕES)
GDF	372,8	53,6	21,9
UNIÃO	82,1	11,8	-
SISTEMA BNDES	241,2	34,7	-
INICIATIVA PRIVADA	-	-	-
TOTAL	696,1	100	21,9

QUADRO 5 - A REALIZAR

FONTES	1996	1997/99
FINANCIAMENTOS BANCÁRIOS	37	13
RECEITA TRIBUTÁRIA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	20	60
PARCERIAS COM O SETOR PRIVADO	20	05
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	42	20
TOTAL A SER CAPTADO	119	98,9

PROJETO ORLA

Ao definir a criação de empregos como uma de suas principais prioridades, o Governo do Distrito Federal fez a opção por um segmento altamente absorvedor de mão-de-obra que é o turismo, em complemento às demais iniciativas dos programas de pólos de informática, editorial e gemologia, do portorãco entre outros.

Como principal intervenção na área de turismo, cabe destaque à revitalização das margens do Lago Paranoá, com a criação de dez complexos ligados às atividades de lazer, de cultura, institucionais e comerciais, os quais estão reunidos no chamado Projeto Orla.

A participação do poder público local deverá ser limitada a fornecer as condições mínimas de infra-estrutura. A iniciativa privada caberá realizar os seus investimentos, de forma a implantar, gradativamente, os pólos de atividades que demandarão a mão-de-obra, que hoje engrossa os índices de desemprego no Distrito Federal. Programa orientado de treinamento deverá ser desenvolvido, concomitantemente, por órgãos como o SESI, SESC e SENAI, na medida em que as demandas possam ser dimensionadas.

As inversões do poder público estão estimadas em cerca de doze milhões de reais, os quais poderão ser financiados pela alienação dos imóveis que serão criados para atender aos dez pólos de atividades. A imposição básica é de que o cronograma de ingresso das receitas das vendas das projeções seja equivalente ao dos dispêndios com a infra-estrutura, de modo a não comprometer nenhuma despesa orçamentária prevista.

PASSIVOS TRABALHISTAS

Juntamente com o Metrô, a questão da herança dos passivos trabalhistas constitui-se em um dos dois maiores problemas legados ao Governo da Frente Brasília Popular. Além do volume de ações ajuizadas, há indefinições sobre o montante a ser disponibilizado para pagamentos, a partir de 1996.

No orçamento de 1995, foram previstos recursos da ordem de vinte milhões de reais, embora este valor, antecipadamente, seja insuficiente para atender às exigências que poderão surgir durante o presente exercício.

A incerteza quanto à administração dos passivos neste ano, aliada à falta de precisão quanto a outras ações que possam demandar comprometimentos de recursos a partir de 1996, impede o estabelecimento de um valor a ser considerado no presente momento, no plano, para os orçamentos futuros. A obtenção de recursos específicos será atingida extra-orçamentariamente ou por excesso de arrecadação conforme determina a Lei.

2.4 - CONDICIONANTES JURÍDICAS

As diversas normas e imperativos existentes na Lei Orgânica foram observadas na elaboração do presente Plano, com o espírito de respeitar e cumprir com exatidão a vontade do Legislador.

Quanto à atividade econômica no Distrito Federal, foi considerado o artigo 174 que afirma: "as políticas governamentais apoiarão e estimularão atividades econômicas exercidas sob a forma de cooperativas e associação", que se complementa com os artigos 189 e 344, relativamente à agricultura e à política agrícola, que recomendam o estímulo, por meio de fomento e política de crédito, às atividades dos micro, pequenos e médios agricultores. E, ainda, mais os artigos 182 e 183, referentes à promoção e ao incentivo ao turismo, assim como, o planejamento integrado e permanente do desenvolvimento dessa atividade econômica.

No campo da Ciência e Tecnologia foi observado o que prescreve a lei (artigo 195) no tocante ao percentual de 2% da receita orçamentária para a Fundação de Amparo à Pesquisa, com a recomendação expressa de que 5%, no máximo, desse valor, fosse utilizado para a manutenção dos serviços. Garantiu-se com isso que 95% fosse alocado na atividade-fim.

Por sua vez, no campo da assistência social os recursos foram alocados em conformidade com o artigo 220, que prescreve a sua aplicação em função das demandas sociais previstas. Não se esquecendo o idoso que, conforme reza o artigo 271 da Lei Orgânica, é objeto de política de amparo e bem-estar social. Igualmente, tanto a saúde quanto a educação receberam acima dos percentuais mínimos determinados por lei, observando-se aqui as prioridades definidas pelo governo.

Não esqueceu o Plano de alocar recursos aos projetos de saneamento, conforme prediz o artigo 334 da lei máxima do Distrito Federal sobre a conservação dos veículos, buscando a melhoria dos transportes (artigo 342), assim como do fomento às atividades culturais em todo o território do Distrito Federal.

2.5 - CONSULTAS E PARTICIPAÇÃO

Definida a concepção geral do Plano, seus parâmetros de ordem econômica e jurídica, um intenso processo de consulta e debate foi instalado, objetivando sua construção por uma participação, a mais ampla nos limites de tempo existente.

Assim, todas as Secretarias e Administrações Regionais foram consultadas. Suas proposições e seus diagnósticos foram objeto de debate, de estudo minucioso e de reparação. As compatibilizações foram instituídas a partir de prioridades e diretrizes claras, que recomendam a revolução nas prioridades e a mudança na maneira de governar.

Nas Administrações Regionais foram usados mecanismos variados de consulta à população, na definição primeira das necessidades e prioridades do local, matéria objeto de análises, estudos e debates, mas todas, em sua essencialidade, agregadas de alguma forma ao Plano.

Em relação à sociedade civil, dois segmentos foram claramente privilegiados no processo de auscultação: os empresários e os trabalhadores sindicalizados. Diversas reuniões foram realizadas, com cada um destes segmentos sociais registrando-se suas recomendações, sugestões e críticas aos textos preliminares e esboços das partes mais substantivas do Plano.

A Câmara Legislativa e o Tribunal de Contas do Distrito Federal foram igualmente consultados e suas propostas tomadas em consideração.

O resultado é um documento que nasce de um consenso, abarcando os grandes anseios e recomendações, tanto do setor governamental quanto do setor societal.

ANEXO II

Prioridades, Diretrizes e Programas

3 - PRIORIDADES, DIRETRIZES GERAIS E PROGRAMAS

3.1 - AS GRANDES PRIORIDADES DO GOVERNO

A estratégia de elaboração do Plano Plurianual para o período 1996-1999 baseou-se na definição de três grandes prioridades de governo que foram estabelecidas em consonância com o programa eleitoral da Frente Brasília Popular:

- Revolução das prioridades, trazendo para o campo das ações imediatas objetivos de universalização da cidadania e da democratização das oportunidades;
- inovação na maneira de governar, eliminando o hiato que historicamente separa o poder público da população;
- construção de uma nova identidade e valorização das novas vocações de Brasília, com a retomada da auto-estima da população local e a conquista do respeito de toda a população brasileira à sociedade do DF.

A tônica está centrada na grave situação social do Distrito Federal, que sofreu uma enorme aceleração do processo de atração demográfica nos últimos anos, em virtude de um duplo fenômeno: por um lado, a dinâmica da economia nacional apresentou um fraco desempenho, oferecendo poucas oportunidades às populações de áreas rurais mais atrasadas, ao mesmo tempo em que as metrópoles nacionais já não mais ofereciam atratividade; por outro lado, uma sistemática prática clientelista, baseada em mecanismos políticos centrados na distribuição de lotes públicos, serviu de forte estímulo a um inchamento populacional que não correspondeu ao fraco incremento da oferta de empregos na cidade e seu entorno.

O resultado foi um preocupante aumento da pobreza e da indigência, caracterizando Brasília, hoje, como um notável pólo de excluídos do sistema econômico-social. A Capital Federal sintetiza, nesse sentido, a situação da sociedade brasileira: um lado integrado, que em maior ou menor escala participa da economia, tem endereço fixo e exerce os direitos essenciais da cidadania, e um grande contingente de sem-teto, sem-emprego e sem-cidadania.

3.2 - DIRETRIZES GERAIS

- Garantia dos direitos civis e humanos, com ênfase no combate a qualquer tipo de discriminação;
- envolvimento direto da população nas decisões, na gestão e nas definições de políticas públicas;
- incentivo à mobilização e a organização autônoma da população;
- constituição de canais de comunicação entre a população e o governo;
- respeito aos diferentes grupos da sociedade, independentemente do credo religioso, sexo ou idade;
- descentralização do poder, das atividades do governo e do serviço público;
- desostentação do Estado;
- transformação do servidor público em servidor do público;
- fazer mais e gastar mais racionalmente;
- modernização da máquina administrativa, buscando a qualidade e a eficiência;
- operacionalização de parcerias entre o governo e a sociedade;
- garantia de acesso à escola a todas as crianças;
- garantia de acesso a serviços de saúde com qualidade e sem filas a toda a população;
- garantia de infra-estrutura básica a todos os habitantes;
- criação e ampliação de áreas físicas destinadas a atividades econômicas;
- compras governamentais preferencialmente de produtos e serviços locais, com redução das escalas das licitações e contratos, de modo a permitir a participação de pequenas e médias empresas;
- revisão das políticas creditícia e fiscal, de modo a beneficiar empresas do Distrito Federal e a atrair atividades que se evadiram da capital;
- incentivo a micro, pequenas e médias empresas;
- transformação do BRB em banco de parcerias e solidariedade, voltado para o desenvolvimento do Distrito Federal, por meio de crédito para os pequenos e micro produtores;
- estímulo a atividades econômicas geradoras de emprego e renda;
- melhoria das condições de transportes, tornando-o também mais barato;
- incentivo a manifestações culturais e esportivas, como fator fundamental ao desenvolvimento social;
- viabilização da oferta de alimentos a preços mais baixos;
- garantia de justiça e segurança a todos;
- garantia da qualidade do meio ambiente;
- estímulo à participação ativa da terceira idade na sociedade;

- fomento às empresas de alta tecnologia e competitividade;
- retirada das crianças e moradores de rua, dando condições dignas de moradia e vida, por meio do trabalho e da educação;
- saneamento das empresas estatais, com aumento da eficiência e da qualidade dos serviços;
- incentivo ao turismo, inclusive com a ocupação da Orla do Lago;
- apoio ao pequeno produtor agrícola, à agricultura intensiva, à elevação do valor agregado e à redução da dependência de insumos modernos.

3.3 - OS PROGRAMAS DE GOVERNO

Dentro dos três princípios básicos estabelecidos para o planejamento do Governo do Distrito Federal, as diferentes unidades que formam a estrutura governamental foram mobilizadas, no sentido de que seus respectivos planos setoriais e regionais fossem elaborados. Paralelamente, foram definidos Programas de Governo, configurando estratégias prioritárias que envolvem a ação coordenada de diversos órgãos. Há, portanto, objetivos específicos restritos a unidades setoriais e regionais do governo e outros que se situam no âmbito do ataque aos grandes problemas que envolvem múltiplos setores.

Os Programas Governamentais estão apresentados de acordo com seu enquadramento nas prioridades básicas do planejamento governamental.

i. A revolução das prioridades

Uma ponte de dignidade conduzindo à inclusão social e à universalização da cidadania

Nesta prioridade, inserem-se as ações do governo voltadas para a dimensão social, política e dos direitos humanos. O objetivo é, no caso, assegurar a todo habitante da cidade o acesso às oportunidades, à infraestrutura e aos serviços básicos. Não se trata simplesmente de democratizar o acesso mas, principalmente, de garantir qualidade. Assim, mais importante do que apenas a operação de um hospital é a agilidade, a universalidade e a eficiência de seu atendimento. Analogamente, no caso da educação, mais importante do que simplesmente ofertar vagas é garantir o cumprimento do papel de preparação do cidadão do futuro.

Programas:

Educação Total

Uma condição básica para se criar uma sociedade mais justa - uma sociedade moderna e ética - é a de propiciar uma educação de qualidade para todos. O governo popular e democrático está convencido de que a ruptura do subdesenvolvimento humano é indispensável, não apenas para propiciar as condições de cidadania e participação política para todos, como também para possibilitar uma inserção favorável de Brasília no novo contexto econômico, tanto no plano nacional quanto internacional.

O objetivo central deste plano é o de estimular uma nova modalidade de educação para todos, não apenas restrita à escola. Isto é, não apenas proporcionando a cada criança o acesso a uma escola de qualidade, mas também um sistema educacional e cultural permanente para toda a população. A cidade, o trabalho, o lazer e o dia-a-dia de cada cidadão moderno devem ser fonte permanente de aprendizagem. Por isso mesmo, o governo deve dar o exemplo, transformando suas campanhas publicitárias em campanhas educativas, aproveitando seus espaços e serviços para proporcionar a cada um novos conhecimentos, novas informações.

As principais ações deste Programa são:

- Bolsa familiar para a educação, que visa garantir toda criança na escola;
- Brasília: escola total, escola de vida (educação sanitária, ambiental, para o trabalho, gerencial e para o trânsito), em parceria com a sociedade civil, que vise implantar um grande programa de educação de massa para pessoas de todas as idades e todas as classes, adotando novos métodos pedagógicos, especialmente ensino à distância;
- educação para a contemporaneidade (informática nas escolas, teleeducação nas escolas, ensino à distância), ensino de temas atuais e debates nas escolas, traduzidos em linguagem popular e escolar;
- implantação da Universidade Aberta;
- Projeto Candanguinho (creche, alimentação de qualidade e horário integral para as crianças de zero a seis anos);
- recuperação e ampliação da infra-estrutura educacional e escolar;

- mesa de valorização e formação permanente dos servidores;
- poupança escola (BRB), que sirva para viabilizar o acesso ao mercado de trabalho dos jovens egressos do ensino básico;
- erradicação do analfabetismo de adultos;
- integração Universidade-Escola (Vestibular na Escola), ampliação de vagas, especialmente na área de saúde, em novos campi avançados, nos moldes do existente;
- oferecimento de prêmios escolares (Gilberto Freyre, Anísio Teixeira, Celso Furtado, Darcy Ribeiro, Nelson Mandela e Chico Mendes) como estímulo ao melhoramento do desempenho escolar;
- democratização das unidades de ensino e dos centros culturais, por meio de conselhos e outros instrumentos de participação;
- segurança nas escolas.

Valorização da Vida

Entre os deveres do Estado moderno inclui-se o de propiciar condições de saúde aos seus membros, condição *sine qua non* para alcançar o bem-estar. Essas condições podem ser criadas de formas diversas. A Constituição Federal assegura acesso universal ao sistema de saúde pública. As camadas sociais mais favorecidas têm, pelos seus rendimentos, possibilidades de acesso aos sistemas de saúde privados, ainda que, em casos emergenciais e de necessidade de tratamento especializado ou equipamentos sofisticados, também recorram à rede pública.

As camadas sociais menos favorecidas, no entanto, só podem contar com o apoio do Estado. O sistema público de saúde responde a essa demanda social que se encontra entre os direitos do homem. Um serviço de qualidade para todos é, assim, um dever do Estado além de ser uma proposta de campanha: "acabar com as filas nos hospitais".

A realidade do quadro da saúde pública, do meio ambiente e da qualidade de vida da população do Distrito Federal levou o Governo a definir o saneamento básico como uma das suas principais prioridades.

Com 91% da população atendida com abastecimento de água e 75% servida com esgotamento sanitário, o Distrito Federal possui uma situação de destaque no panorama nacional.

Não obstante esses níveis e o fato de possuir duas estações de tratamento de esgoto consideradas entre as mais sofisticadas e eficientes (existem apenas 14 equivalentes no mundo), 144.000 habitantes ainda não dispõem de serviços de abastecimento de água e 400.000 ainda não são atendidos por sistema de esgotamento sanitário.

Contribui com este cenário a inexistência de rede de drenagem de águas pluviais na maioria dos assentamentos, constituindo fator determinante para a ocorrência de freqüentes inundações e graves erosões, que comprometem os espaços urbanos e a segurança das edificações.

Com a proposta de viabilizar a implantação de 840 Km de redes de distribuição de água, 822 Km de redes coletoras de esgoto e 308 Km de redes de drenagem pluvial, o Governo tem como um dos seus grandes desafios saldar o compromisso de prover saneamento básico às populações ainda não servidas no Distrito Federal, possibilitando a todos o acesso a água tratada, coleta, tratamento e disposição final adequada dos esgotos coletivos.

A reversão da atual situação, que compromete significativamente o quadro de saúde do Distrito Federal, contribuirá para a criação de condições dignas de habitabilidade e cidadania à população da Capital do País.

Juntamente com a saúde, o problema da fome constitui um grande desafio ao objetivo de se propiciar à população de Brasília condições mais saudáveis de vida.

A fome constitui hoje, no Brasil, a maior e a mais urgente ameaça. Aumenta o número de famílias excluídas do mercado consumidor, seja pelos baixos níveis salariais, seja pelo próprio desemprego.

Nenhum país se desenvolve mantendo grandes contingentes de sua população em condições nutricionais abaixo dos padrões mínimos necessários à sobrevivência física e ao desenvolvimento intelectual. Um país com tanta terra e com as vantagens climáticas como o Brasil tem o dever de prover alimentação satisfatória a todos os seus habitantes.

A estrutura fundiária atrasada, a má gestão das políticas públicas e o desinteresse das elites dirigentes levaram ao atual quadro de emergência alimentar. Paradoxo cruel da urbanização, a fome constitui em Brasília um desafio que cresce proporcionalmente ao inchaço populacional e à perda de dinamismo das atividades agropecuárias voltadas à produção de alimentos básicos para consumo local em toda a área de influência do Distrito Federal. O enfrentamento do problema passa, portanto, pela ação produtiva e social, num universo espacial que transcende as fronteiras administrativas da capital.

O Governo do Distrito Federal estabelece, como objetivo social e ético prioritário, a substancial elevação das condições alimentares da população, por meio de um conjunto de medidas envolvendo o esforço de

vários órgãos públicos e da sociedade civil em geral. Não há como debelar a fome por ações unilaterais do Estado. É preciso que todos estejam mobilizados, em parceria, numa ação solidária.

Nesse sentido, a ação governamental está dirigida ao aumento da oferta de alimentos e à redução de seus preços ao consumidor, a partir do incremento da produção no Distrito Federal e Entorno e da diminuição dos custos de transporte e distribuição das perdas.

As principais ações do programa *Valorização da Vida* são:

- Recuperação e ampliação da infra-estrutura de saúde (postos, hospitais, etc);
- implantação e consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo descentralização, universalização do acesso, democratização das decisões e atendimento mais humano;
- revitalização da ação dos agentes de saúde;
- consultório móvel, que atenda também as áreas rurais;
- mesa de valorização e formação permanente dos profissionais de saúde;
- informatização do sistema de saúde;
- a saúde perto de casa (médico de família);
- saúde mais próxima do cidadão, por meio de equipes multidisciplinares;
- operação "Defesa da Saúde e da Vida";
- prevenção da AIDS;
- saúde e segurança no trabalho, em parceria com o setor produtivo;
- ampliar e consolidar a central farmacêutica;
- prevenção com a adoção do saneamento básico universal;
- fomento à produção alimentar;
- verticalização da pequena propriedade rural, pelo fomento à pequena agroindústria de produtos de origem animal e vegetal;
- abertura da comercialização direta, do produtor rural ao consumidor, de produtos industrializados e semi-industrializados, por meio do "quiosque do produtor", na SAB, e de produtos *in natura*, na CEASA, na SAB e nas feiras livres;
- melhoria no sistema de armazenamento de alimentos;
- melhoria no sistema de escoamento da produção agropecuária;
- apoio à comercialização da produção rural;
- revitalização dos assentamentos rurais;
- estímulo a hortas comunitárias;
- garantia de segurança alimentar às populações carentes;
- assistência à produção rural em tecnologias apropriadas;
- monitoramento da qualidade dos alimentos, mediante controle sanitário e fiscalização.

• *Melhoria do Nível de Vida*

Este Programa envolve ações relativas à segurança pública e social, emprego, acesso ao lazer e à cultura, preservação do meio ambiente e garantia de condições dignas de moradia.

É dever do Estado oferecer segurança aos seus cidadãos. A segurança deve ser compreendida no sentido mais tradicional (física, locomoção, expressão política, propriedade), mas também no sentido mais moderno: segurança social. Ou seja, condições e oportunidades de cada cidadão poder obter os meios necessários e indispensáveis à sua sobrevivência, assim como para poder desenvolver todas as suas potencialidades. Nesse sentido mais amplo, este programa está presente na maior parte dos programas de governo que compõem este Plano, mas, no sentido mais restrito, ele envolve também outros aspectos.

O quadro de distribuição desigual dos recursos, das oportunidades e, de uma maneira geral, dos investimentos públicos em infra-estrutura e construção de mobiliário urbano é grave no Distrito Federal. Diferentemente de outras cidades que tiveram um crescimento populacional acelerado, Brasília traduz uma realidade marcada pela segregação espacial das camadas menos favorecidas socialmente. Pobreza e riqueza ficaram fisicamente isoladas na materialização do plano da capital.

Ao longo das últimas décadas, quando a perversa tendência à concentração da renda no país revelou sua dimensão territorial nas grandes metrópoles, os investimentos públicos também se concentraram em benefício de áreas de maior renda. Como resultado, tem-se hoje que a população mais pobre tem pouco acesso a amenidades urbanas, que estão separadas por uma distância real ou virtual (tempo e custo de deslocamento) quase que proibitiva. Ora, se as camadas da população com rendimentos médios elevados têm mais acesso às amenidades do que as mais pobres, o resultado é um agravamento da concentração efetiva da renda, já que os custos de acesso são diferenciados, reduzindo o nível da renda monetária destes últimos.

Cabe ao Estado agir no sentido de reverter tal distorção, mediante o provimento de infra-estruturas e espaços democraticamente dispersos, conforme a distribuição espacial da população. Agreguem-se à busca da generalização das ações voltadas a melhoria do nível de vida aquelas medidas públicas que visem preservar a qualidade ambiental do Distrito Federal e seu Entorno, como questão de princípio da própria filosofia do planejamento governamental: desenvolvimento sustentável e solidário.

O Distrito Federal não escapa à triste realidade das grandes cidades e metrópoles brasileiras, onde o problema habitacional chegou a limites extremos. Grandes levas de imigrantes aumentaram, nos últimos anos, o contingente de famílias sem-teto em Brasília. A ilusão do "paraíso" urbano, que geralmente seduz aqueles que não mais encontram oportunidades de subsistência no campo ou em pequenas cidades, há que se agregar, no caso em questão, o efeito da prática política demagógica e clientelista, que acenava, aos desinformados e desesperados, com a miragem do fácil acesso a um pedaço de chão.

Brasília conheceu, nos últimos anos, índices de crescimento demográfico elevadíssimos. E, na medida em que os novos contingentes populacionais não encontravam emprego, aumentou significativamente o número de excluídos do sistema econômico e social dominante. Favelas, invasões de terras, loteamentos e assentamentos proliferaram no Distrito Federal, nos últimos anos. Paralelamente, a complacência ou a miopia das autoridades públicas permitiu que se multiplicasse o número de condomínios irregulares, alguns em terras públicas e mesmo em áreas de proteção ambiental. Empreendedores inescrupulosos valeram-se da impunidade e da desinformação de muitos para criar um pandemônio fundiário, cujo equacionamento e institucionalização constitui um dos maiores desafios do poder público no DF.

O programa *Melhoria do Nível de Vida*, ao voltar-se para o enfrentamento da questão da moradia tem, também, parte de suas atividades centradas na ação jurídica e fiscalizatória, pela ação de regularização fundiária.

Por outro lado, o Programa está concebido para viabilizar o objetivo governamental de prover local de moradia com infra-estrutura básica (saneamento, água e energia) que permita às famílias sem-teto ou precariamente instaladas o acesso a um lar digno.

Consta também das prioridades do Programa, o fomento às atividades agropecuárias no Distrito Federal e no Entorno, que viabilizem o assentamento de famílias de pequenos produtores rurais. Nesse sentido, a estratégia fundiária está baseada na disponibilidade de lotes rurais que servirão ao mesmo tempo para aumentar a oferta de alimentos, melhorar as condições gerais de subsistência das famílias assentadas, reduzir a pressão sobre o solo urbano e gerar empregos.

Indispensável à melhoria do nível de vida, uma política voltada para a geração de empregos no Distrito Federal constitui, também, preocupação do governo. Brasília, contrariamente ao estigma de "terra da fantasia", apresenta atualmente um dos maiores índices de desemprego do país e esse desafio constitui também prioridade do governo democrático e popular.

As principais ações que compõem este programa são:

- Polícia Comunitária;
- valorização do policial, por meio de programa de habitação, assistência médico-hospitalar, assistência a famílias de soldados mortos no trabalho, tíquete-refeição, uniforme grátis, formação permanente, melhoria salarial;
- Operação Segurança Total, mediante reequipamento das polícias e dos bombeiros, redistribuição de efetivos, aumento de mobilidade, etc.;
- delegacias nos assentamentos;
- delegacia do Meio Ambiente;
- regularização do trânsito e dos estacionamento;
- punição aos crimes no trânsito e criação de uma Comissão de Alto Nível, reunindo membros do governo e personalidades da sociedade civil;
- policiamento ostensivo permanente nas escolas;
- aumento da eficiência do sistema de transportes, garantindo ao mesmo tempo qualidade no serviço;
- parques e jardins para todos;

- universalização do abastecimento de água, do saneamento, do fornecimento de energia elétrica e do atendimento com esgotamento sanitário;
- qualidade ambiental, envolvendo atividades de controle da poluição, revegetação, gestão de áreas de proteção, recuperação de áreas degradadas, proteção de mananciais e gestão integrada de recursos hídricos;
- revisão do PDOT (Plano Diretor de Ordenamento Territorial);
- operação 'Paz no trânsito', em parceria com a imprensa e a sociedade civil;
- regularização do uso e da propriedade do solo nas áreas rurais e urbanas;
- fomento à geração de empregos e ao aumento da renda, em parceria com associações de empresários;
- democratização do lazer, inclusive em áreas rurais;
- operação 'DF limpo', voltada para a garantia da limpeza urbana;
- utilização de escolas como centros comunitários e de lazer;
- "Endereço Limpo", visando prover a cada família um local para a edificação de sua moradia, dispondo de infra-estrutura básica;
- implantação do SITURB (Sistema de Informações Técnicas Urbanas);
- campanha antialcolismo.

ii. Uma nova maneira de governar

Um povo sem medo do governo e um governo sem medo das elites

A idéia central desta prioridade é a de introduzir práticas que permitam governar *com* a população e *para* a população. Nesse sentido, o objetivo é a abertura de canais democráticos, ágeis e transparentes de interlocução entre as estruturas decisórias públicas e a sociedade. Em outras palavras, importa atingir o objetivo de romper com os bloqueios e estigmas que separam a sociedade do governo, ao mesmo tempo em que perpetuam a influência das elites nas decisões.

Programas:

Modernização das Políticas Públicas e da Gestão Governamental

O processo de desmantelamento pelo qual vêm passando as estruturas administrativas e institucionais públicas, sobretudo a partir da década de 1980, reflete uma dupla tendência: em termos doutrinários, há um forte avanço das idéias neoliberais, que associam a eficiência do Estado a uma dimensão mínima; por outro lado, as crises fiscal e de endividamento têm significado um poderoso fator limitante da ação pública.

A má gestão governamental tem justificado, em grande medida, a adesão de decisores aos princípios desestatizantes.

Há que se considerar, entretanto, que a grave crise social brasileira não pode prescindir de uma marcante ação governamental, que deve regular as falhas deixadas pela lei do mercado. Para agir nesse sentido, o Governo do Distrito Federal adota o programa *Modernização das Políticas Públicas e da Gestão Governamental*, baseado na atividade de planejamento governamental em sintonia com o conceito de desenvolvimento sustentável e solidário.

A idéia de planejamento por programas constitui-se em chave para a integração entre os propósitos das diferentes administrações regionais e secretarias e suas unidades subordinadas. Não se trata, portanto, de conceber um sistema de planejamento baseado em ações planejadas em diferentes órgãos; importa, sim, a coordenação entre as partes, dentro de um marco programático de governo.

Alguns princípios básicos norteiam a operacionalização do Programa, como é o caso da mudança do conceito de *servidor público* para *servidor do público*. Outro, é a instituição de mecanismos e práticas de acompanhamento e avaliação de políticas públicas, tanto internamente aos órgãos, quanto externamente, pela sociedade ou entidades competentes.

As finanças públicas constituem, hoje, o maior desafio para um governo que se propõe planejar e resgatar o papel do Estado na superação dos impasses e dos efeitos colaterais do modelo de desenvolvimento econômico herdado das últimas décadas.

Como fazer mais, com recursos cada vez mais exíguos?

Essa questão-chave, que orienta a reforma administrativa do governo, será respondida, na prática, com criatividade e competência, aliadas aos princípios da solidariedade e da parceria. O governo entende que as dificuldades financeiras não podem nem devem servir de fator inibidor da responsabilidade do setor público na superação do quadro de exclusão

social e na própria operacionalidade dos órgãos públicos. Para tanto, a instituição de foruns de acompanhamento e avaliação dos programas de governo e setoriais, e das políticas públicas do GDF, representa uma operação fundamental, pois permitirá o monitoramento em tempo real da execução das diversas ações, evitando eventuais desperdícios de recursos resultantes de problemas na operacionalização.

As principais ações deste programa são:

- Formação e treinamento de servidores;
- projeto "Alô Governador", facilitando a comunicação da população com o governo;
- Praça do Cidadão, eliminando o hiato que vem separando os serviços públicos da população;
- orçamento participativo;
- transparência das contas públicas;
- administração participativa, resultante de processos eleitorais em diversos níveis da ação governamental;
- reforma administrativa;
- descentralização das decisões e dos serviços públicos;
- desostentação do Estado, pela redução de gastos supérfluos e eliminação de rituais e práticas pomposos, que estigmatizam a ação do setor público;
- tornar público o funcionamento das empresas estatais, voltando suas ações para o atendimento ao público em geral e não a grupos privilegiados;
- revisão dos gastos do Governo (preços e custos em geral);
- revisão das terceirizações e instituição de um sistema de controle sobre serviços prestados, tanto em termos de qualidade quanto de quantidade;
- resgate da auto-estima e da dignidade do servidor, resultante da valorização inerente à capacitação e ao resgate da legitimidade do Estado junto a população;
- "O Estado vai ao cidadão": informações de interesse público acessíveis ao público;
- monitoramento das dívidas e das contas do GDF;
- instituição de instância de auditoria de programas e políticas;
- monitoramento de licitações e contratos;
- criar a Ouvidoria do Distrito Federal.

Brasília, capital da cidadania

Brasília, sede de decisões nacionais, tem uma população consciente que, por conviver com as estruturas de poder e possuir um nível médio de instrução elevado, participa ativamente do desenvolvimento da capital. No entanto, é com uma certa tristeza que se pode constatar a situação de que Brasília é vista habitualmente como a capital da corrupção e das mordomias. No sentimento popular reside a imagem de que aqui se alocam poderes e personalidades constantemente envolvidas em atos ilícitos, quando não em escândalos de malversação de dinheiro público. Por outro lado, as desigualdades sociais em Brasília são marcantes. Embora pouco visíveis, por sua configuração espacial em forma de guetos, essas desigualdades são notórias nos indicadores econômicos e sociais.

Nessa perspectiva, é um enorme desafio, para o Governo Popular e Democrático, reduzir as injustiças que tecem o espaço social brasiliense, permitindo aos seus cidadãos o acesso aos direitos que lhes são inerentes e, simultaneamente, mudar a imagem e auto-imagem que se tem da cidade.

Cabe assinalar que o aumento do grau de cidadania em uma sociedade é, simultaneamente, um processo de ampliação e universalização de direitos e de generalização e consolidação de deveres.

O programa *Brasília capital da cidadania* contempla esses dois aspectos, por meio de ações dentre as quais se destacam:

- Bolsa familiar para a educação, que garanta toda criança na escola;
- creche: um direito de todos;
- garantia de segurança alimentar às populações carentes;
- ampliação da atuação do Centro de Assistência Judiciária;
- atendimento e orientação ao migrante;

- sensibilização do cidadão quanto a seus deveres (pagamento de impostos, taxas e multas, regularização do uso do solo, do comércio ambulante, etc.);
- empresário cidadão (co-responsabilidade nas políticas sociais e infra-estrutura da sociedade: adoção de menores carentes, de bancos em praças, pontos de ônibus, animais no Zoológico, creches, etc.);
- estímulo à geração de empregos para os deficientes físicos;
- operação "Cidadania", compreendendo ações de reforma do sistema presidiário, combate à violência e à criminalidade, assistência aos menores infratores, dentre outras;
- anistia a funcionários públicos punidos injustamente;
- operação "Meninos de Rua", compreendendo ações de assistência, recuperação, educação e prevenção, em parceria do governo com a sociedade civil;
- geração de emprego e renda, em parceria do governo com empresários;
- terceira idade ativa, voltada para a valorização do papel desta camada da população na vida da cidade;
- implantação da Praça do Cidadão, espaço de exercício dos direitos e deveres da população;
- "Paz no Trânsito", a ser desencadeada em parceria com a imprensa e com organizações da sociedade civil;
- campanha "O Patrimônio público é de todos", visando reduzir a depredação dos bens públicos;
- participação da população no acompanhamento e na avaliação das políticas públicas;
- implantar a Secretaria de Cidadania e Justiça do Distrito Federal.

iii. A construção da identidade e a definição das novas vocações

A reinauguração de Brasília

Síntese dos diferentes brasis, a capital federal deve desempenhar, hoje, um papel fundamental como elo de ligação da nacionalidade, dos vários sistemas econômicos e dos diferentes ambientes naturais do país. O objetivo é, portanto, o de atualizar o projeto original, não apenas em seus aspectos urbanísticos, mas principalmente no tocante às vocações atuais, tanto em termos econômicos como culturais.

É relevante destacar que o espaço geográfico definido pelo Distrito Federal já está, na prática, ultrapassado pela expansão de toda uma área de influência, que ultrapassa mesmo o Entorno institucionalmente definido. Brasília, hoje, não pode ser pensada sem a consideração do contexto regional. E este não deve ser visto como um problema, como uma realidade caracterizada pela concorrência e pela pressão sobre os serviços da capital. O destino do Distrito Federal está intimamente associado ao de suas áreas vizinhas e isso é o ponto de partida para a concepção de um novo modelo de desenvolvimento econômico e social sustentável e solidário.

Programas:

Reinauguração de Brasília

Três décadas e meia após a inauguração de Brasília, a cidade apresenta uma maturidade condicionada em parte pelo seu projeto inicial, mas diferente em vários aspectos das vocações e do destino que haviam sido previstos pelos seus fundadores.

A população cresceu bem mais do que o previsto, mas as atividades econômicas ficaram condicionadas a um restrito círculo de atividades, comparativamente a outras cidades do mesmo porte.

Por força de uma perda geral de legitimidade das estruturas políticas nacionais, que acarretou uma perda de credibilidade no Estado, a imagem de Brasília, inevitavelmente associada ao poder público, vê-se hoje prejudicada diante da opinião pública nacional.

Por outro lado, velhas vocações econômicas revelam-se hoje defasadas diante do quadro de evolução do Distrito Federal. É chegada a hora de *reinaugurar Brasília*. Para isso, é imperativo repensar e atualizar o projeto da cidade, em um processo que envolva consultas à sociedade.

Dentre as ações que compõem este programa de governo, destacam-se:

- Implantação do Projeto Reserva da Biosfera, em parceria com a Unesco, voltado para a preservação do meio ambiente;
- Zoneamento Ecológico-Econômico;

- Fomento às vocações de Brasília, voltada para repensar e revitalizar potencialidades, como chave para a geração de emprego e renda;
- Brasília cosmopolita, valorizando a diversidade cultural da cidade, tanto em termos nacionais como internacionais, bem como o fato de sediar embaixadas e organismos internacionais;
- Projeto Cidades Especiais (por exemplo: Ceilândia, cidade limpa; Sobradinho, cidade culta);
- campanhas para a melhoria da imagem e da auto-imagem da cidade:
 - "Brasília capital de todos os brasileiros";
 - "Brasília é capital";
 - retratos de Brasília em 21 de abril (publicação).

Desenvolvimento Regional e Parceria com o Entorno

O Distrito Federal, como uma cidade-estado, encontra-se inserido em um contexto sócio-econômico e político com o qual se relaciona de maneira mais direta e permanente. Esse contexto, além dos nacional e internacional, se constitui de duas regiões. A primeira é a denominada costumemente de Entorno, compreendendo um conjunto de 17 municípios dos estados de Minas Gerais e Goiás, cujo comportamento incide de maneira direta sobre o Distrito Federal. A segunda é a região do Centro-Oeste, compreendendo além do Distrito Federal os estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Particularmente em relação ao Entorno, o Distrito Federal deve manter uma relação estreita não apenas como atitude ética, em relação a uma população mais desfavorecida, como por vezes se sugere, mas também, e sobretudo, por ser um fator de desenvolvimento econômico e resolução dos problemas sociais que incidem diretamente sobre o Distrito Federal. Quanto ao Centro-Oeste, o Distrito Federal deve ser percebido como um fator de integração com o Norte e parte do leste e Nordeste.

O objetivo do presente programa é o de propiciar relações de parceria favoráveis ao desenvolvimento sócio-econômico do Distrito Federal, do Entorno e da região Centro-Oeste. Dentre suas principais ações, destacam-se:

- Criação da Companhia de Desenvolvimento do Entorno;
- implantação do Corredor Centro-Leste, valorizando o papel de Brasília como pólo de trânsito intermodal de transporte;
- adoção de tarifas unificadas nos transportes;
- desenvolvimento integrado com o Entorno;
- segurança integrada;
- fomento ao turismo regional;
- melhoria da infra-estrutura do Entorno;
- política ambiental integrada;
- campanha "Entorno é solução".

Fomento a Vocações Econômicas

Todas as ações de natureza social programadas pelo governo não seriam operacionais se não estivessem em sintonia com a perspectiva de crescimento das atividades econômicas. Este, nos moldes delineados pelo presente plano, deve se dar em consonância com os princípios da sustentabilidade e da solidariedade. Nesse sentido, o primeiro princípio a ser levado em consideração é o de que o Distrito Federal não pode dissociar a dinâmica de sua economia da realidade de sua área de influência. Em outras palavras, a economia do Distrito Federal deve buscar complementariedade e não competição com os municípios vizinhos.

A estratégia é a de promover uma melhor distribuição espacial das atividades econômicas e da geração de empregos em todo o Distrito Federal e Entorno, como forma de redistribuir espacialmente as oportunidades e a renda, e de evitar a problemática concentração que ora se verifica, sobrecarregando as infra-estruturas.

As ações governamentais do Programa de Fomento a Vocações Econômicas privilegiam:

- Integração da economia do Distrito Federal com mercados regionais;
- melhoria da competitividade das empresas do Distrito Federal;
- criação da bolsa de parcerias governo - setor produtivo;
- estímulo a atividades de reciclagem de resíduos da coleta seletiva do lixo, a serem oferecidas em parceria com o setor produtivo privado;
- fomento à produção de alimentos;
- fomento a atividades geradoras de emprego e renda:
 - pólo agropecuário e agroindustrial;

pólo de turismo e cultura (ecoturismo, turismo religioso, turismo político, Projeto Orla, convenções e grandes eventos);

- pólo de atividades não-poluidoras;
 - pólo de ciência e tecnologia;
 - pólo de inteligência e informação;
 - pólo de saúde;
 - pólo de educação;
 - pólo de cinema e vídeo;
 - pólo editorial e gráfico;
 - pólo de confecções;
 - pólo de gemologia;
 - pólo moveleiro;
 - pólo de trânsito intermodal de transportes.
- viveiro de empresas (fomento e capacitação empresarial a novos empreendimentos geradores de emprego e renda);
 - Centro de Desenvolvimento do Artesanato;
 - implantação do Porto Seco, em parceria com organizações empresariais;
 - Corredor Centro-Leste, em parceria com organizações empresariais;
 - parcerias governo/pesquisa/produção, voltadas para o aumento do aporte tecnológico ao setor produtivo;
 - BRB - Banco de Solidariedade, viabilizando, além das ações de natureza social, atividades econômicas consideradas prioritárias;
 - implantação de áreas de expansão econômica;
 - pólo fonográfico.

ANEXO III

Diagnósticos, Objetivos, Diretrizes

Setoriais e Metas

4 - O Poder Legislativo

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL - CLDF

Exercido pela Câmara Legislativa do Distrito Federal, o Poder Legislativo visa ao efetivo cumprimento das funções legislativa e fiscalizadora, tendo por princípio sua autonomia e independência no âmbito desta Unidade da Federação.

No período de 1991-1994, aquela Casa concretizou sua 1ª Legislatura com a promoção de várias ações prioritárias, apresentando 1.494 projetos de lei, dos quais 649 estão em vigor, destacando-se, ainda, a promulgação da Lei Orgânica do Distrito Federal.

As ações desenvolvidas nesse período contribuíram positivamente ao pleno desenvolvimento de suas atribuições legais, mas requerem continuidade e aprimoramento, a fim de que haja um acompanhamento sólido das Políticas Públicas.

Nesse contexto, a Câmara Legislativa do Distrito Federal mantém uma filosofia de atuação integrada às Políticas de Governo, notadamente quanto à transparência das ações públicas conjugada com uma administração participativa, de modo a formar parceria com a sociedade.

Alia-se a essa filosofia, a intenção de atuar, junto ao Distrito Federal, na formação de uma nova cultura política e social, promovendo uma melhoria da qualidade de vida aos cidadãos.

1) Objetivos

- Consolidar a estrutura interna da Câmara Legislativa;
- aprimorar os mecanismos de participação da sociedade nos debates realizados pela Câmara Legislativa;
- organizar e estruturar o sistema de fiscalização e controle do Poder Executivo.
- incrementar a eficácia dos canais de verificação e consulta das demandas sociais;
- promover esforços que solidifiquem o princípio de utilidade do Poder Legislativo, na democracia representativa;
- revigorar a participação popular na definição e controle das Políticas Públicas através da divulgação das contas do Poder Executivo.

2) Diretrizes

- Democratizar o acesso às informações de natureza política, econômica e social, produzidas no âmbito da Câmara Legislativa;
- Promover papel do poder legislativo como intuição de representação popular e instância mediadora e fiscalizadora do poder executivo.

METAS REGIONALIZADAS

CÂMARA LEGISLATIVA

SUBPROGRAMA / METAS	UNIDADE	QUANTIDADE			REGIONALIZAÇÃO
		1996	1997 a 1999	TOTAL	
0001 AÇÃO LEGISLATIVA					
- Manter o funcionamento da CLDF.	Unid.	1	1	1	RA I
- Construir o edifício sede.	m²	-	15.000	15.000	RA I
- Promover assistência médica e odontológica a servidores e dependentes.	Pessoa	4.000	12.600	16.600	RA I
0002 CONTROLE EXTERNO					
- Fiscalizar as ações do Poder Executivo.		-	-	-	DF
0024 INFORMÁTICA					
- Ampliar o sistema de processamento de dados e implantar rede de informações.		-	-	-	DF

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL - TCDF

O Tribunal de Contas, de acordo com a Lei Orgânica do Distrito Federal e de Lei Complementar nº 09 de maio de 1995, é órgão que exerce as funções de controle externo no âmbito do Distrito Federal.

Assim, compete ao Tribunal de Contas do Distrito Federal exercer, mediante controle externo, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal, quanto aos aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia das receitas.

1) Diagnóstico

As novas atribuições estabelecidas para o Tribunal de Contas com o advento da Constituição Federal de 1988 e Lei Orgânica do Distrito Federal, vêm impondo a adoção de providências que permitam a superação de carências no tocante à recursos humanos, equipamentos, frota de veículos, instalações e informatização, de modo a permitir um adequado desempenho das ações a cargo da Corte de Contas.

2) Objetivos

- Apreciar as contas anuais do governo e julgar aquelas relativas aos administradores e responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos;
- realizar inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas dos Poderes Executivo e Legislativo;

- avaliar a execução das metas estabelecidas no plano plurianual, nas diretrizes orçamentárias e no orçamento anual;
- apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, concessões de aposentadorias, reformas e pensões;
- fiscalizar a aplicação de recursos repassados pelo Distrito Federal, a qualquer título;
- apreciar e apurar denúncias sobre irregularidades e ilegalidades dos atos sujeitos a seu controle;

3) Diretrizes

- Fortalecer a atuação do controle externo mediante o incremento do número de inspeções e auditorias, destacando as de natureza operacional;
- melhorar a infra-estrutura operacional, enfatizando o processamento eletrônico de dados;
- ampliar, treinar e aperfeiçoar os recursos humanos em todos os níveis;
- rever a estrutura organizacional para desenvolver, com maior eficácia, as atribuições previstas em lei.

METAS REGIONALIZADAS

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SUBPROGRAMA / METAS	UNIDADE	QUANTIDADE			REGIONALIZAÇÃO
		1996	1997 a 1999	TOTAL	
0002 CONTROLE EXTERNO					
- Aperfeiçoar o sistema de fiscalização.		-	-	-	RA I
- Manter o funcionamento do TCDF.		-	-	-	RA I
- Ampliar o edifício anexo.	m ²	150	450	600	RA I
- Construir escada de emergência.	m ²	105	-	105	RA I
- Recuperar e melhorar as instalações.	m ²	250	750	1.000	RA I
- Ampliar ou renovar frota de veículos.	Unid.	6	18	24	RA I
0024 INFORMÁTICA					
- Ampliar o sistema de processamento de dados (equipamentos).	Unid.	40	40	80	RA I
0495 PREVIDÊNCIA SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS					
- Assegurar a subsistência pecuniária aos inativos, pensionistas e seus dependentes.	Pessoa	229	229	229	RA I

5 - O Poder Executivo

GABINETE DA VICE-GOVERNADORIA

Ao Gabinete da Vice-Governadoria cabe a assistência direta ao Vice-Governador no desenvolvimento de suas atividades técnico-administrativas e a composição de subsídios para formulação do acompanhamento político-social do Governo.

1) Diagnóstico

O Gabinete não está organizado para dar vazão ágil e eficiente às questões administrativas de sua competência, nem possui infra-estrutura para estabelecer uma relação direta com a sociedade na busca de soluções para seus problemas.

Inexiste um canal de ligação do Gabinete com a sociedade, sendo necessário implantar-se um sistema de informações entre a Vice-Governadoria e os demais órgãos.

2) Objetivos

- Desempenhar papel de mediador entre sociedade e governo;
- assistir ao Governo no acompanhamento político-social das ações dos diversos órgãos;
- participar do processo de identificação das dificuldades da sociedade, com vistas à busca de suas soluções.

3) Diretrizes

- Formular políticas de fomento ao desenvolvimento do Distrito Federal, através da interação das ações das Administrações Regionais com a população, bem como através da ampliação dessas ações;
- manter canal de comunicação permanente da Vice-Governadoria com a sociedade, nos seus vários segmentos e camadas sociais.

METAS REGIONALIZADAS

GABINETE DA VICE-GERENADORIA

SUBPROGRAMA / METAS	UNIDADE	QUANTIDADE			REGIONALIZAÇÃO
		1996	1997 a 1999	TOTAL	
0020 SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO SUPERIOR					
- Manter o funcionamento do Gabinete do Vice-Governador do DF	Unid.	1	1	1	DF
- Implementar programas e projetos visando a modernização administrativa.	Unid.	1	-	1	DF
- Adquirir máquinas, equipamentos e utensílios para serviços administrativos.	Unid.	4	10	14	DF
0024 INFORMÁTICA					
- Implantar e manter o sistema de informatização do Gabinete do Vice-Governador.	Unid.	1	1	1	DF
0025 EDIFICAÇÕES PÚBLICAS					
- Realizar reformas nas instalações do Gabinete do Vice-Governador em 2 Etapas.	Unid.	1	1	1	DF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SEA

Órgão sistêmico do Governo do Distrito Federal, a Secretaria de Administração atua nas áreas de Modernização e Organização Administrativa, Recursos Humanos e Recursos Físicos. Para tanto, sua estrutura é composta por 03 (três) Subsecretarias e pelo Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos - IDR, como órgão relativamente autônomo.

A política adotada pela SEA caracteriza-se pela operacionalização necessária à promoção do programa "Governo Modelo". Nela estão embutidos os princípios da gestão democrática através da participação da sociedade e dos servidores públicos na administração governamental.

Na área de execução orçamentária, em razão da inexistência de assessoria técnica qualificada, têm-se tornado rotineiros procedimentos sem o referido conhecimento técnico. Em termos gerais, os procedimentos administrativos na SEA são centralizados e a maioria das rotinas são executadas manualmente, faltando a necessária modernização, principalmente, a de equipamentos, espaço físico, tecnologia e procedimentos.

1) Diagnóstico

Considerando os sistemas gerenciados pela SEA, é demonstrada a seguir, a situação de cada um em dezembro/1994:

I - SUBSECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS

A Subsecretaria de Recursos Humanos é responsável pelo controle de pessoal ativo, inativos, pensionistas e, ainda, requisitados e cedidos, tendo como missão o gerenciamento de Recursos Humanos no âmbito do Governo. Isto significa que ela é a responsável pelo provimento, normatização, avaliação e administração de pessoal. Além disso, esta Subsecretaria será um dos pilares de desenvolvimento da Política de Recursos Humanos que acreditamos e queremos implementar.

Em termos quantitativos, o Distrito Federal apresenta-se com o seguinte cenário de servidores:

ÓRGÃOS	Ativos		Inativos		Pensionistas	
	Qtde	Valor (R\$)	Qtde	Valor (R\$)	Qtde	Valor (R\$)
Administração Direta e Administrações Regionais	12.614	23.629.435,41	10.043	17.080.066,05	3.316	3.099.754,51

Fonte: SEA/DEZ - 1994.

Em relação aos Órgãos Relativamente Autônomos, Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, o Distrito Federal mantém um quantitativo de 105.272 servidores ativos, correspondendo ao montante de R\$ 110.876.758,68.

Quanto aos requisitados e cedidos, a situação é a seguir descrita:

Situação	Com Ônus	Sem Ônus	Ressarcimento
Requisitado	32	14	02
Cedido	323	07	08

Fonte: SEA/DEZ - 1994.

II - SUBSECRETARIA DE RECURSOS FÍSICOS

O Sistema de Transportes, composto por 544 veículos, 09 postos de abastecimento e grande parque de oficinas, apresenta cerca de 40% da frota com mais de 05 anos de uso, provocando elevação nos custos de manutenção. Alia-se a essa situação, a ausência de política de aquisição e distribuição de veículos, ocasionando o crescimento desordenado da frota.

Os serviços de vigilância, limpeza e manutenção de prédios dos órgãos, das Administrações Regionais e do Palácio do Buriti são executados por terceiros, gerenciados através do Sistema de Manutenção Patrimonial. São de elevado custo financeiro e comprometem o desenvolvimento das demais atividades afetas à Secretaria.

O Sistema de Material tem sob a sua responsabilidade as atividades de aquisição, estocagem e distribuição de materiais e equipamentos. Possui problemas como: um sistema de processamento de dados ainda não implantado na sua totalidade, alta rotatividade de pessoal nos órgãos integrantes do sistema e baixa qualidade no seu gerenciamento.

III - SUBSECRETARIA DE MODERNIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

A Subsecretaria de Modernização e Organização Administrativa tem como função básica coordenar o processo de modernização e organização administrativa no âmbito da administração pública e articular seus trabalhos com as políticas e diretrizes governamentais, além de prestar serviços de qualidade e de alto nível ao usuário.

A missão tem sido, em muito, dificultada em razão da falta de pessoal com qualificação técnica, escassez de equipamentos e total inadequação do "lay-out" dos ambientes de trabalho.

IV - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS - IDR

Com a finalidade de selecionar e capacitar servidores do GDF em Planejamento Estratégico Democrático - PED e Gestão Estratégica Participativa - GEP, o IDR encontra-se atualmente como executor de concursos públicos, em detrimento de outras funções do governo que lhe são inerentes, como a valorização e o resgate da auto-estima dos servidores e o aperfeiçoamento do órgão para servir ao público.

2) Objetivos

- Criar uma nova cultura organizacional de aproveitamento do potencial humano e material dos recursos públicos;

- estabelecer e implantar mecanismos de redução de custos administrativos;
- formar e capacitar o servidor do público.

- Reorganizar a administração do Governo do Distrito Federal de forma a torná-lo transparente, acessível ao público e participativo;
- estabelecer programa de valorização do servidor público;
- estabelecer programa de gestão de qualidade para a cidadania.

3) Diretrizes

METAS REGIONALIZADAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

SUBPROGRAMA / METAS	UNIDADE	QUANTIDADE			REGIONALIZAÇÃO
		1996	1997 a 1999	TOTAL	
0021 ADMINISTRAÇÃO GERAL					
- Manter o funcionamento da Secretaria e do IDR	Unid.	2	2	2	DF
- Elaborar o banco de dados (Tesouros).	Unid.	1	-	1	
- Desenvolver sistemas em rede para a biblioteca.	Unid.	1	-	1	
- Atender o GDF em serviços que antes eram prestados por terceiros: jardineiro, vigilância armada e desarmada e servente.	Pessoa	1.487	1.487	1.487	DF
- Renovar e ampliar a frota de veículos do GDF com veículos leves e pesados.	Unid.	82	570	652	DF
- Renovar e ampliar equipamentos de oficinas e postos.	Unid.	61	-	61	RA I
- Adquirir equipamentos e material permanente.	Unid.	415	643	1.058	DF
- Realizar concursos.	Unid.	40	100	140	DF
- Adquirir material de escritório.	Unid.	90	118	208	DF
0022 DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOGRAFIA					
- Elaborar e editar manual de redação oficial do GDF.	Unid.	2.000	3.000	5.000	DF
- Elaborar e implantar tabelas de temporalidade	Unid.	1	-	1	DF
- Adquirir material bibliográfico.	Unid.	3.000	9.000	12.000	DF
0024 INFORMÁTICA					
- Expandir sistema de informatização e implantar redes.	Unid.	1	1	1	DF
- Contratar Linhas LPCD/Telebrasil.	Unid.	40	-	40	DF
0025 EDIFICAÇÕES PÚBLICAS					
- Reformar próprios do Poder Público.		-	-	-	DF
- Construir sede para arquivo intermediário.	Unid.	1	-	1	DF
- Construir sede para biblioteca.	Unid.	1	-	1	DF
0043 ORGANIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA					
- Estudar e equipar memória documental da organização administrativa do GDF.	Unid.	1	1	1	DF
- Adequar e manter o sistema de					

METAS REGIONALIZADAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

SUBPROGRAMA / METAS	UNIDADE	QUANTIDADE			REGIONALIZAÇÃO
		1996	1997 a 1999	TOTAL	
segurança/identificação.	Unid.	1	1	1	DF
0128 SERVIÇOS POSTAIS ESPECIAIS					
- Reativar o sistema de malote.	Unid.	100	60	160	DF
0217 TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS					
- Realizar cursos de planejamento estratégico democrático.	Servidor	1.000	5.500	6.500	DF
- Realizar cursos de capacitação para servidores de carreiras específicas.	Servidor	3.000	11.500	14.500	DF
- Realizar cursos, seminários e palestras para servidores da Administração Direta do DF.	Servidor	1.500	5.750	7.250	DF
0486 ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL					
- Manter o pagamento do auxílio funeral.	Unid.	1	1	1	DF
0495 PREVIDÊNCIA SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS					
- Manter o pagamento a inativos e pensionistas.	Pensionistas	2.828	9.094	11.922	DF
	Inativos	6.382	20.946	7.282	

SECRETARIA DE AGRICULTURA - SA

Esta Secretaria, a fim de atender às suas funções de desenvolver o associativismo, administrar as terras públicas rurais, fornecer assistência técnica ao produtor rural e coordenar a política agropecuária (abrangendo produção, comercialização, abastecimento, armazenagem e fomento), possui uma estrutura orgânica própria e conta, ainda, com o auxílio de entidades vinculadas (SAB, CEASA, FZDF, EMATER).

A Secretaria coordenará a política que visa ao incremento do setor rural, especificamente nas atividades que levarão a uma produção de alimentos de boa qualidade por preços mais baixos.

Resolver o problema da fome exige solução prévia nas questões relativas ao modelo fundiário, alterações na legislação fiscal, acesso aos recursos necessários para a produção, como o crédito rural e oferta de insumos, e apoio a melhor comercialização de produtos agropecuários, "in natura" ou não.

1) Diagnóstico

Os entraves para o desenvolvimento do setor produtivo agropecuário do Distrito Federal encontram-se no seu modelo fundiário, no acesso ao crédito rural e na estrutura tributária.

Estudos realizados a respeito da situação fundiária no Distrito Federal apontam uma correlação entre o atual quadro de distribuição de terras e a ineficiência do setor produtivo. O modelo fundiário originalmente adotado previa a desapropriação das terras rurais e sua concessão a produtores. O processo de desapropriação parou por falta de recursos e a destinação de grande parte das áreas agrícolas (tanto particulares quanto concessões) foi desviada da produção para o lazer, em parte devido à fração mínima exigida por lei para parcelas rurais (apenas 02 hectares), e, em parte, devido à especulação imobiliária, que agiu de forma determinante no processo.

O atual quadro fundiário apresenta o maior número de propriedades rurais de aproximadamente 10 hectares e a maior extensão de terras com propriedades maiores que 100 hectares. Essa distribuição de terras relega a uma posição inferior o segmento mais promissor, para conduzir uma nova estratégia de desenvolvimento para o setor agropecuário, que é a agricultura familiar. Esse segmento de produtores caracteriza-se por

encontrar-se em uma faixa de área entre 20 e 100 hectares e por possuir um sistema de produção intensivo que absorve quase sete vezes mais postos de trabalho do que o modelo patronal (tradicional).

Também merece ser analisado o redirecionamento da política do crédito rural. Comparativamente à grande produção, a agricultura familiar é absorvedora de mão-de-obra e abastecedora do mercado interno. O repasse de recursos do crédito rural, entretanto, não denota essa importância, beneficiando, mais que proporcionalmente, por número de contratos, o grande produtor.

A estrutura tributária é outro ponto de entrave para a produção, e que termina por também prejudicar o consumidor. A extrema regressividade do ICMS onera, principalmente, os consumidores de menor renda, público alvo de qualquer programa de governo que pretenda combater a fome.

2) Objetivos

- Regularizar as atividades não poluentes e compatibilizar a exploração agrícola com as áreas de proteção ambiental;
- definir, controlar e administrar a situação fundiária;
- planejar, coordenar e executar programas com vistas ao aumento da produção e da produtividade agropecuária, e melhorar as condições de vida do meio rural, de acordo com as políticas de ação do Governo do Distrito Federal, evitando o êxodo rural e oferecendo alternativa à concentração urbana;
- proporcionar apoio motomecanizado aos produtores rurais;
- contribuir para a melhoria das condições de vida da população do Distrito Federal, principalmente a de baixa renda, promovendo o aumento do nível de consumo de alimentos básicos, através da oferta a preços acessíveis;
- transferir tecnologias agropecuária, industrial e gerencial aos produtores rurais e suas famílias;
- facilitar o acesso dos insumos básicos necessários à produção agropecuária;

- dinamizar o associativismo, visando o fortalecimento e a organização do setor agropecuário;
- capacitar técnica e gerencialmente os produtores e trabalhadores rurais e suas famílias e os dirigentes das diversas formas associativistas, a fim de tornar suas atividades agrícolas mais produtivas e rentáveis;
- dispor de informações e soluções, da agropecuária, da agroindústria e de economia doméstica, que satisfaçam as necessidades do produtor rural e demais clientes;
- reduzir o índice de clandestinidade dos produtos de origem animal e vegetal e melhorar a qualidade dos alimentos ofertados;
- reduzir o impacto de flutuação de oferta de produtos agrícolas;
- aperfeiçoar o sistema de comercialização de produtos agropecuários, no atacado e no varejo;
- proporcionar a melhoria de hábitos alimentares da população;
- trabalhar para a revisão da legislação fiscal, de maneira a reduzir a carga tributária incidente sobre o pequeno produtor;
- reduzir índices de perdas de produtos agrícolas.

3) Diretrizes

- Promover a verticalização da produção agropecuária, utilizando-se de informação sistemática, garantindo mercado, agregando valor ao produto;
- criar pontos de venda para comercialização direta do pequeno produtor ao consumidor;
- promover o desenvolvimento das microbacias hidrográficas e das comunidades rurais;
- promover a diversificação das atividades agropecuárias, que visem à conquista de mercados atuais e futuros, com vantagens comparativas às potencialidades naturais do Distrito Federal e Região do Entorno;
- contribuir com o aumento da produção e produtividade da agropecuária e da agroindústria;
- regular preços e oferta dos insumos necessários ao setor agropecuário;
- buscar a melhoria da qualidade dos produtos agropecuários e seus derivados;
- organizar a comercialização de produtos agropecuários e de produtos e subprodutos processados, resultando em retorno financeiro nas atividades e geração de emprego;
- desenvolver agricultura sustentável, mantendo a harmonia entre o homem e a natureza;
- desenvolver a família rural e a população de baixa renda, promovendo a melhoria da sua qualidade de vida;
- adotar estratégias conjuntas para o desenvolvimento da Região do Entorno;
- fortalecer as diferentes formas de associativismo rural;
- modernizar a estrutura organizacional;
- gerar empregos e renda;
- estimular a terra a micro e pequenos produtores (agricultura familiar);
- rever as concessões e contratos de arrendamento de terras rurais, no sentido de garantir a terra a quem nela produz.

METAS REGIONALIZADAS

SECRETARIA DE AGRICULTURA

SUBPROGRAMA / METAS	UNIDADE	QUANTIDADE			REGIONALIZAÇÃO
		1996	1997 a 1999	TOTAL	
0021 ADMINISTRAÇÃO GERAL					
- Manter e aperfeiçoar serviços administrativos da SA, FZDF e EMATER.	Unid.	3	3	3	DF
- Mapear e regularizar terras públicas.	1000 Ha	-	150	150	DF
- Fiscalizar lote administrado pela FZDF.	Unid.	1.000	2.600	3.600	DF
- Realizar estudos técnicos para reformulação dos planos de utilização.	Unid.	1	-	1	DF
- Adquirir veículos automotivos.	Unid.	5	11	16	DF
0023 DIVULGAÇÃO OFICIAL					
- Divulgar trabalhos e executar campanhas informativas, publicidade e propagandas.	Unid.	4	12	16	ENTORNO e DF
0024 INFORMÁTICA					
- Adquirir e manter equipamentos de informática	Unid.	49	96	145	ENTORNO e DF
- Instalar rede Novell.	Unid.	1	-	1	DF
0055 PESQUISA APLICADA					
- Adquirir equipamentos de laboratório.	Unid.	4	2	6	DF
0056 DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL					
- Adquirir equipamentos de laboratório.	Unid.	1	4	5	DF
0058 TESTE E ANÁLISE DE QUALIDADE					
- Construir Casa de Vegetação.	Unid.	-	1	1	DF
- Adquirir equipamentos de laboratório.	Unid.	-	3	3	DF
0075 DEFESA SANITÁRIA VEGETAL					
- Executar defesa sanitária vegetal através de análise laboratorial por amostragem.	Amostra	28	92	120	ENTORNO e DF
- Adquirir equipamentos e material permanente.	Unid.	8	27	35	ENTORNO e DF
0077 IRRIGAÇÃO					
- Construir barragens.	Unid.	1	3	4	DF

METAS REGIONALIZADAS

SECRETARIA DE AGRICULTURA

SUBPROGRAMA / METAS	UNIDADE	QUANTIDADE			REGIONALIZAÇÃO
		1996	1997 a 1999	TOTAL	
- Recuperar e construir canais.	Km	60	180	240	DF
- Elaborar projetos.	Unid.	2	6	8	DF
0078 MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA					
- Adquirir veículos leves e pesados.	Unid.	28	107	135	DF
- Adquirir equipamentos agrícolas e mecânicos.	Unid.	28	43	71	DF
- Construir galpão para máquinas e implementos.	m ²	2.400	-	2.400	DF
- Executar horas máquinas.	Unid.	30.000	120.000	150.000	DF
0080 SEMENTES E MUDAS					
- Adquirir ferramentas agrícolas.	Unid.	50	150	200	DF
- Adquirir defensivos agrícolas, rações, adubos e sementes.	Unid.	246	738	984	DF
0087 DEFESA SANITÁRIA ANIMAL					
- Executar defesa sanitária animal através de análise laboratorial por amostragem.	Unid.	30	100	130	DF
- Adquirir equipamentos e material permanente.	Unid.	8	27	35	ENTORNO e DF
- Aplicar vacinas e adquirir medicamentos.	Unid.	378	1.146	1.524	DF
- Adquirir materiais de laboratório.	Unid.	300	900	1.200	DF
0097 INSPEÇÃO, PADRONIZAÇÃO E CLASSIF. DE PRODUTOS					
- Executar registro e fiscalização de estabelecimentos agroindustriais de alimentos de origem vegetal e animal.	Unid.	108	357	465	DF
- Adquirir equipamentos e material permanente	Unid.	42	133	175	DF
- Controlar a qualidade de alimentos agroindustrializados através de coletas para análise laboratorial.	Unid.	150	496	646	DF
- Fiscalizar o uso de agrotóxicos em propriedades rurais produtivas, por amostragem.	Unid.	880	2.912	3.792	DF
- Registrar, fiscalizar e inspecionar estabelecimentos produtores/comerciantes de sementes e mudas.	Unid.	380	1.280	1.660	DF

METAS REGIONALIZADAS

SECRETARIA DE AGRICULTURA

SUBPROGRAMA / METAS	UNIDADE	QUANTIDADE			REGIONALIZAÇÃO
		1996	1997 a 1999	TOTAL	
- Coletar sementes e mudas fiscalizadas por amostragem para análise laboratorial.	Unid.	310	1.025	1.335	DF
0104 REFLORESTAMENTO					
- Executar trabalhos para o reflorestamento.	Horas/máquina	7.000	23.000	30.000	DF
0105 CONSERVAÇÃO DO SOLO					
- Explorar racionalmente o solo.	Ha	2.000	6.000	8.000	DF
0111 EXTENSÃO RURAL					
- Construir centro de treinamento de extensão rural.	Unid.	-	-	1	DF
- Adquirir veículos.	Unid.	24	72	96	ENTORNO e DF
- Construir escritórios locais.	Unid.	2	4	6	ENTORNO e DF
- Adquirir computadores e periféricos.	Unid.	18	17	35	ENTORNO e DF
- Adquirir telefones.	Unid.	7	7	14	DF
- Vacinar rebanho bovino.	Unid.	88.000	88.000	88.000	
- Treinar trabalhador rural.	Pessoa	2.500	7.500	10.000	ENTORNO e DF
- Manter serviços de assistência técnica e extensão rural:					
.assistir as agroindústrias e famílias rurais	Escr.local	30	30	30	ENTORNO e DF
.assistir produtores e associações rurais	Unid.	48.100	48.100	48.100	ENTORNO e DF
.assistir comercialização agrícola:					
.assistir regulagem de colheitadeiras	Produtor	2.300	2.300	2.300	ENTORNO e DF
.assistir microbacias hidrográficas	Estabelecimento	600	600	600	ENTORNO e DF
.instalar área demonstrativa	Unid.	500	500	500	ENTORNO e DF
.desenvolver projetos agropecuários	Unid.	50	50	50	ENTORNO e DF
	Unid.	30	45	75	ENTORNO e DF
	Unid.	20	20	20	ENTORNO e DF
0112 PROMOÇÃO AGRÁRIA					
- Construir, reformar e manter unidades de revenda.	Unid.	23	73	96	RA III e ENTORNO
- Adquirir veículos.	Unid.	1	2	3	DF
- Adquirir material de escritório.	Unid.	20	51	71	DF
- Adquirir máquina empilhadeira.	Unid.	1	1	2	DF
- Implantar assentamentos rurais a famílias de					

METAS REGIONALIZADAS

SECRETARIA DE AGRICULTURA

SUBPROGRAMA / METAS	UNIDADE	QUANTIDADE			REGIONALIZAÇÃO
		1996	1997 a 1999	TOTAL	
agricultores de baixa renda.		-	-	-	DF
0495 PREVIDÊNCIA SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS					
- Assegurar a subsistência pecuniária a inativos e pensionistas.		-	-	-	DF
0534 ESTRADAS VICINAIS					
- Construir e recuperar estradas vicinais.	Km	450	1.450	1.900	DF

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - SCS

A Secretaria de Comunicação Social compete a divulgação das ações do governo interna e externamente, para informar à sociedade os projetos, programas e obras que estão sendo realizados em todos os setores da Administração Pública e a promoção de pesquisas de opinião, sobre a repercussão das ações do governo, bem como os anseios e reivindicações da população.

A política adotada pela Secretaria incorpora o conceito da nova filosofia de governo: de modernização democrática, desenvolvimento integrado e sustentável e mudança da imagem da cidade.

1) Diagnóstico

A área de Comunicação Social possui reduzido espaço físico e poucos recursos materiais e humanos para o desempenho de suas atribuições.

Não existem programas permanentes que possibilitem divulgar uma imagem real e transparente do governo de modo integrado e articulado entre as Secretarias.

Iguamente, inexistem pesquisas sistemáticas junto à população que permitam identificar o nível de satisfação da população quanto às ações

2) Objetivos

- Aumentar o fluxo de informações sobre a Administração do Distrito Federal;
- realizar campanhas de *marketing* do governo para melhorar a qualidade dos serviços e reduzir custos;
- instituir programa de informações sobre Administração Participativa entre governo e sociedade;
- dotar a Secretaria de melhores condições tecnológicas para um adequado desempenho.

3) Diretrizes

- Assegurar transparência às informações políticas e ações do governo, garantindo um canal aberto e permanente de manifestação da comunidade;

- analisar o impacto das ações governamentais, implantadas, como o

METAS REGIONALIZADAS

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

SUBPROGRAMA / METAS	UNIDADE	QUANTIDADE			REGIONALIZAÇÃO
		1996	1997 a 1999	TOTAL	
0021 ADMINISTRAÇÃO GERAL					
- Manter e aperfeiçoar o funcionamento da Secretaria.	Unid.	1	1	1	DF
0023 DIVULGAÇÃO OFICIAL					
- Imprimir jornal semanal através do DODF.	Unid.	48	144	192	DF
- Publicar o DODF.	Unid.	366	1.098	1.464	DF
- Promover publicidade e propaganda.	Unid.	2.000	6.000	8.000	DF
0024 INFORMÁTICA					
- Implantar tele-marketing.	Unid.	1	-	1	DF
- Adquirir equipamento.	Unid.	35	20	55	DF
- Instalar linha telefônica.	Unid.	3	2	5	DF

SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE - SCE

A Secretaria de Cultura e Esporte (SCE), órgão de administração superior, diretamente subordinada ao Governo do Distrito Federal, tem como competência, planejar, coordenar, supervisionar e executar as atividades culturais, assim como formular políticas para o esporte e lazer.

Aliada a uma política cultural eficiente, a Secretaria terá sua atividade voltada para o desenvolvimento da identidade cultural de todas as comunidades que formam o Distrito Federal e para a plena formação do cidadão; para tanto atuará buscando parcerias, seja junto às outras secretarias ou junto à sociedade como um todo.

1) Diagnóstico

É necessário reestruturar o Sistema Cultural e desenvolver um eficiente programa de formação das atividades artísticas, culturais e desportivas, além da recuperação de espaços, permitindo a ampliação do acesso da população aos bens culturais. Da mesma forma, a integração entre as Regiões Administrativas e a Secretaria é importante, dentro de um sistema eficiente de intercâmbio e parceria nas atividades locais, nacionais e internacionais. Essas metas proporcionarão o resgate da auto-imagem e imagem de Brasília e do Distrito Federal.

Dentre as muitas dificuldades que a Secretaria apresenta, significativa é a ausência de uma política de aperfeiçoamento de pessoal, aliada ao pequeno acesso aos bens culturais e à falta de uma política de ampliação desses bens.

A falta de pessoal e de um sistema de difusão e divulgação criou espaços culturais ociosos. O planejamento inadequado na ocupação desses espaços condenou-os à depredação e ao desgaste em todo o Distrito Federal. Cabe ainda salientar a ausência de espaços culturais em todas as cidades-satélites.

2) Objetivos

- Proporcionar à comunidade espaços culturais e esportivos em plenas condições de uso;
- incentivar as manifestações culturais e esportivas como fator fundamental ao desenvolvimento social;
- proporcionar informações precisas, imediatas e atualizadas para atender à comunidade artística e ao cidadão;

- atender a formação, capacitação e treinamento do pessoal que atua na área cultural;
- democratizar e facilitar o acesso da população aos bens culturais e esportivos, inclusive em áreas rurais;
- otimizar o processo de desenvolvimento da Rádio Cultura e Pólo de Cinema e Vídeo;
- implantar programa de fomento visando criar no Distrito Federal um "Pólo editorial e gráfico", em conjunto com a Secretaria de Indústria e Comércio.

3) Diretrizes

- Administrar com transparência o Sistema Cultural, de acordo com suas especificidades e em consonância com o Plano de Governo;
- priorizar a formação, capacitação e profissionalização de pessoas para atuar na área cultural;
- melhorar a imagem de Brasília, através da valorização do patrimônio histórico, artístico e cultural, conscientizando o povo de sua riqueza e sensibilizando-o a participar do processo cultural de forma justa e democrática;
- apoiar a prática do esporte na rede escolar, jogos estudantis, bem como o esporte amador na comunidade, com infra-estrutura e recursos garantidos pelo governo;
- democratizar o acesso aos bens culturais, reequipando os espaços culturais de acordo com suas especificidades, e regionalizar a produção artística e cultural criando um sistema de difusão, informação e divulgação na área cultural;
- garantir recursos orçamentários para a cultura, através do orçamento participativo;
- criar programas de formação, na área cultural, para a população escolar e para a comunidade em geral de todo o Distrito Federal;
- reconhecer as artes como recurso educacional no sistema do Distrito Federal;
- participar da formação de uma consciência cidadã responsável e comprometida com o hoje e o amanhã da cidade.

METAS REGIONALIZADAS

SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE

SUBPROGRAMA / METAS	UNIDADE	QUANTIDADE			REGIONALIZAÇÃO
		1996	1997 a 1999	TOTAL	
0021 ADMINISTRAÇÃO GERAL					
- Manter e aperfeiçoar o funcionamento da SCE, ArPDF, DEFER e FCDF.	Unid.	4	4	4	
- Adquirir e manter sistema de informática do DEFER, Biblioteca Pública 512 Sul, Planetário, MAB, Centro de Difusão Cultural, Teatro Nacional Cláudio Santoro, SEC, FCDF, ArPDF e DPH.	Unid.	11	11	11	RA I
- Adquirir ônibus.	Unid.	1	-	1	DF
- Apoiar e promover eventos:					
. Festival de Brasília do Cinema Brasileiro	Unid.	1	3	4	DF
. Festival Latino-americano de Arte e Cultura-FLAAC	Unid.	1	1	2	DF
. Seminário Internacional de Dança	Unid.	1	3	4	DF
. Encontro Nacional de Escritores	Unid.	1	3	4	DF
. Eventos diários, semanais, quinzenais e mensais		-	-	-	DF
. Jogos estudantis do DF.	Unid.	1	3	4	DF
. Festival de cultura da juventude	Unid.	1	3	4	DF
- Promover eventos, edição e publicidade para DEFER.	Unid.	11	33	44	RA I
- Adquirir equipamentos para o DEFER.	Unid.	3	11	14	RA I
- Adquirir publicação para a FCDF.	Unid.	30	90	120	DF
- Treinar técnico para a FCDF.					

0025 EDIFICAÇÕES PÚBLICAS					
- Construir biblioteca.	Unid.	-	1	1	DF
- Construir a sede do Pólo de Cinema e Vídeo do DF.	Unid.	1	-	1	DF
- Reformar:					
.Teatro Nacional Cláudio Santoro	Unid.	1	-	1	DF
.Planetário de Brasília	Unid.	1	-	1	DF
.Gran Circular	Unid.	1	-	1	DF
.Casa do Cantador	Unid.	1	-	1	DF
.Museu de Arte de Brasília	Unid.	-	1	1	DF
.Casa do Teatro Amador	Unid.	-	1	1	DF
.Espaços da Praça dos Três Poderes	Unid.	-	2	2	DF
.Escola Júlia Kubistchek	Unid.	-	1	1	DF
- Restaurar:					

METAS REGIONALIZADAS

SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE

SUBPROGRAMA / METAS	UNIDADE	QUANTIDADE			REGIONALIZAÇÃO
		1996	1997 a 1999	TOTAL	
.edificações históricas	Unid.	-	3	3	RA I e RA VI
.Museu HJKO	Unid.	-	1	1	RA I
.Igreja São Geraldo	Unid.	-	1	1	RA VI
.Igreja N. Sen. Aparecida na Vila Metropolitana	Unid.	-	1	1	RA VIII
- Construir a sede do Arquivo Público.	Unid.	-	1	1	RA I
- Recuperar:					
.Estádio Mané Garrincha	Unid.	1	-	1	RA I
.Quadras externas do DEFER	Unid.	1	-	1	RA I
.Conjunto Aquático	Unid.	-	1	1	RA I
.Ginásio Cláudio Coutinho	Unid.	-	1	1	RA I
.Autódromo de Brasília	Unid.	-	1	1	RA I
.Ginásio Nilson Nelson	Unid.	-	1	1	RA I
0223 EDUCAÇÃO FÍSICA					
- Assistir entidades.	Unid.	8	24	32	DF
0224 DESPORTO AMADOR					
- Apoiar promoção de eventos e projetos.	Unid.	20	60	80	DF
- Dar assistência ao aluno.	Pessoa	5.000	15.000	20.000	DF
0235 BOLSAS DE ESTUDOS					
- Conceder bolsas.	Unid.	8	24	32	DF
0246 PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO					
- Apoiar e promover eventos, pesquisas e projetos.	Unid.	47	138	185	DF
- Adquirir impressos.	Unid.	3.000	9.000	12.000	DF
- Preservar documentos.	Unid.	400	1.200	1.600	DF
0247 DIFUSÃO CULTURAL					
- Realizar edições.	Unid.	12	18	30	DF
- Implantar projeto do Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Cultura - CEDHRUC.	Unid.	1	-	1	DF
- Adquirir publicações.	Unid.	2.210	6.630	8.840	DF
- Apoiar e promover eventos, projetos e pesquisas.	Unid.	290	950	1.240	DF

METAS REGIONALIZADAS

SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE

SUBPROGRAMA / METAS	UNIDADE	QUANTIDADE			REGIONALIZAÇÃO
		1996	1997 a 1999	TOTAL	
- Dar apoio a projeto.	Unid.	50	195	245	DF
- Realizar cadastro.	Unid.	25	90	115	DF
0483 ASSISTÊNCIA AO MENOR					
- Apoiar projeto.	Unid.	1	1	1	DF

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AÇÃO COMUNITÁRIA - SDSAC

À Secretaria compete a formulação, execução e coordenação da política de assistência social do Distrito Federal, mediante atendimento à família, à criança, ao adolescente, ao idoso e ao portador de deficiência, entre outros, garantindo aos segmentos privados e/ou ameaçados na sua sobrevivência, bem como aos segmentos excluídos do processo produtivo, as mínimas condições sociais e o acesso às políticas básicas, inclusive a habitação.

1) Diagnóstico

A ação da assistência social envolve um contingente de, aproximadamente, 700.000 pessoas ou 170.000 famílias (1), representando 45% da população total do Distrito Federal. Isso requer uma rede de proteção social que possibilite o acesso dessas famílias às demais políticas sócio-econômicas, de forma a incluí-las e garantir-lhes o pleno exercício de sua cidadania.

Grande parte da população carente está localizada nos novos assentamentos, no Recanto das Emas, em Santa Maria, em Samambaia, no Paranoá, ou nos acréscimos das cidades-satélites já sedimentadas (2).

A taxa de insuficiência alimentar no Distrito Federal, em relação aos demais estados brasileiros, é de 4%, representando 127.800 pessoas ou 36.000 famílias (3) em estado de indigência.

A situação da criança e do adolescente carente do Distrito Federal caracteriza-se pela vulnerabilidade social, o que os torna foco da assistência social, enquanto política pública, na perspectiva de proteção social, em face da garantia dos mínimos sociais.

Nesse sentido visa-se a construção de creches que privilegiem as crianças nos assentamentos e cidades-satélites desprovidas dessa estrutura.

O número de crianças e adolescentes, na faixa de 0 a 18 anos, é de 762.566 (4). Destes, 34,4% são carentes, ou seja, pertencem a famílias que recebem até dois salários-mínimos.

As estatísticas sobre crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade, ou privados dos direitos preconizados no Estatuto da Criança e do Adolescente, apontam para um agravamento da problemática, que pode ser comprovado pelo volume de atendimento efetivado pela Secretaria e Fundação do Serviço Social - SDSAC/FSS-DF, no quinquênio 1990/1994, de 60.540 crianças e adolescentes, tendo-se observado que, a partir de 1992, há um grave crescimento anual de adolescentes com medidas judiciais.

Essa situação preocupante, em relação à realidade das crianças e dos adolescentes do Distrito Federal, vem requerendo atenção imediata e especial, além de uma efetiva articulação para o desenvolvimento de ações integradas com as demais políticas públicas.

A população constituída por pessoas acima de 60 anos era, em 1992, de 69.510 pessoas (5). Esse segmento vem carecendo de implementação de ações de integração familiar e comunitária, além de medidas previstas em legislação específica, uma vez que as ações governamentais para esse segmento estão mais voltadas para o aspecto sócio-cultural.

O Distrito Federal possui em torno de 172.000 pessoas (6) portadoras de deficiências, que convivem, em sua grande maioria, com problemas de renda, trabalho, integração social, impossibilidade de acesso a instituições com tratamento especializado em saúde e morosidade na implementação de legislação específica sobre seus direitos.

As ações de caráter emergencial e paliativo, dirigidas a grandes contingentes da população não-atendida satisfatoriamente pelas políticas públicas, têm-se situado no campo da assistência social, que não tem tido condições de assumir as crescentes demandas.

O desempenho institucional da assistência social vem deteriorando-se, atingindo níveis distanciados entre as necessidades existentes, e as propostas técnicas indicadas.

O quadro da problemática social vem tornando-se mais grave nos aspectos relativos ao desemprego, à fome, à desqualificação profissional, ao crescimento da população desassistida pelas políticas públicas, à pressão do Entorno por equipamentos sociais de Saúde e Assistência e à manutenção do fluxo migratório, em busca de melhores condições de vida

saneamento e em habitações precárias, demandando ações integradas e contínuas com vistas à melhoria da habitabilidade.

2) Objetivos

- Regular a concessão de benefícios eventuais, em cumprimento aos dispositivos legais previstos na Lei Orgânica da Assistência Social (Lei 8.732, de 07.01.93);
- prestar serviços de informação, encaminhamento, apoio e proteção especial a famílias, crianças, adolescentes, idosos, pessoas portadoras de deficiência, migrantes, dependentes de álcool e drogas, entre outros;
- apoiar e estimular iniciativas populares de auto-sustentação, voltadas para o enfrentamento da pobreza, mediante projetos de cunho inter-setorial, servindo-se, também, dos equipamentos escolares como centros comunitários e de lazer;
- redimensionar a rede pública de assistência, mediante articulação de esforços com a iniciativa privada;
- reordenar o sistema de assistência social, proporcionando eficiência, eficácia e efetividade às ações desenvolvidas;
- democratizar informações, divulgando benefícios sociais, serviços, programas e projetos no campo da assistência social, de forma a facilitar o acesso e o controle pela sociedade;
- implementar estudos, pesquisas e avaliações para subsidiar o planejamento e a execução da política de assistência social;
- prestar serviços funerários, com redimensionamento da função de administração das necrópoles do Distrito Federal, considerando-a como atividade-fim do órgão;
- adotar plano de administração de recursos humanos, articulado com a política do GDF;
- redimensionar a capacidade instalada do Sistema de Assistência Social;
- desenvolver política de articulação do Distrito Federal com governos federal, estaduais e municipais em relação ao trato da questão migratória;
- regulamentar a criação do Conselho de Assistência Social do Distrito Federal e respectivo Fundo;
- implantar política habitacional que traduza o pacto Governo-Comunidade, de efetiva participação popular em todas as etapas do processo, inclusive em relação à limpeza e à manutenção dos conjuntos habitacionais;
- instalar a Vila Tecnológica e o Centro de Difusão de Tecnologias Habitacionais, os canteiros de obras comunitários nos assentamentos, com extensão de assistência técnica de construção e de organização de cooperação para a habitação popular.

3) Diretrizes

- Prestar assistência social às populações em situação de exclusão social, com risco pessoal e social, mediante benefícios, serviços, programas e projetos de enfrentamento da pobreza, assegurando-lhes o mínimo de proteção social estabelecido na Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, de 07.12.93;
- efetivar a assistência social como política pública em conformidade com dispositivos legais, contidos na Constituição da República Federativa do Brasil, na Lei Orgânica do Distrito Federal e na Lei Orgânica da Assistência Social;
- atribuir à família o eixo de intervenção pela assistência social, por ser o objeto das transformações sociais e das ações a serem efetivadas;
- dar ênfase às ações de proteção à família, estabelecendo atendimentos específicos à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice e à pessoa portadora de deficiência;
- proporcionar assistência e proteção especial às crianças e aos adolescentes ameaçados ou privados de convivência familiar e/ou autores de atos infracionais e/ou em situação de risco pessoal e social, proporcionando-lhes atendimento integral e articulado às demais políticas sócio-econômicas;
- estabelecer relações entre a política de assistência social e as demais políticas sócio-econômicas, de forma a garantir a universalização dos direitos sociais;
- estabelecer parceria com Organizações Não-Governamentais - ONGs de assistência social, para complementação dos serviços governamentais e ampliação da rede pública de assistência, a fim de assegurar a integração familiar e comunitária e alimentação básica aos excluídos;
- reordenar a estrutura organizacional da assistência e da proteção social, assegurando descentralização, participação e adequação dos serviços às peculiaridades regionais requeridas pelo Distrito Federal;

(1) Pesquisa Domiciliar de Transporte, realizada pela CODEPLAN em outubro de 1990.

(2) Fonte SDSAC/SHIS - Programa de Assentamento Populacional 1991/1994.

(3) Dados do documento Mapa da Fome, elaborado pela IPEA em março de 1993.

(4) Plano de Garantias dos Direitos da Criança e dos Adolescentes do DF - CDCA/DF - 1995.

(5) Dados projetados pela CODEPLAN, em 1992.

(6) Índice adotado pela OMS de 10% da população.

Os investimentos realizados nos recentes assentamentos, onde residem mais de 100.000 famílias, não produziram resultados suficientes. A grande maioria desta população vive sem segurança, sem condições de

viabilizar a participação popular na gestão e controle da política de assistência social;

atender, de forma gradual e sistêmica, às demandas de baixa e média renda por habitação, mediante utilização de diferentes mecanismos para a produção de imóveis.

METAS REGIONALIZADAS

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AÇÃO COMUNITÁRIA

SUBPROGRAMA / METAS	UNIDADE	QUANTIDADE			REGIONALIZAÇÃO
		1996	1997 a 1999	TOTAL	
0021 ADMINISTRAÇÃO GERAL					
- Implantar rede de comunicação interna e externa.	Unid.	-	1	1	DF
- Realizar direta e/ou indiretamente atividades de estudos e pesquisas.	Unid.	5	15	20	DF
- Manter o funcionamento da SDSAC, FSS e IDHAB.	Unid.	1	1	1	DF
- Construir e reformar unidades de centros de desenvolvimento social.	Unid.	2	13	15	DF
- Prover cargos não preenchidos.	Unid.	-	150	150	DF
- Promover treinamento.	Servidores	100	300	400	DF
- Adquirir veículos.	Unid.	10	-	10	DF
0023 DIVULGAÇÃO OFICIAL					
- Divulgar informações junto às comunidades e publicar atos.	Publicação	10.000	30.000	40.000	DF
0024 INFORMÁTICA					
- Adquirir equipamentos.	Unid.	-	70	70	DF
0025 EDIFICAÇÕES PÚBLICAS					
- Recuperar edifício sede do IDHAB.	Unid.	1	-	1	DF
0044 INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E ESTATÍSTICAS					
- Implantar banco de dados para habitação com informações físicas e sociais.	Unid.	1	1	1	DF
0316 HABITAÇÕES URBANAS					
- Apoio a moradia popular.	Unid.	-	195	195	DF
0326 SERVIÇOS FUNERÁRIOS					
- Manter e reformar as necrópoles do DF.	Unid.	2	4	6	RA I , RA II , RA III , RA IV , RA V RA VI
- Assegurar a gratuidade dos serviços para a população de baixa renda.	Pessoa	1.000	3.000	4.000	RA I , RA II , RA III , RA IV , RA V RA VI

METAS REGIONALIZADAS

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AÇÃO COMUNITÁRIA

SUBPROGRAMA / METAS	UNIDADE	QUANTIDADE			REGIONALIZAÇÃO
		1996	1997 a 1999	TOTAL	
- Implantar as necrópoles de Águas Claras e Gama.	Unid.	1	1	2	RA II e RA III
0483 ASSISTÊNCIA AO MENOR					
- Abrigar menores privados de convivência familiar.	Pessoa	1.000	3.000	4.000	DF
- Atender adolescentes autores de atos infracionais.	Pessoa	500	1.500	2.000	DF
- Orientar e encaminhar os ameaçados e privados de direitos.	Pessoa	1.000	3.000	4.000	DF
- Recuperar equipamentos e reformar unidades de atendimento.	Unid.	4	10	14	RA I , RA II e RA III
- Atender e manter crianças de 0 a 6 anos de forma integrada e indireta em creches, ENG's e CAIC's	Pessoa	2.500	7.500	10.000	DF
- Reformar e concluir bases físicas das unidades COSES's e centro integrado de desenvolvimento infantil.	Unid.	2	8	10	DF
- Apoiar ações integradas de iniciação e capacitação profissional de adolescentes.	Unid.	1.443	4.829	6.272	DF
- Atender, de forma integrada, crianças e adolescentes acima de 4 anos, através de atividades sócio-educativas.	Pessoa	5.000	15.000	20.000	DF
0486 ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL					
- Conceder e manter credenciamento ao portador de deficiência e aos doentes crônicos para a gratuidade do transporte público.	Pessoa	2.000	6.000	8.000	DF
- Apoiar a concessão de registro e inscrição de entidades não-governamentais.	Unid.	10	160	170	DF
- Atender e orientar famílias privadas das condições de sobrevivência, oferecendo apoio sócio-econômico.	Família	8.750	29.250	38.000	DF
- Celebrar ajustes com entidades não-Governamentais.	Unid.	10	30	40	DF
- Abrigar, provisoriamente, através de ENG's, famílias - população de rua.	Família	115	345	460	DF
- Apoiar ações integradas de atendimento aos idosos e abrigar idosos privados de convivência familiar, através de ENG's.	Pessoa	500	1.500	2.000	DF

METAS REGIONALIZADAS

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AÇÃO COMUNITÁRIA

SUBPROGRAMA / METAS	UNIDADE	QUANTIDADE			REGIONALIZAÇÃO
		1996	1997 a 1999	TOTAL	
- Acolher provisoriamente e oferecer apoio sócio-econômico a migrantes carentes.	Pessoa	300	900	1.200	DF
- Reformar e construir muro, guarita e lavanderia no CAS.	Unid.	1	-	1	RA III
0487 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA					
- Inserir e apoiar ações integradas de iniciação e capacitação profissional das famílias através de Organizações Governamentais e não-Governamentais.	Unid.	300	900	1.200	DF

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SE

A Secretaria de Educação, órgão de administração superior, diretamente subordinada ao Governo do Distrito Federal, compete administrar, organizar, planejar e avaliar o Sistema Educacional do Distrito Federal.

A Secretaria de Educação atuará de forma coordenada com seus órgãos vinculados e em cooperação com outros organismos do governo, com vistas à eficácia do atendimento das necessidades da população, buscando a efetiva participação da comunidade nas ações educativas.

A política da Secretaria objetiva proporcionar acesso a educação e permanência de todas as crianças na escola e pré-escola, diminuir o índice do analfabetismo dentro do Distrito Federal, implantar a universidade aberta, criando, assim, espaços para o estudante que também trabalha. Para tanto, será necessário desenvolver novos paradigmas educacionais, ampliar as informações, buscando novas tecnologias, recuperar espaços disponíveis, além de investir no aperfeiçoamento da pessoal.

1) Diagnóstico

A organização do setor educacional expressa uma prática burocratizada, mecânica, repetitiva e autoritária. Ainda não existe na escola espaço de encontro sociocultural para discussão e proposição de soluções a problemas relativos ao cotidiano da comunidade. A qualidade de ensino no Distrito Federal é ainda precária, pois pesquisas realizadas demonstram que nem os conteúdos mínimos exigidos são dominados pelos alunos. Esse resultado demanda um plano de ação próprio, vinculado à dinâmica da sociedade, inexistente no momento.

2) Objetivos

- Garantir a implantação da bolsa familiar para a Educação;
- implantar a gestão democrática da Educação, garantindo a efetiva participação da comunidade nas ações educativas;
- desenvolver novos paradigmas para a educação, utilizando-se de novas tecnologias, recursos de informática, multimídias e educação a distância;
- garantir níveis cada vez mais altos de qualidade do sistema, tanto no âmbito pedagógico quanto administrativo;
- adotar política de formação, visando valorizar a carreira da educação, de forma a atrair e manter quadros profissionais qualificados;
- implementar e apoiar campanhas educativas em colaboração com órgãos do governo e setores da população, nas áreas de educação sanitária, ambiental, de trânsito e outras;

- garantir o processo sistemático de manutenção e ampliação dos prédios escolares;
- garantir o acesso e a permanência de todas as crianças, jovens e adultos em todos os níveis de escolarização, seja pela via presencial, seja pelos processos de educação à distância;
- erradicar o analfabetismo no Distrito Federal;
- implantar programa de fomento visando criar no Distrito Federal um "Pólo de Educação".

3) Diretrizes

- Redefinir critérios de alocação e repasse de recursos financeiros para educação, visando à descentralização administrativa, financeira e pedagógica com incremento da autonomia escolar e da gestão democrática;
- criar Conselhos Escolares Deliberativos, com eleições diretas para diretores de escolas e para membros dos conselhos;
- promover encontros, seminários e estabelecimento de fóruns de debates, numa ação conjunta com a sociedade civil, estimulando as iniciativas de gestão participativa nas escolas da rede pública;
- criar mecanismos que viabilizem a descentralização das ações pedagógicas e administrativas, através do desenvolvimento dos sistemas existentes e implantação de novas tecnologias;
- reativar e redimensionar a Escola de Aperfeiçoamento de Pessoal;
- criar mecanismos que assegurem a condução da avaliação, tanto escolar quanto do sistema educacional, pelos conselhos que atuam junto às escolas e à SE, consolidando, assim, a avaliação como um processo participativo;
- garantir o acesso à educação para todos;
- garantir Bolsa Familiar para a educação no valor de um salário mínimo;
- restaurar, ampliar e construir projetos escolares, visando a adequação dos projetos arquitetônicos às necessidades atuais;
- definir novas estratégias de matrícula, criando o turno integral de pelo menos 6 h/dia, buscando a adequação do calendário às necessidades escolares;
- garantir número suficiente de professores e de servidores para atendimento a todos os alunos;
- reforçar os programas de atendimento complementar aos estudantes, referentes à alimentação, saúde, transporte, material escolar e didático.

METAS REGIONALIZADAS

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

SUBPROGRAMA / METAS	UNIDADE	QUANTIDADE			REGIONALIZAÇÃO
		1996	1997 a 1999	TOTAL	
0021 ADMINISTRAÇÃO GERAL					
- Manter e aperfeiçoar o funcionamento da SE e da FEDF.	Unid.	2	2	2	DF
- Promover a implementação de programas e projetos educacionais.		-	-	-	
- Promover as condições físicas, materiais e de pessoal necessárias ao cumprimento das competências regimentais estabelecidas para as unidades administrativas que compõem o órgão.		-	-	-	DF
- Promover a implementação de programas e projetos					

educacionais objetos de convênios firmados com órgãos do GDF e com outros órgãos.

- - - DF

0024 INFORMÁTICA

- Dotar unidades administrativas de um sistema de informações educacionais e gerenciais.	Unid.	14	14	14	DF
- Dotar e manter unidades administrativas e escolares de um sistema de informações educacionais e gerenciais necessárias ao planejamento das ações do Setor.	Unid.	620	680	680	DF

0185 CRECHE

- Manter e desenvolver o atendimento em creches a crianças de 0 a 3 anos.	Creche	5	16	16	RA VI , RA VII , RA X , RA XII , RA XIII RA XIV , RA XV e RA XIX
- Construir e equipar creches.	Creche	3	11	14	DF

0188 ENSINO REGULAR

- Manter e desenvolver a oferta do ensino fundamental.	Escola	493	538	538	DF
- Construir e equipar salas de aula destinadas aos ensinos fundamental e médio.	sala	255	775	1.030	DF
- Reformar escolas dos ensinos fundamental e médio.	Escola	100	300	400	DF
- Prestar atendimento complementar aos estudantes nas					

METAS REGIONALIZADAS

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

SUBPROGRAMA / METAS	UNIDADE	QUANTIDADE			REGIONALIZAÇÃO
		1996	1997 a 1999	TOTAL	
áreas de alimentação, saúde, transporte, material escolar e didático.	Aluno	313.000	354.000	354.000	DF
0190 EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR					
- Manter e desenvolver a oferta da pré-escola, para crianças de 4 a 6 anos.	Salas de Aula	268	316	316	DF
- Construir e equipar salas de aula destinadas a pré-escola.	sala	20	45	65	RA II , RA III , RA IV , RA VI , RA VII RA VIII , RA IX , RA X , RA XII , RA XIII RA XIV , RA XV , RA XVII e RA XIX
- Reformar escolas destinadas ao ensino pré-escolar.	Escola	4	10	14	RA I , RA IV , RA VI , RA IX , RA X RA XI
0197 FORMAÇÃO PARA O SETOR SECUNDÁRIO					
- Manter e desenvolver a oferta do ensino médio.	Escola	49	49	49	DF
0205 ENSINO DE GRADUAÇÃO					
- Implantar e manter a Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal.	Disciplina	45	180	180	DF
0213 CURSOS DE SUPLENÇA					
- Erradicar o analfabetismo.	Pessoa	30.000	120.000	150.000	DF
- Manter e desenvolver a oferta de Ensino Supletivo.	Escola	151	196	196	DF
0217 TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS					
- Qualificar e aperfeiçoar o pessoal da carreira docente e assistente à educação.	Servidor	9.000	27.000	36.000	DF
0223 EDUCAÇÃO FÍSICA					
- Manter e desenvolver atividades de educação física na rede escolar.	Escola	542	593	593	DF
0235 BOLSAS DE ESTUDOS					
- Assistir famílias carentes que mantenham filhos, em					

METAS REGIONALIZADAS

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

SUBPROGRAMA / METAS	UNIDADE	QUANTIDADE			REGIONALIZAÇÃO
		1996	1997 a 1999	TOTAL	
idade escolar, na escola.	Família	50.000	60.000	60.000	DF
0252 EDUCAÇÃO COMPENSATÓRIA					
- Manter e desenvolver o atendimento especializado aos alunos portadores de necessidades especiais.	Escola	174	222	222	DF
- Construir e equipar salas de aula para desenvolvimento das atividades da educação especial.	Sala	10	30	40	RA IV , RA V , RA VIII , RA XII e RA XIII
- Reformar escolas especializadas na oferta de educação especial.	Escola	2	3	5	RA I , RA III , RA VI , RA IX e RA X
0495 PREVIDÊNCIA SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS					
- Assegurar a subsistência pecuniária a inativos, pensionistas e seus dependentes.		-	-	-	DF

SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO - SEFP

A Secretaria de Fazenda e Planejamento tem como principais atribuições a arrecadação e a gestão dos recursos financeiros do Governo do Distrito Federal. Compete, ainda, definir a política tributária para formação da receita do Governo, envolvendo o recolhimento, o controle das contas do tesouro distrital e a supervisão e normatização financeira do Distrito Federal, tendo em vista a racionalização dos gastos públicos. Cabe, também, promover a padronização dos serviços através da implementação de normas de informática da Administração do Distrito Federal.

A Secretaria conta em sua estrutura com quatro subsecretarias: Planejamento, Finanças, Receita e Auditoria, além da Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central - CODEPLAN e do Banco de Brasília - BRB. Está, ainda, sob a sua responsabilidade, a administração do Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal - FUNDEFE.

A política a ser adotada, no âmbito de sua atuação, incorporará a gestão participativa e do planejamento e a revisão dos gastos do Governo.

A Secretaria buscará combater a evasão fiscal e fortalecer o sistema de controle interno.

1) Diagnóstico

Em face das demandas decorrentes da função de Brasília como Capital da República, a arrecadação tributária própria tem se situado em níveis insuficientes, tornando a Administração do Distrito Federal dependente das transferências voluntárias da União, o que a expõe aos efeitos das políticas de ajuste fiscal do Governo Federal.

A Secretaria de Fazenda e Planejamento tem encontrado dificuldades em combater a evasão, devido à carência de recursos humanos e materiais.

A atual estrutura da Secretaria é muito recente e grande parte do seu quadro de pessoal necessita de recomposição e capacitação.

A área da Receita carece de auditores para a realização de suas atividades, uma vez que o concurso público nessa área não foi homologado.

A Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central - CODEPLAN, integrante da Administração Indireta, apóia o governo na promoção do desenvolvimento do Distrito Federal e sua região geoeconômica através de uma base de dados geográfica, econômica, social e cultural, e através de estudos e projetos de apoio ao planejamento. Atua também como órgão normatizador da política de informática, proporcionando suporte técnico e operacional aos órgãos do complexo administrativo do Distrito Federal.

Mantém à disposição do público em geral, dentre outras, as seguintes publicações: Anuário Estatístico do Distrito Federal, Indicadores Conjunturais, Boletim sobre o Índice do Custo de Vida no Distrito Federal e Contas Regionais.

A CODEPLAN realiza a Pesquisa de Emprego e Desemprego, com metodologia do DIEESE, em conjunto com a Secretaria do Trabalho e o Departamento de Emprego; mantém o Sistema Cartográfico do Distrito Federal, os Estudos de População e no momento implementa o Sistema de Informação Territorial e Urbana do Distrito Federal - SITURB.

A Companhia, em relação aos serviços de processamento de dados, vem operando e gerenciando, em meio a outros, os seguintes sistemas: de Gestão de Recursos Humanos - SIGRE; de Administração de Recursos Computacionais - SARC; de Patrimônio e Material - SIPAM; de Atendimento ao Cidadão - SIACI; de Patrimônio - SISPO; de Transporte Urbano - SITUR; de Controle de Arrecadação - SICAR, e de Informações de Segurança Pública - SISEP.

Como instituição financeira, o Banco de Brasília - BRB apresentou desempenho satisfatório no último ano e no atual governo atuará como Banco de Solidariedade e agente de fomento ao desenvolvimento econômico e social da região.

O Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal foi instituído pelo artigo 209 do Decreto-lei nº 82, de 26 de dezembro de 1986 e ratificado pela Lei nº 79, de 29 de dezembro de 1989. Sua regulamentação está consubstanciada no Decreto nº 14.683, de 27 de abril de 1993.

Constituem-se em fontes de recursos do FUNDEFE: as dotações orçamentárias; os dividendos recebidos pelo Distrito Federal, decorrentes de participação acionária em empresas públicas ou sociedades de economia mista; as receitas decorrentes de aplicações no mercado financeiro e o retorno de aplicações no setor privado.

Os recursos do FUNDEFE devem ser aplicados em projetos públicos ou privados, com base em programação orçamentária anual e destinam-se ao apoio de miniprodutores e pequenos produtores rurais, de microempresas e empresas de pequeno porte e a empreendimentos

industriais vinculados a incentivos creditícios, além de financiar a produção de películas cinematográficas e de vídeo e a transferência de recursos para o Fundo de Apoio à Arte e à Cultura - FAAC. Da mesma forma, o FUNDEFE subscreve o capital social de empresas públicas e de sociedades de economia mista controladas direta ou indiretamente pelo Distrito Federal.

O quadro a seguir apresenta os financiamentos aprovados com recursos do FUNDEFE nos últimos quatro anos, no setor produtivo, tendo como agente financeiro o BRB:

Ano	Quantidade de Contratos	Valores (US\$)
1991	156	3.307
1992	125	781
1993	3	108
1994	2	1.555

Fonte: BRB

Nos últimos três anos, os recursos do FUNDEFE foram quase totalmente aplicados no aumento de capitais de empresas do Distrito Federal (TCB, CEB e CODEPLAN). Este procedimento deve ser revisto para o cumprimento das finalidades básicas do FUNDEFE.

2) Objetivos

- Aumentar a arrecadação e combater a evasão fiscal;
- reduzir a dependência do Distrito Federal das transferências voluntárias federais;
- ampliar linhas de crédito e incentivos fiscais;
- aprimorar os instrumentos de controle e execução orçamentária e financeira do governo;
- reavaliar e aperfeiçoar a legislação tributária do Distrito Federal;
- consolidar a estrutura organizacional da Secretaria de Fazenda e Planejamento;
- incorporar ao BRB as funções de Banco de Solidariedade;
- fornecer subsídios para a estruturação do orçamento participativo;
- sistematizar procedimentos visando ao planejamento integrado e com participação social;
- desenvolver, junto aos órgãos e entidades do Distrito Federal um sistema informatizado de acompanhamento e avaliação da ação governamental.

3) Diretrizes

- Estruturar, adequadamente, os sistemas de planejamento e controle interno, de forma a permitir a integração entre os órgãos e a comunidade, com vistas à adequada alocação de recursos;
- identificar fontes capazes de apoiar o processo de desenvolvimento da área geoeconômica do Distrito Federal;
- estabelecer mecanismos para aumentar as receitas e otimizar os gastos governamentais;
- promover campanhas de conscientização da população sobre a função social dos tributos;
- rever critérios para distribuição dos recursos do FUNDEFE.

METAS REGIONALIZADAS

SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO		QUANTIDADE			REGIONALIZAÇÃO
SUBPROGRAMA / METAS	UNIDADE	1996	1997 a 1999	TOTAL	
0021 ADMINISTRAÇÃO GERAL - Manter e aperfeiçoar o funcionamento da SEFP.	Unid.	1	1	1	DF
0024 INFORMÁTICA - Adquirir terminais e equipamentos (SIAFEM). - Manutenção de equipamentos (SIAFEM).	Unid. Unid.	60 360	240 1.520	300 1.880	DF
0025 EDIFICAÇÕES PÚBLICAS - Construir edifício para abrigar a fiscalização tributária. - Construir edifícios para funcionamento do almoxarifado central, depósito de material permanente e arquivo central. - Reformar e ampliar próprios.	m ² m ² m ²	- - 1.000	1.000 1.500 3.000	1.000 1.500 4.000	RA X RA X DF
0030 ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS - Realizar campanhas de incentivo à arrecadação.	Unid.	1	1	1	
0035 PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA - Assegurar recursos destinados à participação societária.		-	-	-	DF
0040 PLANEJAMENTO E ORÇAMENTAÇÃO - Operacionalizar o sistema de planejamento, acompanhamento e avaliação. - Apoiar tecnicamente o orçamento participativo		-	-	-	DF DF
0045 ESTUDOS E PESQUISAS ECONÔMICO-SOCIAIS - Implantar sistema para acompanhamento da ação governamental em 4 etapas.	Unid.	1	1	1	DF
0247 DIFUSÃO CULTURAL - Assegurar recursos a serem transferidos ao Fundo de Apoio à Arte e à Cultura.		-	-	-	DF

METAS REGIONALIZADAS

SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO		QUANTIDADE			REGIONALIZAÇÃO
SUBPROGRAMA / METAS	UNIDADE	1996	1997 a 1999	TOTAL	
0316 HABITAÇÕES URBANAS - Assegurar recursos para manutenção do Fundo de Financiamento de Habitação Popular.		-	-	-	DF
0347 PRODUÇÃO INDUSTRIAL - Assegurar recursos para manutenção do Fundo de Desenvolvimento do DF.		-	-	-	DF
0448 SANEAMENTO GERAL - Assegurar manutenção do Fundo de Financiamento para Água e Esgoto do DF.		-	-	-	DF
0492 PREVIDÊNCIA SOCIAL A SEGURADOS - Assegurar pagamento PIS/PASEP aos servidores do GDF.		-	-	-	DF

SECRETARIA DE GOVERNO - SEG

A Secretaria de Governo compete a promoção da articulação político-institucional das unidades de administração distrital e a coordenação, acompanhamento e avaliação da ação governamental, envidando esforços para garantir os direitos assegurados à população do Distrito Federal.

A Secretaria é integrada por duas Subsecretarias: a das Administrações Regionais - SUCAR e a de Articulação para o Desenvolvimento do Entorno.

Integram, ainda, a Secretaria as seguintes unidades: o Conselho dos Direitos da Mulher, composto por representantes indicados pelas Regiões Administrativas, que tem como finalidade assegurar o exercício pleno da participação e integração da mulher no desenvolvimento econômico, social e político do Distrito Federal; e o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, responsável pela definição de políticas de atendimento às crianças e aos adolescentes do Distrito Federal, em relação às políticas básicas de educação, saúde, cultura, esporte, lazer e formação profissional, às políticas de assistência social e à proteção especial.

A Assessoria Especial da Terceira Idade - AETI, a Coordenação para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE, a Subsecretaria de

Defesa do Consumidor e o Conselho de Entorpecentes vêm desenvolvendo ações em prol de seus segmentos específicos.

Dentro das prerrogativas que lhe são conferidas regimentalmente estão vinculadas ao Gabinete do Governador as seguintes unidades: a Consultoria Jurídica, a Casa Militar, o Cerimonial e a Assessoria Parlamentar.

1) Diagnóstico

O Governador do Distrito Federal, consolidando compromissos assumidos em campanha, busca descentralizar e dar maior oportunidade de participação a sua população, ratificando as intenções de reinaugurar Brasília, através de uma sociedade mais consciente e justa.

Para o cumprimento de seus objetivos, a Secretaria de Governo - SEG deverá, para maior agilização do processo decisório, contar com instâncias de informações gerenciais da Ação de Governo, além de trazer para si a Plenária de alguns Conselhos.

A Secretaria de Governo desempenha várias funções governamentais que contribuem à melhoria do desempenho do Governo do

Distrito Federal como um todo, criando oportunidades de abertura de canais democráticos, ágeis e transparentes de interlocução do governo com as estruturas decisórias públicas, seja no nível parlamentar, no nível interno da Administração do Distrito Federal ou externo com a Administração Federal.

Integrante de um contexto inovador, a Secretaria de Governo necessita criar mecanismos capazes de dar suporte ao funcionamento do Gabinete, promovendo gestões que permitam a realização de um governo participativo e voltado para um futuro sólido e seguro de sua população.

A Coordenadoria para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE) que se incumbem do planejamento e execução de ações voltadas aos portadores de necessidades especiais, promove e atua de forma integrada com demais órgãos do governo e entidades não-governamentais para assegurar a esse segmento seus direitos de cidadania.

As atribuições de incentivo à participação popular no equacionamento dos problemas do Distrito Federal é uma tarefa da Secretaria de Governo, assegurando-se a representatividade de todos os segmentos presentes na Comunidade.

O Conselho dos Direitos da Mulher vem acompanhando os diagnósticos sobre a situação da mulher, que confirmam que as desigualdades continuam sendo mantidas em relação às poucas oportunidades de acesso ao emprego, aos serviços básicos e ao processo decisório em todos níveis hierárquicos. Além disso perduram os papéis estereotipados na educação, refletindo negativamente no processo de decisão quanto à reprodução e ao seu próprio desenvolvimento.

As mulheres estão trabalhando mais em setores informais ou localizados em área rural. A migração aumentou, havendo uma desorganização na unidade familiar em função dos papéis crescentes assumidos pelas mulheres.

Os esforços de conscientização sobre a necessidade de se modificar padrões culturais prevalecentes na sociedade têm sido insuficientes e os mecanismos legais que definem papéis tradicionalmente reservados ao homem e à mulher na sociedade e na família necessitam ser modificados, desde àqueles claramente expressos, aos internalizados e/ou absorvidos como naturais, próprios ou típicos da condição feminina.

A violência contra a mulher vem crescendo, conforme registros realizados pela Delegacia de Atendimento à Mulher, em relação a estupros, maus tratos, assédios, entre outras formas de violência, com registro de 7.277 ocorrências policiais no ano de 1994.

A discriminação e a violência contra a mulher são problemas de direitos humanos e, como tal, devem transformar-se e recriar condições de humanidade a ambos os gêneros.

O Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente percebe que o Sistema de Garantias dos Direitos da Criança e do Adolescente no Distrito Federal é insuficiente e se encontra em situação de quase abandono, apesar dos esforços ultimamente empreendidos.

A prioridade absoluta atribuída às crianças e aos adolescentes é apenas texto da Lei, uma vez que os recursos financeiros têm sido insuficientes para atender às demandas dessa clientela.

As diversas unidades do governo que trabalham com crianças e adolescentes vêm atuando de forma desarticulada, ocasionando paralelismo, desvio de competências e dispersão de recursos.

A sociedade não está conscientizada de suas responsabilidades e a grande maioria dos técnicos desconhece suas obrigações, requerendo que estes e a sociedade sejam treinados em relação aos direitos das crianças e dos adolescentes, de forma que parcerias com o governo possam ser efetuadas no enfrentamento dos problemas e correção dos desvios existentes.

A reconstrução dos direitos da sociedade brasileira e a regularização das relações entre o cidadão e o Estado foi um avanço estabelecido pela Constituição Brasileira de 1988 que necessita ser regulamentado pela área Jurídica da Secretaria de Governo.

O cidadão, sujeito de direito, carece de conhecimentos do que lhe assegura a Lei ou desconhece meios eficazes para acionar o Estado em sua proteção, conforme preconiza a Carta Magna.

Grande parte da sociedade brasileira acostumou-se a pedir em lugar de reivindicar seus direitos, podendo-se constatar um enorme contingente de pessoas dependentes da assistência e adeptos da submissão, antítese da cidadania.

A população carente, os idosos e os deficientes físicos têm enfrentado sérias dificuldades de acesso aos serviços, exigindo do Estado a criação de espaços para que as reivindicações destes segmentos sejam atendidas.

As profundas distorções na sociedade brasileira têm distanciado os cidadãos do desenvolvimento do exercício ativo, consciente e autônomo de sua cidadania. O Estado acomodou-se, funcionando desarticuladamente, de forma burocratizada, de modo insensível e distanciado das classes sociais e segmentos que mais dele necessitam.

Multiplicou-se o número de excluídos, mesmo os de consciência, transformando uma significativa parcela da população do Distrito Federal em párias - indigentes, cabendo ao Estado o dever de esforçar-se para restaurar-lhes a consciência de cidadania que perderam ou abdicaram.

A Subsecretaria de Defesa do Consumidor vem prestando informações ao público, de forma que as perdas infligidas ao cidadão em suas relações de trocas, consumo e recebimento de serviços e as dificuldades de acesso à informação sejam cumpridas conforme o Código de Proteção e Defesa do Consumidor. Para maior eficácia da unidade e cumprimento de sua missão constitucional é necessário que se uniformize orientações ao público.

O equacionamento de problemas afetos à qualidade de vida e justiça social, que envolvam ações de diversos setores e que requeiram articulações e entrosamento dos mesmos com participação popular, é tarefa igualmente da Secretaria de Governo. Esta tratará de registrar problemas como, por exemplo: o elevado número de desempregados; crianças e adolescentes trabalhando nas ruas e no setor informal; população sem teto, analfabeta e indigente; serviços que não funcionam; ausência de perspectivas de trabalho para jovens; convivência velada à violação dos direitos fundamentais do homem, entre outros.

A responsabilidade do governo é buscar a participação da população nas soluções que respondam às justas aspirações comunitárias. É necessário o envolvimento de todos, através de bases sólidas para o desenvolvimento solidário sustentável e participativo, dentro de critérios de absoluta transparência, honestidade e probidade.

Nem sempre o que é justo é uma questão de direito, tornando-se necessária a organização das forças populares para alterar ações políticas, leis ou provocar ações.

A Subsecretaria de Articulação para o Desenvolvimento do Entorno está encarregada dos assuntos afetos a 17 Municípios. O Entorno do Distrito Federal apresenta um cenário diversificado de empreendimentos, os quais geram uma gama de oportunidades, tanto em nível social quanto econômico.

A Subsecretaria deve desempenhar atividades que possam contribuir positivamente no aproveitamento do potencial da Região do Entorno, e possibilitar a adoção de medidas voltadas à melhoria da qualidade de vida, com a preservação da qualidade ambiental da região.

Para tanto, a Subsecretaria manterá relações articuladas com os diversos segmentos governamentais e com a iniciativa privada, buscando identificar e mobilizar recursos técnico-financeiros destinados à promoção do crescimento econômico do Entorno com uma distribuição de renda mais humana e de uma sociedade melhor estruturada.

A Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais vêm comprovando ao longo dos anos que o modelo de administração regionalizada tem atendido ao anseio das populações. Dentre os aspectos positivos gerados a partir da criação, os mais significativos foram as manifestações de cidadania das populações locais, determinadas pelo exercício da participação e das reivindicações comunitárias.

Embora com relativa autonomia administrativa e financeira, as Administrações continuam dependentes, em sua maior parte, das verbas dos órgãos centrais e setoriais, bem como carecem de adequação de suas estruturas administrativas e da melhoria de recursos humanos e financeiros que fortaleçam efetivamente o Sistema Regional.

Como cada Região Administrativa tem suas características próprias, faz-se necessária a realização de avaliações específicas. Entretanto, constata-se, de forma geral, que carecem de infra-estrutura, urbanização, atendimento social, educacional, de segurança e saúde mais adequados, principalmente nas Regiões Administrativas mais recentes, nos assentamentos e nas áreas rurais.

Em razão do rápido crescimento das cidades, é necessária uma urgente tomada de posição por parte dos órgãos normativos, que resultem em diretrizes para um desenvolvimento urbano, econômico e social integrados em cada Região Administrativa e no Distrito Federal como um todo.

Os núcleos urbanos das 19 Regiões Administrativas do Distrito Federal enfrentam problemas diários resultantes da insuficiência de equipamentos de lazer, saúde, educação, segurança, infra-estrutura, saneamento básico, como também, da ausência de instrumentos que definam o desenvolvimento integrado e harmônico de cada Região Administrativa, a médio e longo prazos.

Através das reivindicações apresentadas pelas comunidades de cada RA, constata-se que existem problemas que são comuns a quase todos os núcleos urbanos, nas seguintes áreas:

Limpeza Pública

A insuficiência de máquinas e equipamentos das patrulhas motomecanizadas das Administrações Regionais, associada ao hábito da população de jogar lixo nas ruas e áreas públicas, transformam essa área de atuação em uma das mais precárias, gerando sérias dificuldades para todas

as ARs alcancarem e manterem os índices adequados de limpeza das áreas urbanas.

Segurança

Os moradores das RAs são unânimes em dizer que precisam de maior segurança nos logradouros públicos, áreas das escolas e no trânsito, através do aumento do efetivo das Polícias Militar e Civil, construção de delegacias e postos policiais, implantação do batalhão escolar e sinalização de trânsito.

Saúde

A maioria das cidades apresenta demanda significativa nessa área, onde são pleiteados postos e centros de saúde, hospitais, aumento do número de profissionais de saúde e de equipamentos hospitalares.

Cultura, Esporte e Lazer

Observa-se que as praças, quadras de esportes e equipamentos de lazer e cultura existentes não são suficientes para atender a demanda de praticamente 2/3 das cidades do Distrito Federal, principalmente nas cidades mais recentes.

Infra-Estrutura

Nessa área a situação atual é caracterizada pela má conservação da pavimentação asfáltica das vias existentes, da necessidade de remanejamento e implantação de novas vias, meios-fios e calçadas, e da necessidade de implantação de redes e galerias de captação de águas pluviais, nas 19 cidades.

Transporte

Com o crescimento urbano de Brasília e das cidades que compõem o Distrito Federal, o sistema de transportes de massa exige uma atenção especial. Conforme levantamento realizado, 2/3 delas constata a necessidade da construção de novos abrigos de passageiros de ônibus; com relação à construção de terminal rodoviário, 9 ARs manifestaram-se a respeito, enquanto o Gama identificou a necessidade de ampliação de linhas de ônibus urbano.

A Administração de Brasília priorizou a reforma dos terminais da Rodoviária e da Rodoferroviária, decorrentes da má conservação e devido ao grande fluxo de pessoas que ali diariamente transitam, além da precária manutenção dispensada nos últimos anos.

Problemas Específicos

Nas Regiões Administrativas do Paranoá, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, Recanto das Emas e Riacho Fundo, mais recentes na composição do Sistema Regional, bem como nos assentamentos em Regiões Administrativas já existentes, as demandas voltam-se, também, para construção de escolas, aumento do número de salas de aula para o 1º e 2º graus e implantação de redes de abastecimento de água potável.

2) Objetivos

- Promover a articulação entre os órgãos da Administração do Distrito Federal;
- assistir o Governador em suas relações com a União e com o sistema legislativo distrital;
- agilizar o fluxo de informações gerenciais das ações do Governo;
- conscientizar a população a respeito da criminalidade implícita no estupro e outras formas de violência sexual;
- fortalecer a reprodução das relações sociais e dos ordenamentos culturais que propiciam o exercício da sexualidade como instrumento de agressão;
- promover a realização de estudos e pesquisas sobre os fatores sócio-econômico-culturais e atitudes que condicionam a integração da mulher no processo de desenvolvimento, em especial nos aspectos de acesso à educação integral e formação profissional, família e trabalho, valor econômico do trabalho da mulher, atualização da atuação das normas jurídicas específicas, participação política e principais formas de violência;
- promover a mulher, eliminando todas as formas de discriminações que pesem sobre elas, buscando a real igualdade jurídica, social e cultural entre homens e mulheres;
- implementar os instrumentos necessários que assegurem recursos prioritários para atendimento aos direitos das crianças e dos adolescentes;
- realizar gestões para aprovação e recebimento de recursos financeiros, para atendimento a crianças e adolescentes, previstos em lei e/ou oriundos de área externa, nacional e internacional;

- implementar Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal;
- instalar conselhos tutelares e propor a ampliação do número de defensores das crianças e dos adolescentes na Defensoria Pública do Distrito Federal;
- reordenar as unidades de atendimento, governamentais e não-governamentais, que funcionam de forma inadequada ao estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente e, reciclar pessoal, em todos os níveis, para implantação do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente no Distrito Federal;
- realizar estudos e pesquisas sobre a situação das crianças e dos adolescentes no Distrito Federal, bem como de seu Sistema de Garantia de Direitos;
- rever lei distrital que dispõe sobre a política de atendimento à criança e ao adolescente do Distrito Federal;
- informatizar dados de acompanhamento do desempenho do Sistema de Garantia dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes do Distrito Federal;
- sistematizar e promover a realização de pesquisa, avaliação e planejamento continuado do processo de desenvolvimento econômico-social no Distrito Federal e região geoeconômica, a fim de subsidiar o desenvolvimento de ações integradas nas áreas de saúde, educação, alimentação, nutrição, esporte e lazer, em parceria com demais Subsecretarias do Distrito Federal;
- incentivar a formação de associações, cooperativas e grupos de produção, objetivando a geração de emprego para auto-sustentação, bem como programas de qualificação de mão-de-obra, envolvendo a comunidade local e diversos órgãos do Governo, para a capacitação e geração de renda, em articulação com a Fundação do Serviço Social e Secretaria do Trabalho;
- apoiar e incentivar a criação de conselhos comunitários, nas diversas regiões administrativas do Distrito Federal;
- implantar o Conselho Popular, integrado por representantes de todas as Regiões Administrativas, de movimentos populares organizados, associações de classes e de clubes de serviços entre outros, os conselhos de consumidores nas empresas públicas e os de gestão em escolas, hospitais e outros setores da atividade governamental;
- apoiar a ampliação da oferta de cursos, oficinas e seminários sobre participação popular e a taxa de alfabetização de jovens e adultos, através de esforço conjugado com várias instituições educacionais, empresas e organizações da sociedade civil;
- fortalecer o potencial agropecuário, agroindustrial, artesanal e turístico do Entorno;
- aumentar a demanda interna de matérias-primas e a geração de emprego e renda;
- ordenar e disciplinar o crescimento urbano;
- fazer com que as cidades-satélites sejam cada vez mais cidades e menos satélites;
- adotar as legislações existentes sobre o uso do solo e meio ambiente;
- redefinir o conceito de Direito no aparelho jurídico do Governo do Distrito Federal, de modo que a visão formalista e normativista seja redimensionada para uma concepção política baseada nos ideais de justiça e de valorização dos seres humanos;
- regulamentar objetivos estratégicos do Governo Democrático Popular, de modo a assegurar garantias individuais e os direitos da cidadania;
- contribuir para a implementação e o desenvolvimento da Secretaria de Cidadania e Justiça e da Ouvidoria do Distrito Federal;
- subsidiar o desenvolvimento do corpo técnico jurídico das Consultorias, Assessorias e Procuradoria do Distrito Federal;
- coordenar a ação jurídica do conjunto da Administração do Distrito Federal;
- revitalizar, político e socialmente, os brasilienses para maior consciência da cidadania e exercício de direitos individuais e das comunidades;
- equacionar, conjuntamente com a sociedade, os problemas sociais que produzem o processo de exclusão;
- estabelecer, junto com a comunidade, as prioridades de atendimento das necessidades locais, para elaborações de um Orçamento Participativo;
- modernizar e aperfeiçoar os serviços administrativos através de planejamento, coordenação, controle e avaliação do desempenho das atividades fins;
- promover implantação de projetos e programas com vistas à geração de emprego e renda;

- promover melhoria de atendimento às comunidades nas áreas de saúde, educação e segurança;
- executar obras de urbanização e infra-estrutura, propiciando à população condições de vida adequada e incentivando as atividades econômicas locais;
- executar obras para esporte, lazer e cultura com vistas ao atendimento da população e incentivo às práticas esportivas;
- executar obras e serviços de atendimento social, necessários às comunidades locais;
- promover e participar da elaboração dos Planos Diretores Locais, dos Conselhos Locais de Planejamento e de Conselhos Comunitários;
- desenvolver uma política integrada de valorização do idoso no Distrito Federal, através de programas de alfabetização, hidroginástica entre outros;
- implementar políticas de expansão de emprego no setor público e privado para o portador de deficiência.

3) Diretrizes

- Implantar a Administração Participativa;
- promover a interação dos órgãos e entidades da Administração do Distrito Federal;
- desenvolver esforços de conscientização das mulheres para o estabelecimento de novas regras, adequadas aos papéis que de fato vêm assumindo, modificando-se padrões culturais preexistentes e incorporando à Lei a validação de questões de gênero feminino, sem abandonar a perspectiva dos direitos humanos;
- capacitar mulheres a assumirem sua identidade como "mulheres-cidadãs" e o pleno exercício de seus direitos de "cidadãs-mulheres";
- fortalecer a presença da mulher no processo de desenvolvimento, sem negligenciar de suas oportunidades nas esferas culturais, de trabalho, da saúde, da educação e do seu desenvolvimento como pessoa;
- consolidar atribuições e funcionamento do Conselho de Direitos da Mulher;
- universalizar o acesso da população infanto-juvenil às políticas sociais básicas;
- descentralizar as ações de atendimento às crianças e adolescentes para maior autonomia e adequação dos serviços às necessidades locais;
- promover a participação das crianças, dos adolescentes e de suas famílias, no planejamento e avaliação das ações a eles dirigidas;
- adotar política de plena utilização da capacidade instalada dos equipamentos governamentais e não-governamentais para atendimento prioritário às crianças e adolescentes;
- garantir a convivência familiar a todas as crianças e adolescentes, através do grupo familiar, natural ou substituto, preparando-os para o desempenho dos papéis parentais;
- priorizar a aplicação de recursos orçamentários e financeiros em projetos e atividades que envolvam um maior número de crianças e adolescentes a serem beneficiados pelas ações e/ou que requeiram o empreendimento de ações, diante da gravidade ou extensão do problema com essa clientela;
- articular as ações do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal com a dos demais Conselhos Setoriais do Distrito Federal e outros, para maior integração, racionalidade e efetividade dos programas voltados para as crianças e os adolescentes; e, também, com as dos demais Conselhos de Direito de Crianças e Adolescentes no nível estadual e municipal, limítrofes ao Distrito Federal, bem como com demais instâncias responsáveis pela região do

Entorno; e, ainda, com os Conselhos tutelares do Distrito Federal, de modo a assegurar o atendimento aos direitos fundamentais das crianças e adolescentes;

- articular políticas, ações e recursos financeiros de instituições, governamentais e não-governamentais de atendimento aos direitos das crianças e adolescentes, nas diversas Regiões Administrativas do Distrito Federal;
- promover o envolvimento da sociedade na implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente no Distrito Federal;
- implementar e avaliar a operacionalização da política de participação popular no Distrito Federal;
- estabelecer o intercâmbio adequado e permanente entre o Governo e a população, no que se refere à participação popular e às reivindicações prioritárias da comunidade;
- desenvolver programas de aperfeiçoamento funcional na área de participação popular;
- implementar mecanismos que facilitem a participação comunitária no planejamento, na execução e no controle de políticas públicas;
- promover campanhas comunitárias para coleta seletiva de lixo, visando à implantação de projetos conjugados para o seu aproveitamento como adubo orgânico e de sucatas como matéria-prima de indústrias de reciclagem, de modo articulado com as Administrações Regionais e Secretaria do Meio Ambiente do Distrito Federal;
- acompanhar programas de instalação, coordenação e acompanhamento de hortas comunitárias (133) nas Regiões Administrativas, em parceria com a Secretaria de Agricultura e Fundação do Serviço Social;
- implantar, coordenar e acompanhar programa especial de cozinhas comunitárias, em atendimento à parcela da população carente do Distrito Federal, em conjunto com a Secretaria de Desenvolvimento Social e Ação Comunitária;
- integrar e harmonizar as ações governamentais como um todo;
- democratizar o atendimento às comunidades, definindo, em conjunto, as políticas e ações;
- melhorar o atendimento às comunidades locais, por meio da ampliação da oferta de serviços prestados pelas Administrações Regionais;
- promover desenvolvimento integrado com o Entorno;
- formar parcerias favoráveis ao desenvolvimento sócio-econômico do Distrito Federal e do Entorno;
- conscientizar e mobilizar a sociedade sobre a cidadania, ampliando a participação popular na gestão e reestruturação do Estado;
- promover pesquisa detalhada sobre a atual estrutura administrativa do Distrito Federal;
- promover levantamento de propostas de reformulação administrativa envolvendo todas as áreas de assessoria jurídica do Distrito Federal;
- promover encontros, cursos, seminários, entre outros, voltados para a capacitação da Consultoria, Assessorias Jurídicas e Procuradoria;
- implantar o programa de coordenação das ações jurídicas do Governo Democrático e Popular do Distrito Federal, o programa integrado de cidadania e direitos humanos, o programa de sustentação e implementação jurídico-administrativa das ações do Gabinete do Governador do Distrito Federal e o programa de acompanhamento dos trabalhos de comissões especiais de caráter permanente e temporário;
- viabilizar a criação do Conselho dos Direitos Indígenas.

METAS REGIONALIZADAS

SECRETARIA DE GOVERNO

SUBPROGRAMA / METAS	UNIDADE	QUANTIDADE			REGIONALIZAÇÃO
		1996	1997 a 1999	TOTAL	
0020 SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO SUPERIOR					
- Implantar e incrementar programas e projetos com vistas à modernização administrativa.	Unid.	1	-	1	DF
- Realizar publicidade e propaganda.	Unid.	3	6	9	DF
- Manter a participação do DF em Organismos Internacionais e expandir a cooperação técnica.		-	-	-	DF
- Realizar e acompanhar eventos atinentes ao cerimonial.	Unid.	3	9	12	DF
0021 ADMINISTRAÇÃO GERAL					
- Implantar sistemas de planejamento nas Administrações Regionais e SUCAR.	Unid.	10	10	20	DF
- Manter máquinas e equipamentos.	Unid.	214	642	856	DF
- Manter o funcionamento do Conselho dos Direitos da					

Mulher e do Conselho da Criança e do Adolescente.	Unid.	2	2	2	DF
- Manter e aperfeiçoar o funcionamento da SEG e AR's.	Unid.	20	20	20	DF
- Manter o Programa Nossas Crianças.	Unid.	1	1	1	DF
- Adquirir acervo técnico e documental adequado ao desenvolvimento das atividades de planejamento.	Unid.	-	80	80	RA I
- Adquirir máquinas e equipamentos para a patrulha motomecanizada.	Unid.	34	150	184	RA II , RA III , RA IV , RA VI , RA VIII , RA X , RA XI , RA XII , RA XIII , RA XIV , RA XV , RA XVI , RA XVII e RA XIX
- Implantar hortas nas escolas públicas.	Unid.	5	15	20	RA XIII
0023 DIVULGAÇÃO OFICIAL					
- Elaborar e distribuir exemplares sobre cidadania e justiça.	Unid.	5.000	15.000	20.000	DF
0024 INFORMÁTICA					
- Implantar uma rede informatizada entre a SUCAR e as AR's em quatro etapas.	Unid.	1	3	4	DF
- Implantar e manter o Sistema de Informatização da SEG.	Unid.	1	1	1	DF

METAS REGIONALIZADAS

SECRETARIA DE GOVERNO

SUBPROGRAMA / METAS	UNIDADE	QUANTIDADE			REGIONALIZAÇÃO
		1996	1997 a 1999	TOTAL	
0025 EDIFICAÇÕES PÚBLICAS					
- Construir postos do Procon.	Unid.	1	10	11	DF
- Realizar reformas nas instalações do Palácio do Buriti.	Unid.	1	-	1	
- Construir, ampliar, reformar e melhorar prédios e próprios das Administrações Regionais.	Unid.	80	162	242	RA II , RA III , RA IV , RA V , RA VI , RA VII , RA VIII , RA IX , RA X , RA XII , RA XIII , RA XIV , RA XV , RA XVI e RA XIX
- Construir e manter a rua Cidade Livre	m ²	-	200	200	RA VIII
- Concluir o Clube Unidade de Vizinhança.	m ²	600	1.500	2.100	RA VIII
- Recuperar infra-estrutura de esportes e lazer.	Unid.	1	4	5	RA IX
- Construir Casa de Cultura.	Unid.	1	-	1	RA XVIII
0043 ORGANIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA					
- Modernizar as estruturas físicas e administrativas da SUCAR.	Unid.	1	-	1	DF
0110 COOPERATIVISMO					
- Integrar as Administrações Regionais com os órgãos que atuam na área rural.	Unid.	1	-	1	DF
0134 TELEFONIA					
- Adquirir linhas telefônicas.	Unid.	7	26	33	RA XIII e RA XIV
0136 SERVIÇOS ESPECIAIS DE TELECOMUNICAÇÕES					
- Reformar, melhorar e manter a Torre de TV.	Unid.	1	1	1	RA II
- Equipar veículos com rádio de comunicação.	Unid.	7	-	7	RA VII
0183 PROGRAMAÇÃO ESPECIAL					
- Promover e elaborar planos, programas e projetos para o desenvolvimento da Região do Entorno, nas áreas de agricultura, saúde, saneamento, educação, cultura, segurança, meio ambiente, indústria e comércio, transporte e urbanismo.	Unid.	14	42	56	ENTORNO

METAS REGIONALIZADAS

SECRETARIA DE GOVERNO

SUBPROGRAMA / METAS	UNIDADE	QUANTIDADE			REGIONALIZAÇÃO
		1996	1997 a 1999	TOTAL	
0228 PARQUES RECREATIVOS E DESPORTIVOS					
- Construir centro cultural e desportivo, quadras de esportes e parques infantis.	Unid.	5	17	22	RA III
- Construir quadras de esportes e parques infantis.	Unid.	16	104	120	RA IV , RA VI , RA VII , RA IX e RA XIV
- Implantar, manter e recuperar infra-estrutura de esportes e lazer.	Unid.	41	136	177	RA V , RA IX , RA X , RA XI , RA XII , RA XIII , RA XIV , RA XV , RA XVIII e RA XIX
- Construir quadras esportivas e parque ambiental.	Unid.	2	7	9	RA VIII
- Implantar conjunto poliesportivo e quadras polivalentes.	Unid.	2	6	8	RA XVII
0247 DIFUSÃO CULTURAL					
- Elaborar e manter projetos.	Unid.	7	12	19	RA IV , RA VIII , RA X , RA XIII , RA XIV , RA XVI , RA XVIII e RA XIX
- Realizar a comemoração do aniversário da cidade e festas folclóricas.	Unid.	22	66	88	DF
0269 ELETRIFICAÇÃO RURAL					
- Construir rede elétrica na zona rural.	Km	50	210	260	RA XIV

0323 PLANEJAMENTO URBANO

- Executar serviços de terraplenagem, encascalhamento e tapa-buracos.	m ³	19.980	91.862	111.842	DF
- Conservar área ajardinadas, praças e parques.	1.000m ²	43.475	130.425	173.900	DF
- Manter a limpeza de boca de lobo e galeria de águas pluviais.		-	-	-	DF
- Executar obras de urbanização.	m ²	839.849	3.607.017	4.446.866	DF
- Implantar infra-estrutura do Setor de Oficinas.	Unid.	1	-	1	RA V
- Implantar e recuperar placas de endereçamento.	Unid.	685	1.785	2.470	RA V , RA VIII , RA X , RA XII e RA XV
- Implantar a Expansão do Paranoá.	m ²	-	150.000	150.000	RA VII
- Construir praças.	Unid.	-	3	3	RA VIII
- Construir passarelas na EPTG, próximo a TELEBRASÍLIA, CAESB e Via Estrutural; e EPIA.	Unid.	1	3	4	RA X e RA XIX
- Implantar hortas comunitárias.	Unid.	2	6	8	RA XI

METAS REGION

SECRETARIA DE GOVERNO

SUBPROGRAMA / METAS	UNIDADE	QUANTIDADE			REGIONALIZAÇÃO
		1996	1997 a 1999	TOTAL	
- Construir o pólo de cultura e lazer em 3 etapas.	Unid.	-	3	3	RA XVI
0327 ILUMINAÇÃO PÚBLICA					
- Garantir a manutenção da rede de iluminação (pontos de luz) nas áreas públicas.	Unid.	1.663.559	5.400.683	7.064.242	DF
- Garantir a reposição dos postes danificados por corrosão ou abaloamento, nas áreas públicas.	Unid.	10	30	40	DF
- Garantir o fornecimento da energia elétrica nas áreas públicas.	1000 KWH	183.025	594.184	777.209	DF
- Ampliar o sistema de iluminação pública (pontos de luz).	Unid.	5.813	14.718	20.531	RA I , RA II , RA III , RA V , RA VII , RA X , RA XI , RA XII , RA XIII , RA XIV , RA XIX
- Construir rede de iluminação pública na zona rural.	Km	25	105	130	RA XIV
- Implantar iluminação pública.	m	19.138	16.268	35.406	RA XV , RA XVI e RA XVIII
0328 PARQUES E JARDINS					
- Recuperar áreas verdes, Praça das Fontes e Fonte Luminosa/Sonora, quadras de esportes e parques infantis.	Unid.	-	31	31	RA I
- Reformar e recuperar o Parque Recreativo e parques urbanos	Unid.	1	3	4	RA II
- Implantar o Parque Urbano no Setor Norte em 3 etapas.	Unid.	-	1	1	RA II
- Construir parque público e ecológico (Córrego Taguatinga e Cortado)	Unid.	-	1	1	RA III
- Construir parque Boca da Mata.	Unid.	1	-	1	RA III e RA XII
- Implantar parques ecológicos e recreativos do Guará.	Unid.	-	3	3	RA X
- Implantar parques.	m ²	12.000	36.000	48.000	RA XI
- Implantar parque de exposições, parques recreativos e de lazer.	Unid.	3	7	10	RA XII
- Plantar mudas ornamentais e frutíferas.	Unid.	-	10.000	10.000	RA XIII
- Construir Parque Vivencial.	Unid.	1	1	2	RA XV

METAS REGIONALIZADAS

SECRETARIA DE GOVERNO

SUBPROGRAMA / METAS	UNIDADE	QUANTIDADE			REGIONALIZAÇÃO
		1996	1997 a 1999	TOTAL	
0459 RECUPERAÇÃO DE TERRAS					
- Integrar as Administrações Regionais com os órgãos de preservação ambiental.	Unid.	19	-	19	DF
0483 ASSISTÊNCIA AO MENOR					
- Realizar transferências intragovernamentais a título de contribuições a fundos, ligadas à criança e ao adolescente.	Unid.	1	1	1	DF
0486 ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL					
- Garantir o atendimento médico, psicológico, jurídico e educacional aos cidadãos necessitados.	Pessoa	4.000	15.300	19.300	DF
- Desenvolver ações preventivas ao uso de drogas através de campanhas educativas.	Unid.	2	6	8	DF
- Coordenar e executar programas de defesa do consumidor.	Unid.	3	6	9	DF
- Implantar postos regionais de atendimento ao consumidor nas administrações.	Unid.	11	-	11	DF
- Integrar a pessoa portadora de deficiência à sociedade, mediante ações de assistência social e inserção nas demais políticas públicas.	Pessoa	2.000	12.000	14.000	DF
- Realizar campanhas e eventos visando o bem-estar da pessoa idosa.	Pessoa	3	9	12	DF
0487 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA					
- Promover atividades para resgatar a cidadania.	Pessoa	200	800	1.000	DF
- Coordenar e manter serviços assistenciais para o atendimento à comunidade.	Unid.	1	1	1	RA XIV
0534 ESTRADAS VICINAIS					
- Executar serviços de terraplenagem e encascalhamento.	Km	10	30	40	RA III
- Construir pontes em estradas vicinais.	Unid.	3	3	6	RA IV e RA IX
- Construir e manter estradas vicinais e pontes.	m ²	135.000	351.000	486.000	RA V e RA XIV

SECRETARIA DE INDUSTRIA E COMÉRCIO - SIC

Compete à Secretaria de Indústria e Comércio a promoção do desenvolvimento dos setores industrial, comercial e de serviços, a articulação do desenvolvimento com os municípios adjacentes e o apoio às micro e pequenas empresas e àquelas de tecnologia de ponta, incentivando, também, as atividades associativas e compartilhadas entre os agentes econômicos.

Em consonância com o Programa de Governo, a meta global da Secretaria para o período 1996/99 é reduzir o desemprego, obter acréscimos na renda e preparar a economia do Distrito Federal para a competição, num cenário de crescente integração de mercados.

1) Diagnóstico

O Distrito Federal apresenta um mercado consumidor de aproximadamente 2 milhões de pessoas e renda per capita das mais altas do país (cerca de US\$ 4.000/ano), contrastando com uma taxa de desemprego, também das mais altas (15%), causada, sobretudo, pela migração intensa. Esse fator vem compor um quadro de mão-de-obra que abrange, de um lado, um contingente com elevado grau de escolaridade e, de outro, um grupo desqualificado para o setor terciário, cuja predominância é marcante na composição da renda do Distrito Federal - 83%, enquanto o setor secundário responde por 14% e o primário por apenas 3% (IBGE - 1991).

O momento político e financeiro pelo qual passa o País requer que se formule e implemente uma nova estratégia de desenvolvimento, baseada no setor privado e voltada para o despertar de energias sociais participativas, as quais têm custo zero em termos orçamentários.

O diagnóstico indica que o futuro viável para o Distrito Federal - sua vocação - é constituir-se como pólo de inteligência (serviço de informática, gemologia, design de jóias e serviços editoriais) e centro de conhecimento e informações, inclusive as negociais.

2) Objetivos

- Aumentar a renda interna bruta, ao mesmo tempo em que se propicie sensível melhoria na distribuição dessa renda;
- preparar a economia do DF para a competição do desenvolvimento;
- transformar a Secretaria de Indústria e Comércio em órgão indutor do desenvolvimento.
- reduzir o desemprego no Distrito Federal para taxas inferiores ao da média nacional.

3) Diretrizes

As diretrizes setoriais referem-se à macroestratégia de modernizar democraticamente o Estado

Considerada a macroestratégia e as vocações diagnosticadas, tornam-se prioridades:

- 1 - Apoio às micro e pequenas empresas;
- 2 - apoio às empresas com tecnologia de ponta;
- 3 - trabalho em cooperação com entidades empresariais e sociedade civil organizada através de bolsas de parceria.

Metodologicamente, as diretrizes deverão corporificar-se em programas para ganhar organicidade. Os programas focarão:

- 1 - Estimulo aos novos empreendedores;
- 2 - aperfeiçoamento da gestão empresarial;
- 3 - estímulo aos empreendimentos produtivos;
- 4 - apoio ao desenvolvimento da informática;
- 5 - integração regional (Porto Seco/Corredor Centro-Leste);
- 6 - MERCOSUL;
- 7 - compras governamentais;
- 8 - qualidade total;
- 9 - captação, tratamento e disseminação de informações de interesse econômico e social;
- 10 - SIPRI-MRE;
- 11 - Trade Point;
- 12 - modernização da SIC;
- 13 - Implantação de áreas de expansão econômica;
- 14 - Pólo Científico, Tecnológico, Cultural e Fonográfico.

Os recursos do Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal (PRODECON), do FCO e do FUNDEFE serão alocados de acordo com uma concepção de "programas guarda-chuva", propiciando a instrumentalização de vários dos programas específicos, prioritários.

Numa visão estratégica mais ampla, que escapa ao raio de ação da Secretaria, é necessário explicitar que devem ser adotadas políticas de apoio a empreendimentos situados fora das fronteiras do Distrito Federal, necessitando da colaboração e parceria, além dos estados que integram a Região do Entorno, dos órgãos componentes do complexo administrativo do GDF, nomeadamente a Subsecretaria de Articulação para o Desenvolvimento do Entorno, de modo a propiciar a formação de novos pólos de oferta de oportunidades e, portanto, minimizadoras das migrações. São eles: os pólos de agricultura irrigada com colonização, o mais eficiente parcelamento da propriedade da terra nos municípios do Entorno, com apoio de irrigação, crédito e assistência técnica, e a própria industrialização de Goiás, ressaltando, neste último caso, que a industrialização moderna é poupadora de mão-de-obra.

SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

METAS REGIONALIZADAS

SUBPROGRAMA / METAS	UNIDADE	QUANTIDADE			REGIONALIZAÇÃO
		1996	1997 a 1999	TOTAL	
0021 ADMINISTRAÇÃO GERAL					
- Manter e aperfeiçoar o funcionamento da Secretaria.	Unid.	1	1	1	
0183 PROGRAMAÇÃO ESPECIAL					
- Elaborar e aprovar o Plano Diretor de áreas econômicas do Distrito Federal	Unid.	1	1	1	DF
0346 PROMOÇÃO INDUSTRIAL					
- Apoiar a implementação e consolidação de áreas de expansão e pólos econômicos.	Unid.	4	9	13	DF
- Manter e ampliar o Centro de Tecnologia de Software de Brasília - TECSOFT.	Convênio	2	6	8	DF
- Promover cursos para empresários da indústria e dar assistência tecnológica e gerencial às empresas.	Unid.	3	9	12	DF
- Incentivar o Programa de Qualidade e Produtividade.	Unid.	1	1	1	DF
- Apoiar as micro, pequenas empresas e empresas de tecnologia de ponta.	Unid.	300	900	1.200	DF
- Promover assistência tecnológica e assistencial às empresas.	Convênio	1	3	4	DF
0354 PROMOÇÃO INTERNA DO COMÉRCIO					
- Apoiar a implementação de áreas de expansão econômica.	Unid.	2	5	7	RA I, RA V, RA IX, RA X, RA XII, RA XIII, RA XIV, RA XV e RA XVII
- Criar e aperfeiçoar projetos de apoio a novos empreendimentos.	Unid.	1	1	1	DF
- Apoiar as micro e pequenas empresas.	Empresas	500	1.500	2.000	DF
- Promover cursos para empresários do comércio.	Cursos	3	3	3	DF
0355 PROMOÇÃO EXTERNA DO COMÉRCIO					
- Apoiar a implementação da Estação Aduaneira - "Porto Seco" e do Corredor de Transporte Centro-Oeste.	Unid.	2	2	2	DF
- Apoiar, implementar e operacionalizar o Trade					

METAS REGIONALIZADAS

SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

SUBPROGRAMA / METAS	UNIDADE	QUANTIDADE			REGIONALIZAÇÃO
		1996	1997 a 1999	TOTAL	
Point.	Unid.	1	1	1	DF
- Apoiar a implantação e a operacionalização do SIPRI/MRE.	Unid.	1	1	1	DF
- Elaborar projetos para integrar o Distrito Federal ao MERCOSUL.	Unid.	1	1	1	DF

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SEMATEC

É de competência da Secretaria do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia: o desenvolvimento de atividades direcionadas à preservação da qualidade ambiental, ao uso racional dos recursos naturais, renováveis e não renováveis; planejamento, coordenação e promoção do desenvolvimento científico e tecnológico e, ainda, o cuidado das ações de educação ambiental, prevenção à erosão, limpeza urbana e valorização dos resíduos.

A Secretaria ainda exerce a administração do Jardim Zoológico, do Jardim Botânico, da Estação Ecológica de Águas Emendadas e de outras áreas de importância ecológica no Distrito Federal. Também são vinculados à Secretaria o Instituto de Ciência e Tecnologia e a Fundação de Apoio à Pesquisa, que contribuem para a execução das atividades de sua competência.

Integrando o programa do novo governo do Distrito Federal, a preocupação com o meio ambiente está inserida na busca de um desenvolvimento sustentável, uso do solo de acordo com uma planificação e outras ações que levarão a capital do país à condição de "Reserva da Biosfera", conseqüentemente proporcionando uma melhor qualidade de vida à sua população.

As funções estratégico-normativas, de fomento e execução da ciência e tecnologia, fornecem os subsídios necessários ao empreendimento de todas essas ações ligadas ao meio ambiente, assim, como também, de várias outras relacionadas ao uso racional e sustentável das potencialidades do Distrito Federal.

1) Diagnóstico

O Distrito Federal localiza-se no bioma cerrado, ocupando uma área de aproximadamente 5.814 quilômetros quadrados, e é o divisor de águas das três maiores bacias hidrográficas da América do Sul: Amazônica, Paraná e São Francisco. Esta situação faz com que sua rede de drenagem seja constituída por rios de cabeceira, e por tanto, com baixas vazões. O clima da região é caracterizado por um período seco prolongado, quando a precipitação pluviométrica se reduz significativamente.

Experimentou o Distrito Federal, desde a sua criação, um crescimento populacional extraordinário acima do planejado. Em 1995 a população é de um milhão, seiscentos mil habitantes, quando projeções iniciais apontavam para uma população de quinhentos mil habitantes para o ano 2.000.

O crescimento populacional determinou um ritmo acelerado da ocupação físico territorial do espaço de maneira horizontal. Como conseqüência, ocupou-se de áreas de drenagem e dos mananciais de abastecimento de água, como também houve forte pressão antrópica sobre as áreas protegidas, apesar do território do Distrito Federal possuir 42% de sua área com unidades de conservação legalmente decretadas, uma situação privilegiada a nível nacional.

O ritmo acelerado do desenvolvimento econômico e populacional do Distrito Federal não tem sido acompanhado pela implantação de um sistema de planejamento voltado ao uso ordenado e racional do território. Como resultado, pode-se observar uma ocupação inadequada e desordenada do território.

Os recursos hídricos, a fauna e a flora sofrem as conseqüências da ocupação desordenada do solo por invasões, loteamentos irregulares e da exploração agropecuária com pouca preocupação conservacionista. Mesmo áreas que conseguiram manter-se razoavelmente protegidas, correm o risco de terem seus atributos comprometidos pelas atividades antrópicas em seu entorno.

A ação efetiva do estado na proteção e no uso sustentável dos recursos ambientais do Distrito Federal, junto com a participação da sociedade, garantirá a sadia qualidade de vida e o meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações.

Pelo exposto, é fundamental recuperar a capacidade de intervenção do Estado, incorporar a dimensão ambiental nas decisões governamentais, além de planejar a ocupação do espaço territorial através do zoneamento ecológico-econômico, implantar o gerenciamento dos

recursos hídricos, efetivar as unidades de conservação já decretadas, recuperar as áreas impactadas pela ação antrópica e proporcionar a participação da sociedade como co-gestora da proteção ambiental.

Portanto, o problema da demanda crescente por água e a ocupação inadequada e desordenada do território estão entre os mais importantes desafios na área ambiental a serem enfrentados pelo Governo Democrático e Popular, além do fato de incorporar a dimensão ambiental ao conjunto de políticas públicas e ao processo decisório governamental.

No que se refere à ciência e tecnologia, Brasília desempenha, verdadeiramente, seu papel de capital federal, ao exercer suas funções de normatização da estratégias e fomento do setor no nível nacional, pois situam-se aqui vários órgãos públicos (CNPq, FINEP, EMBRAPA e outros) e não públicos (SEBRAE, SENAITEC e outros). A definição de uma política concernente ao setor deverá ser adotada como elemento interativo ao planejamento, aos setores industrial e agropecuário e à política de geração de empregos, orientando o conjunto tecnológico do Distrito Federal.

2) Objetivos

- Garantir a proteção e o uso sustentável dos recursos ambientais, visando assegurar uma sadia qualidade de vida à população;
- propor, definir, orientar e coordenar a política do Distrito Federal, promovendo os meios que garantam a execução dessa política, para materializar um desenvolvimento de caráter sustentável;
- incorporar a dimensão ambiental ao conjunto de políticas públicas do Governo do Distrito Federal e ao processo decisório governamental;
- ampliar e fortalecer os mecanismos de participação popular no processo de gestão ambiental;
- adotar tecnologia apropriada para o desenvolvimento sustentável;
- integrar as ações de educação ambiental às atividades desenvolvidas pela SEMATEC;
- efetivar a parceria Governo-Sociedade, objetivando a co-gestão ambiental;
- fomentar as atividades científico-tecnológicas no Distrito Federal;
- criar condições para utilizar e gerenciar os recursos hídricos, bem como a proteção dos mananciais;
- conservar e preservar a biodiversidade do cerrado no Distrito Federal, bem como promover o manejo dos ecossistemas;
- incrementar a coleta seletiva do lixo, com montagem de usinas de reciclagem, e infra-estrutura ambientalmente adequada para os aterros sanitários, objetivando o programa de reciclagem de resíduos sólidos.

3) Diretrizes

- Estabelecer política de desenvolvimento científico-tecnológico;
- reestruturar e capacitar a SEMATEC, implantando uma política de formação de recursos humanos para a gestão ambiental, com a participação popular;
- dotar a SEMATEC de recursos orçamentários e financeiros para o cumprimento de suas funções;
- estabelecer programas ambientais conjuntamente com o Governo Federal;
- elaborar e implementar o Plano Distrital e Recursos Hídricos do Distrito Federal;
- estimular a organização de comitês de bacias e sub-bacias hidrográficas;
- replanejar a limpeza pública do Distrito Federal e realizar a coleta seletiva do lixo, estabelecendo novos parâmetros de processamento e comercialização dos materiais recicláveis;

- incentivar a montagem de usinas simplificadas de reciclagem e compostagem;
- adotar tecnologia apropriada para minimizar o impacto ambiental, causado pela destinação final de resíduos sólidos na implantação de aterros sanitários;
- articular-se com outros órgãos governamentais, não-governamentais e segmentos da população, objetivando o desenvolvimento tecnológico - tecnologias social e ambientalmente apropriadas - para subsidiar o processo de gestão ambiental, efetivando a parceria Governo-Sociedade;
- redefinir áreas para destinação final de resíduos sólidos;

- prover as Unidades de Conservação de infra-estrutura para a proteção de suas áreas;
- consolidar e ampliar o controle da poluição ambiental no Distrito Federal;
- integrar as ações de educação ambiental às atividades desenvolvidas pela SEMATEC;
- consolidar os conselhos e comissões de meio ambiente, fortalecendo a participação popular;
- dar à população acesso às informações ambientais, objetivando uma gestão participativa.

METAS REGIONALIZADAS

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

SUBPROGRAMA / METAS	UNIDADE	QUANTIDADE			REGIONALIZAÇÃO
		1996	1997 a 1999	TOTAL	
0021 ADMINISTRAÇÃO GERAL					
- Manter e aperfeiçoar o funcionamento da SEMATEC, ICT, IEMA, SLU, JBDF, JZDF e FAP.	Unid.	7	7	7	
- Adquirir animais.	Unid.	80	220	300	DF
- Apoiar o projeto "O Adolescente Aprendiz".	Unid.	1	1	1	
0057 INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA					
- Implantar projetos de difusão e informação.	Unid.	7	24	31	DF
- Implantar projetos de transferência de tecnologia.	Projeto	5	18	23	DF
- Apoiar eventos científicos e tecnológicos.	Eventos	40	140	180	DF
- Apoiar participações institucionais em eventos científicos e tecnológicos.	Eventos	10	60	70	DF
- Apoiar projetos de pesquisa e difusão científica e tecnológica e de capacitação e modernização laboratorial.	Projetos	280	975	1.255	DF
0059 LEVANTAMENTO DO MEIO-AMBIENTE					
- Executar política ambiental.	Unid.	1	1	1	
- Realizar zoneamento ecológico-econômico do DF.	Unid.	1	1	2	DF
- Gerenciar recursos hídricos.	km²	5.814	5.814	5.814	DF
- Realizar estudos e pesquisas dos recursos naturais.	Unid.	1	3	4	DF
- Realizar monitoramento do solo, fauna e flora.	Unid.	1	3	4	DF
- Aproveitar os recursos do meio físico e biótico.	Ha	10.500	10.500	10.500	DF
0103 PROTEÇÃO A FLORA E A FAUNA					
- Proteger área conservada.	Km²	4.257	4.527	4.257	DF
- Gerenciar unidades de conservação e parques.	Unid.	20	23	23	DF
- Implantar parques.	Parques	-	1	1	DF
- Implantar Parque Olhos D'Água.	Parque	1	-	1	RA I
- Implantar Parque Canela de Ema.	Parque	-	1	1	RA V
0325 LIMPEZA PÚBLICA					
- Garantir a manutenção de veículos, máquinas e equipamentos.	Unid.	107	321	428	DF

METAS REGIONALIZADAS

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

SUBPROGRAMA / METAS	UNIDADE	QUANTIDADE			REGIONALIZAÇÃO
		1996	1997 a 1999	TOTAL	
- Realizar coleta seletiva, compreendendo a expansão em Brazlândia.	Ton/a	660	2.633	3.293	RA IV
- Realizar estudos para elaboração de projetos de implantação da coleta seletiva.	Unid.	1	-	1	RA I , RA V , RA VI , RA VIII e RA X
- Estudar e reavaliar a limpeza pública no DF na área de coleta de lixo e varrição de vias e logradouros públicos.	Unid.	7	-	7	DF
- Implantar as usinas de reciclagem de entulhos.	Unid.	1	-	1	DF
- Recuperar e prolongar a vida útil do aterro Jockey Club.	Unid.	-	1	1	RA X
- Reformar a usina de lixo da Asa Sul, aumentando a capacidade de beneficiamento de lixo.	Ton.	250	250	500	RA I
- Adquirir frota de veículos.	Unid.	110	190	300	DF
- Construir distritos regionais de limpeza.	m²	1.600	4.800	6.400	RA I , RA III , RA VII , RA IX , RA XII RA XIII e RA XIV
- Ampliar a capacidade de beneficiamento da usina de lixo da Ceilândia.	Ton.	900	-	900	RA IX
0456 CONTROLE DA POLUIÇÃO					
- executar serviços de consultoria.	Unid.	1	3	4	DF
- Implantar e manter estação de monitoramento do ar.	Unid.	5	13	18	DF
- Realizar programas de monitoramento da qualidade do ar, água e solo.	Unid.	36	108	144	DF
- Elaborar normas e critérios para o monitoramento ambiental do ar, água e solo.	Unid.	2	11	13	DF

SECRETARIA DE OBRAS - SO

Dentro de uma nova forma de governar e tendo como principal enfoque a participação comunitária e a "desprivatização" dos serviços públicos (tornando-os ágeis, competentes e realmente a serviço da comunidade), a Secretaria de Obras - S.O. tem por finalidade a execução de obras públicas e prestação de serviços públicos, dentre os quais:

- sistema de tratamento e abastecimento de água;
- sistema de coleta e tratamento de esgotos;
- sistema de geração, transmissão e distribuição de energia, inclusive iluminação pública;
- drenagem de águas pluviais, pavimentação, paisagismo e urbanização;
- construção, ampliação e reforma de prédios e próprios do poder público;
- obras relativas a transporte de massa;
- administração e alienação de imóveis públicos;
- planejamento, coordenação, supervisão e controle da política e do sistema de planejamento territorial e urbano.

Tais competências são desenvolvidas pela Secretaria como órgão central coordenador e através das entidades vinculadas: CAESB (saneamento, água potável e esgotamento sanitário), NOVACAP (execução de obras e serviços de urbanização, implantação e conservação de infra-estrutura urbana e construção de edificações), CEB (energia e iluminação pública), Coordenadoria Especial do Metrô (projeto e execução das obras do Metrô no DF), TERRACAP (administração e alienação de imóveis públicos) e IPDF (política e planejamento territorial e urbano).

1) Diagnóstico

Os parcelamentos urbanos irregulares em áreas privadas e públicas e a ocupação urbana desordenada na periferia do Distrito Federal trazem ao contexto social graves problemas. A inadequação ou inexistência de instrumentos e legislação relativos ao parcelamento do solo urbano, edificações e posturas, e Planos Diretores para as Regiões Administrativas provocam o crescimento desordenado das malhas urbanas, com infra-estrutura precária ou inexistente, onde a desagregação social constitui uma barreira ao exercício da cidadania.

O nível atual de atendimento em abastecimento de água no Distrito Federal é de 91%. Entre as comunidades não-atendidas com sistemas definitivos estão: Recanto das Emas, São Sebastião, Vale do Amanhecer, Sobradinho III, Sobradinho IV, parte de Santa Maria e parte do Riacho Fundo, além de Águas Claras que não conta com qualquer sistema de abastecimento.

Cerca de 75% da população dispõem de sistema de coleta de esgotos. Não dispõem as comunidades de Riacho Fundo, Recanto das Emas, Santa Maria, DVO, Varjão, Águas Claras, Sobradinho III, Sobradinho IV, São Sebastião, Vale do Amanhecer, Lago Norte, alguns setores em Planaltina e grande parte do Lago Sul. Aproximadamente 42% dos esgotos coletados são lançados "in natura" nos córregos e nos rios, comprometendo o meio ambiente, notadamente nos grandes centros urbanos.

Diante da escassez de recursos, a CEB tem investido em seu sistema elétrico, o estritamente necessário ao atendimento de novos consumidores, tendo, como consequência, a possibilidade de comprometimento do fornecimento de energia elétrica ao Distrito Federal, em quantidade e qualidade.

O suprimento de energia elétrica ao Distrito Federal passa por uma fase crítica, devido ao atraso na construção da Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa e das Linhas de Transmissão para o Distrito Federal, obras de responsabilidade de FURNAS - Centrais Elétricas S.A.. A CEB é totalmente dependente desse suprimento (95,2%).

2) Objetivos

- Consolidar as cidades do ponto de vista social e urbanístico, dotando-as de marcos referenciais para os cidadãos, promovendo o convívio, a integração social e o exercício da cidadania através da implantação do programa "Praça do Cidadão";
- universalizar o abastecimento de água para toda a população do Distrito Federal, com atendimento, de forma contínua, obedecendo aos padrões de potabilidade e praticando níveis tarifários com base em princípios de justiça social, remunerando esses serviços pelo custo de exploração;
- universalizar o atendimento com esgotamento sanitário e saneamento básico a toda a população urbana do Distrito Federal, com serviços adequados de coleta, transporte, tratamento e disposição final, prestando orientação e assessoramento técnico às comunidades rurais;
- dotar toda a área urbana, em especial as mais carentes, de sistema de drenagem pluvial e urbanização, e conservar a infra-estrutura

urbanística em condições de uso pela população, em articulação com as Administrações Regionais;

- expandir o sistema elétrico de atendimento à área de concessão, de modo a assegurar o suporte necessário ao crescimento do mercado em todos os seus segmentos, com índices de continuidade, qualidade e custos adequados;
- compor matriz de oferta de energéticos, hierarquizados por processo de racionalização e otimização de usos direcionados, orientando o mercado consumidor para os consumos mais racionais, observados os aspectos de disponibilidade, custos, segurança de uso e transporte;
- promover pesquisas e absorver inovações tecnológicas para a melhoria nos métodos e condições de trabalho, processos e redução de custos, visando proporcionar incremento na qualidade do fornecimento de energia;
- otimizar a qualidade dos serviços prestados pelos órgãos da Secretaria de Obras;
- estruturar o transporte de massa, preservando a concepção urbanística de Brasília;
- implantar uma política de uso e ocupação do solo, articuladamente com as ações dos diferentes setores governamentais.

3) Diretrizes

- Consolidar e promover o papel do Distrito Federal como Capital da República, pólo político e econômico, regional e nacional e Patrimônio Cultural da Humanidade;
- inserir a comunidade na definição das prioridades e nas ações de educação sanitária, utilizando a filosofia do sistema condominial para abastecimento de água e coleta de esgoto sanitário;
- reavaliar os planos diretores de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Distrito Federal;
- desenvolver estudos de tecnologias apropriadas para abastecimento de água e esgotamento sanitário, com apoio da UnB e outras entidades de pesquisa, e ações conjuntas entre CAESB e diversos órgãos do GDF;
- urbanizar, prioritariamente, as áreas carentes e impedir a deterioração da malha viária existente e dos equipamentos públicos, permitindo o perfeito funcionamento do sistema de águas pluviais;
- estabelecer o planejamento elétrico e energético da CEB, considerando a Matriz Energética do DF, visando a adequação do sistema ao crescimento da carga e do número de clientes, respondendo à expectativa de desenvolvimento da região e aliando evolução tecnológica com as características do mercado;
- buscar os recursos para os empreendimentos necessários à expansão e melhoria do sistema elétrico;
- desenvolver programas relacionados com a conservação e racionalização do uso de energia;
- melhorar o desempenho do sistema elétrico, através da automação, da otimização de processos de obras, da manutenção, da operação e de suas interfaces;
- aumentar a geração de energia através de programas de estímulos à co-geração e outras fontes alternativas;
- aliar a política de desenvolvimento urbano à preservação e reconstrução do meio ambiente, inclusive a implementação de parques vivenciais, recreativos e ecológicos no Plano Piloto e Cidades Satélites;
- dotar o GDF de instrumentos legais urbanísticos, tributários e disciplinadores do uso e ocupação do solo;
- atuar em conjunto com a SEFP, assessorando-a na execução da legislação tributária;
- estimular a integração das atividades humanas (habitação, trabalho, lazer e circulação), aliando o zoneamento territorial às diretrizes de desenvolvimento econômico e social a partir do PDOT e dos PDLs, avaliando a capacidade política, financeira e administrativa das áreas abrangidas por esses planos.

SECRETARIA DE OBRAS

METAS REGIONALIZADAS

SUBPROGRAMA / METAS	UNIDADE	QUANTIDADE			REGIONALIZAÇÃO
		1996	1997 a 1999	TOTAL	
0021 ADMINISTRAÇÃO GERAL					
- Manter e aperfeiçoar o funcionamento da SO e do IPDF.	Unid.	2	2	2	DF
- Manter a infra-estrutura urbanística do DF: .recapeamento asfáltico	m²	110.827	372.697	483.524	RA I , RA II , RA III , RA IV , RA V RA VI , RA VIII , RA IX , RA X , RA XI RA XII , RA XIII , RA XIV , RA XVI , RA XVIII RA XIX
.recuperar vias e operação tapa-buraco	m³	5.953	20.017	25.970	DF
.recompôr meio-fios	m	5.910	19.876	25.786	DF
.recompôr passeios	m²	1.477	4.968	6.445	DF
.reparar e manter sistema de drenagem	Horas	162	545	707	RA I , RA II , RA III , RA IV , RA V RA VI , RA VII , RA VIII , RA IX , RA X RA XI , RA XII , RA XVI , RA XVII , RA XVIII RA XIX
.recuperar passarelas aéreas e subterrâneas	Unid.	2	6	8	RA I , RA III , RA VIII , RA X e RA XI
.reparar parques infantis	Unid.	25	25	50	DF
.reparar praças de esportes e recreação	Unid.	20	60	80	DF
.conservar áreas verdes	m²	47.000.000	146.500.000	193.500.000	DF
0023 DIVULGAÇÃO OFICIAL					
- Publicar atos, códigos e divulgar trabalhos e materiais destinados ao planejamento participativo.		-	-	-	DF
0024 INFORMÁTICA					
- Adquirir equipamentos e implantar sistema de informatização.		-	-	-	DF
0025 EDIFICAÇÕES PÚBLICAS					
- Construir Praça do Cidadão.	m2	20.000	65.000	85.000	RA I
- Reformar a Estação Rodoviária de Brasília.	Unid.	1	1	1	RA I
- Avaliar as obras das Pontes Costa e Silva e das Garças.	Unid.	-	2	2	RA I e RA XVIII
- Reformar prédios e próprios.	m²	-	3.623	3.623	DF

METAS REGIONALIZADAS

SECRETARIA DE OBRAS

SUBPROGRAMA / METAS	UNIDADE	QUANTIDADE			REGIONALIZAÇÃO
		1996	1997 a 1999	TOTAL	
- Construir a sede do IPDF.	Unid.	1	1	1	RA I
0035 PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA					
- Garantir novos investimentos em abastecimento de água potável e esgotamento sanitário.		-	-	-	DF
0323 PLANEJAMENTO URBANO					
- Implantar e monitorar Plano Diretor de Ordenamento Territorial.	Unid.	1	-	1	DF
- Elaborar projetos urbanísticos.	Unid.	60	280	340	DF
- Elaborar e implantar Planos Diretores Locais.	Unid.	4	52	56	DF
- Elaborar projeto "Praça do Cidadão".	Unid.	7	13	20	RA II , RA III , RA IV , RA V , RA VI RA VII , RA VIII , RA IX , RA X , RA XI RA XII , RA XIII , RA XIV , RA XV , RA XVI RA XVIII
- Elaborar projeto de revitalização da área central do Plano Piloto.	Unid.	1	-	1	RA I
- Elaborar "Projeto Orla do Lago" em 2 etapas.	Unid.	1	1	1	RA I
- Armazenar e manusear dados do sistema de informações geográficas e estatísticas.	Unid.	1	1	1	DF
0448 SANEAMENTO GERAL					
- Apoiar a implementação e manutenção dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento de sanitário do DF.		-	-	-	DF
0455 DEFESA CONTRA A EROSIÃO					
- Executar obras de drenagem urbana.	m	3.556	8.237	11.793	DF
- Pavimentar vias e obras complementares.	m²	69.452	247.947	317.399	DF
- Estabilizar e aterrar erosão.	m³	148.150	528.900	677.050	DF
- Conservar solo.	m²	8.889	32.235	41.124	DF
- Elaborar projetos.	Unid.	10	5	15	DF

0575 VIAS URBANAS

METAS REGIONALIZADAS

SECRETARIA DE OBRAS

SUBPROGRAMA / METAS	UNIDADE	QUANTIDADE			REGIONALIZAÇÃO
		1996	1997 a 1999	TOTAL	
- Implantar vias, pavimentação asfáltica e obras complementares.	m²	682.916	2.363.011	3.045.927	DF
- Executar obras de captação de águas pluviais.	m	66.444	229.908	296.352	DF

- Abrir e encascalhar vias.	m ²	198.984	688.521	887.505	DF
- Construir parques infantis.	Unid.	6	18	24	RA II , RA III , RA IV , RA V , RA VI RA VII , RA VIII , RA IX , RA X , RA XI RA XII , RA XIII , RA XIV , RA XV , RA XVII RA XVIII e RA XIX
- Construir quadras de esporte.	Unid.	8	24	32	RA II , RA III , RA IV , RA V , RA VI RA VII , RA VIII , RA IX , RA X , RA XI RA XII , RA XIII , RA XIV , RA XV , RA XVII RA XIX
- Construir passarelas aéreas e subterrâneas.	Unid.	2	6	8	DF
- Implantar meios-fios.	m	265.060	917.155	1.182.215	DF
- Implantar passeios.	m ²	79.442	274.884	354.326	DF
- Implantar áreas jardinadas.	m ²	190.658	659.725	850.383	DF
- Plantar árvores.	Unid.	50.000	150.000	200.000	DF
- Elaborar projeto.	Unid.	1	-	1	DF
- Implantar cadastro eletrônico.	Unid.	1	-	1	DF

SECRETARIA DE SAÚDE - SES

A Secretaria de Saúde do Distrito Federal - SES, órgão de Administração Superior diretamente subordinado ao Governador do Distrito Federal, compete a promoção e fiscalização da saúde pública e a atividade de assistência médica, odontológica e hospitalar. Compete-lhe, também, controlar a distribuição e uso de drogas e medicamentos e fiscalizar os estabelecimentos farmacêuticos, de manipulação e comercialização de alimentos e, ainda, a vigilância epidemiológica e sanitária.

A Constituição Federal garante acesso ao sistema de saúde universal a todos os cidadãos sem distinção de classe social e econômica. Na atual gestão, essa será a política a ser adotada pela Secretaria de Saúde do Distrito Federal como gestora do Sistema Único de Saúde - SUS, contribuindo para uma qualidade de vida digna, através de ações que devem ser de caráter preventivo e integradas aos órgãos afins.

1) Diagnóstico

O sistema de saúde do Distrito Federal tem uma concepção que remonta ao "Plano de Assistência à Saúde" de 1979, baseando-se no tripé regionalização-hierarquização-extensão de cobertura. Porém, a prática nos anos subsequentes reforçou a dicotomia entre as ações preventivas e curativas, refletindo-se na estrutura institucional da Secretaria de Saúde - SES e Fundação Hospitalar do Distrito Federal - FHDF, perdendo-se, com isso, a perspectiva da atenção integral.

Contribuíram para agravar essa situação, o grande crescimento populacional, o aumento da migração e a demanda oriunda do Entorno do Distrito Federal, em busca da assistência não encontrada nos seus estados de origem. Assim, cerca de 40% dos atendimentos efetuados na rede de serviços do Distrito Federal referem-se à clientela oriunda do Entorno.

Ao longo dos anos, a orientação da política de investimentos do Governo do Distrito Federal para o setor não assegurou a adequação de tecnologias, recursos humanos e materiais para atender às necessidades de saúde da população, ainda que tenha viabilizado o crescimento físico da rede.

Observa-se, ainda, em função da má distribuição de pessoal, o volume extraordinário de horas-extras, que, embora financeiramente possa ser mais vantajoso para os servidores, estabelece menor vínculo e compromisso com a instituição. A média de horas-extras de médicos, técnicos de radiologia e de laboratório, em 1994, era de 57.500 por mês, o que correspondia a cerca de 500 profissionais em termos de horas trabalhadas e 750 em termos de salários. Isso representou um impacto de 4,5% sobre o total da folha de salários. Além disso, os profissionais de saúde encontram-se desmotivados pelos baixos salários, pela pouca disponibilidade material e humana e, ainda, pela falta de um plano de carreira adequado.

Embora a definição da Seguridade Social e seu respectivo orçamento tenham apontado no sentido de uma distribuição de recursos mais condizente com as necessidades e magnitude do setor da saúde, na realidade, pouco tem contribuído para melhorar o aporte de recursos para o setor.

Para o ano de 1995, do total de recursos alocados para a saúde no orçamento, 4,5% são provenientes da receita do GDF e destinados ao custeio e ao investimento. A participação do setor saúde no conjunto de gastos do governo representa, hoje, 21% do orçamento global, incluídos os gastos com pessoal.

Do ponto de vista da organização e funcionamento dos serviços, constata-se problemas da seguinte ordem:

acesso da população ao sistema de saúde é desorganizado, os níveis primário e secundário (postos de saúde e hospitais gerais, respectivamente) atendem em média a 52% das consultas realizadas (quando o esperado seria de 80%) e as emergências são responsáveis

por 48% das consultas (o esperado seria 20%). Isso reflete a ociosidade da estrutura de Postos e Centros de Saúde, reforçada pela carência de recursos humanos e materiais;

há uma sobrecarga nos serviços de emergência e aqueles usuários que conseguem ter acesso ao sistema encontram pontos de estrangulamento, devido à pressão da demanda e aos problemas estruturais e gerenciais relativos a vários aspectos já diagnosticados.

Os indicadores de saúde no Distrito Federal apontam, como principais causas de mortalidade geral, as doenças do aparelho circulatório e as causas externas (acidentes de trânsito, homicídios). A análise dos índices de mortalidade geral por local de residência mostra que, nas cidades satélites, essas também são as duas principais causas. No entanto, quando se observa a mortalidade causada por doenças infecto-parasitárias, a distribuição dessas causas se dá na razão inversa ao nível de renda da população, demonstrando assim que, no âmbito restrito do sistema de saúde, as ações e serviços apresentam falhas, no sentido da não-priorização das ações educativas e de prevenção dos fatores agravantes em relação às principais causas de morte.

Vale dizer, a precariedade de saneamento básico, o nível de desemprego, os baixos salários, os baixos níveis de escolaridade, as dificuldades de acesso aos produtos e serviços essenciais, a inexistência de opções de lazer e o descuido com o meio ambiente continuam a influenciar negativamente os níveis de saúde e aprofundam as diferenças entre a população nas diversas localidades do Distrito Federal.

Os problemas estruturais exigem uma postura política firme, no sentido de que a ação do governo, especialmente no setor saúde, incorpore toda a população aos benefícios gerados pelo processo de desenvolvimento da sociedade, com sua efetiva participação na definição de prioridades.

2) Objetivos

- Efetivar a implantação do Sistema Único de Saúde - SUS - no Distrito Federal, e orientar sua gestão pelos princípios da equidade e da universalidade e pelas diretrizes da descentralização, participação da comunidade e da atenção integral à saúde das pessoas;
- adotar políticas sociais e econômicas que reduzam os riscos de doenças e outros agravos, bem como o acesso de todos os cidadãos às ações e serviços de recuperação e prevenção da saúde;
- reestruturar a rede de serviços regionalizada e hierarquizada, para dar respostas de forma eficiente e eficaz aos problemas de saúde da população e, principalmente, contribuir para o fortalecimento da consciência sanitária;
- dar pleno acesso ao conhecimento e às informações sobre os fatores que condicionam o estado de saúde e de vida, sobre a utilização dos recursos públicos no setor e sobre o direito de influir nas decisões, através do processo de controle social do sistema de saúde.

3) Diretrizes

- Articular com a sociedade organizada e seus legítimos representantes, garantindo o efetivo controle social;
- articular intragovernamentalmente para assegurar que, no processo de tomada de decisões, as ações de governo tenham como objetivo melhorar a saúde e a qualidade de vida da população;
- descentralizar a gestão, sobretudo dos aspectos decisórios e operacionais, respeitando-se as normas legais referentes à divisão político-administrativa do Distrito Federal e contemplando a função de coordenação do SUS pelo gestor SES/DF;
- redefinir os papéis e estruturas do nível central da SES e FHDF;
- implantar Distritos Sanitários como espaço geográfico onde estejam claramente identificados os recursos institucionais (públicos e privados) e as respectivas responsabilidades, os mecanismos de participação e

de intervenção social nas decisões que permitam que as mudanças necessárias nas práticas sanitárias se materializem;

- implementar uma política de recursos humanos como elemento estratégico para a operacionalização do SUS no Distrito Federal;
- implementar uma política de investimentos que permita ao SUS-DF dar resposta efetiva e eficaz aos problemas de saúde da população. Como ação de governo, a política de investimentos, além dos aspectos específicos do setor saúde, deverá priorizar os setores que influenciam direta ou indiretamente as condições de vida;
- democratizar a gestão financeira, compreendendo a necessidade de adoção do planejamento participativo e ascendente, incluindo aí a definição de prioridades e a construção do orçamento participativo,

bem como da constituição do Fundo Distrital de Saúde sob a fiscalização do Conselho de Saúde do Distrito Federal;

- promover a saúde, avaliando os aspectos preventivos e curativos, não apenas pelo aspecto quantitativo, mas pelo impacto gerado nos indicadores de qualidade de vida (incluindo-se os indicadores de saúde), além da qualidade do serviço prestado do ponto de vista técnico e ético;
- avaliar o impacto causado pelas práticas assistenciais nas instâncias de controle social, em conjunto com os serviços;
- articular com os estados e municípios que demandam serviços de saúde no DF para resolver situações conjunturais e estruturais;
- adotar uma nova ética baseada no compromisso social e no interesse público como princípio e finalidade das ações de governo.

METAS REGIONALIZADAS

SECRETARIA DE SAÚDE

SUBPROGRAMA / METAS	UNIDADE	QUANTIDADE			REGIONALIZAÇÃO
		1996	1997 a 1999	TOTAL	
0021 ADMINISTRAÇÃO GERAL					
- Manter e aperfeiçoar o funcionamento da SES, ISDF, FHDF e FHB.	Unid.	4	4	4	DF
- Ampliar a força de trabalho em saúde.	Pessoa	3.354	5.492	8.846	DF
- Adquirir veículos para o FHDF.	Unid.	30	50	80	DF
- Manter vagas de residência médica.	Unid.	535	535	535	DF
0024 INFORMÁTICA					
- Instalar equipamentos computacionais.	Equip.	510	1.007	1.517	DF
- Manter sistemas para computadores.	Equip.	9	46	55	DF
0025 EDIFICAÇÕES PÚBLICAS					
- Reformar inspetorias de saúde.	m²	1.661	3.319	4.980	DF
- Construir inspetorias de saúde.	Unid.	2	5	7	RA VII , RA XI , RA XII , RA XIII , RA XIV RA XV e RA XVII
- Reformar prédio do Instituto de Saúde.	m²	1.482	4.446	5.928	DF
- Reformar, recuperar e ampliar hospitais, centros e postos de saúde.	m2	50.277	150.831	201.108	RA I , RA II , RA III , RA IV , RA V RA VI , RA VII , RA IX , RA X e RA XV
- Recuperar as instalações elétricas, hidrossanitárias, telefônicas e especiais de hospitais, centros e postos de saúde.	Instal.	17	51	68	RA I , RA II , RA III , RA IV , RA V RA VI , RA IX e RA X
- Construir hospitais.	Unid.	-	2	2	RA XII e RA XIII
- Construir centros de saúde.	Unid.	5	6	11	RA IV , RA V , RA VI , RA VIII , RA IX RA XII e RA XIII
- Construir postos de saúde.	Unid.	-	5	5	RA I , RA IV , RA V e RA VI
- Construir unidades de atendimento mistas.	Unid.	2	-	2	RA VII e RA XIV
- Ampliar e reformar o prédio da Fundação Hemocentro.	Unid.	1	-	1	RA I
0427 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO					
- Acompanhar e avaliar a situação nutricional da clientela do Programa da Mulher e de atenção à criança.	Pessoa	53.916	171.446	225.362	DF

METAS REGIONALIZADAS

SECRETARIA DE SAÚDE

SUBPROGRAMA / METAS	UNIDADE	QUANTIDADE			REGIONALIZAÇÃO
		1996	1997 a 1999	TOTAL	
0428 ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA					
- Incrementar em 100% a realização de exames laboratoriais relativos às atividades do Programa de Saúde do Trabalhador e os exames na área de biologia médica.	Exames	55.900	223.270	279.170	DF
- Implementar a auto-gestão na área de alimentação nos hospitais FHDF.	Hospitais	1	6	7	RA I , RA II , RA III , RA IV , RA V RA VI
- Assegurar cobertura de internações e consultas.	Pessoa	8.205.375	25.180.246	33.385.621	DF
- Implantar o serviço de atenção a portadores de fissuras lábio-palatais, visando a cobertura da demanda existente.	Pessoa	300	1.556	1.856	DF
- Assegurar o atendimento a pacientes portadores de distúrbios neuromotor e de comportamento em odontologia.	Pessoa	2.243	8.577	10.820	DF
- Assegurar a ampliação de serviços de emergência 24 horas nos hospitais da rede, em odontologia	Hospital	1	3	4	DF
- Ampliar o atendimento odontológico a 70% da população residente no DF, em termos de consultas, realizando 0,5 consultas por hab/ano.	Pessoa	103.658	328.715	432.373	DF
0429 CONTROLE DAS DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS					
- Vacinar 100% da população alvo (esquema básico, poliomielite, DPT, Tríplice Viral, Anti-Sarampo,					

Anti-Haemophylis, Imunobiológicos Especiais).	Mil doses	1.446	4.410	5.856	DF
- Realizar exames laboratoriais de raiva humana.	Unid.	2.000	6.000	8.000	DF
- Garantir o atendimento ambulatorial para pacientes do DST/HIV e AIDS.	Pessoa	7.500	22.500	30.000	DF
- Internar pacientes com infecções oportunistas/AIDS.	Pessoa	150	450	600	DF
- Controlar a ocorrência de toxoplasmose em gestante e recém-nascidos e de teníase e cisticercose.	Pessoa	94.740	299.605	394.345	DF
- Incrementar em 60% a captura de cães e morcegos e vacinação anti-rábica em animais.	Animais	177.500	563.830	741.330	DF
- Incrementar em 40% a inspeção de áreas para					

METAS REGIONALIZADAS

SECRETARIA DE SAÚDE

SUBPROGRAMA / METAS	UNIDADE	QUANTIDADE			REGIONALIZAÇÃO
		1996	1997 a 1999	TOTAL	
antiratização, desratização e controle de insetos e outros artrópodes.	Área	38.400	154.380	192.780	DF
- Incrementar em 15% a desratização e em 40% a inspeção de áreas, contra insetos e outros artrópodes.	Área	81.400	340.580	421.980	DF
0430 VIGILÂNCIA SANITÁRIA					
- Aumentar em 80% o monitoramento de serviços de interesse para a saúde (visitas).	Unid.	90.000	425.000	515.000	DF
- Aumentar em 80% o monitoramento de produtos de interesse para a saúde (coleta).	Unid.	3.520	15.670	19.190	DF
- Incrementar em 70% a realização de exames laboratoriais para: prevenção de cólera, análise parasitológica em alimentos, controle de qualidade em alimentos, saneamentos, medicamentos e correlatos e água.	Unid.	2.920	13.000	15.920	DF
0431 PRODUTOS PROFILÁTICOS E TERAPÊUTICOS					
- Garantir a coleta e processamento de sangue de modo a cobrir 100% das necessidades deste produto e seus derivados.	Unid.	60.000	180.000	240.000	DF
- Implementar a produção de albumina humana de modo a cobrir 100% das necessidades da rede hospitalar da FHDF (frascos).	Unid.	12.000	36.000	48.000	DF
0432 SAÚDE MATERNO-INFANTIL					
- Prestar assistência médica e realizar campanhas educativas em 10% das mulheres na idade de 40 a 65 anos (climatério).	Pessoa	131.436	416.885	548.321	DF
- Reduzir em 6% a mortalidade infantil no DF, para atingir o coeficiente de 15 óbitos por 1000 nascidos vivos.	óbitos/mil	18	15	15	DF
- Reduzir em 4% os óbitos por infecção respiratória aguda em menores de 1 ano no DF, para atingir ao					

METAS REGIONALIZADAS

SECRETARIA DE SAÚDE

SUBPROGRAMA / METAS	UNIDADE	QUANTIDADE			REGIONALIZAÇÃO
		1996	1997 a 1999	TOTAL	
final do quadriênio a proporção de 9,2 óbitos/mil habitantes.	óbitos/mil	11	9	9	DF
- Reduzir em 5% os óbitos por diarreia em menores de 1 ano no DF, para atingir ao final do quadriênio a proporção de 3,6 óbitos/mil habitantes.	óbitos/mil	4	3	3	DF
- Assistir às gestantes e realizar 80% dos partos nos hospitais da FHDF.	Pessoa	38.515	122.169	160.684	DF
- Incrementar o número de exames para prevenir contra o Câncer cervico-uterino e de mamas.	Pessoa	134.731	427.336	562.067	DF
- Implementar as atividades de planejamento familiar, para atingir a cobertura de 45% da população alvo.	Pessoa	60.206	182.660	242.866	DF
- Assegurar o atendimento odontológico educativo-preventivo a 100% dos escolares de 6 a 12 anos da rede pública e a gestantes atendidas no pré-natal.	Pessoa	253.243	894.561	1.147.804	DF
- Assegurar o atendimento odontológico restaurador/cirúrgico à crianças de até 5 anos e a escolares de 6 a 12 anos da rede pública, visando a cobertura de 50% em 1999.	Pessoa	180.916	1.131.694	1.312.610	DF

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA - SSP

A Secretaria compete a formulação de políticas relativas às atividades de segurança pública, prevenção e combate a incêndio, busca, salvamento e defesa civil, além da administração do Sistema Penitenciário, a educação, controle e fiscalização do trânsito e tráfego do Distrito Federal, bem como as atividades de planejamento e execução de engenharia de trânsito e as relacionadas à problemática do uso indevido de entorpecentes.

1) Diagnóstico

Como Capital da República, o Distrito Federal necessita de um Organismo de Segurança Pública confiável para atender a uma população estimada em 1.780.000 habitantes, com serviços compatíveis às necessidades da sede dos três poderes da República e das representações diplomáticas. Acrescente-se, ainda, a necessidade de desenvolver ações conjuntas com os estados vizinhos, para resolver aspectos relativos ao Entorno, que apresenta sérios problemas de criminalidade, notadamente em relação a furto de veículos, receptação de produtos roubados e tráfico de drogas.

As principais deficiências do setor decorrem do descompasso havido entre o aumento da população e sua diversificada distribuição, bem como do limitado montante de meios à disposição da Secretaria em relação a pessoal, instalações e equipamentos.

Considerando-se os índices de criminalidade existentes e o efetivo autorizado por Lei (5.140 policiais), a Polícia Civil vem desenvolvendo suas funções judiciárias e penais com um efetivo insuficiente (2.584 policiais), sendo esta uma das causas de sua ação ineficiente perante a sociedade.

A Polícia Militar do Distrito Federal vem atuando com deficiências estruturais, faltando instalações para Companhias em funcionamento e outras projetadas para áreas de assentamentos recentes, bem como viaturas e pessoal.

Os índices de criminalidade no Distrito Federal apresentam-se constantes em números relativos - tendendo ao declínio -, porém, em números absolutos, têm aumentado em algumas infrações.

Os mais críticos problemas observados nos últimos cinco anos são os acidentes de tráfego (34.726/ano), as lesões corporais (8.900/ano), os furtos em residências e casas comerciais (7.223/ano) e roubos (4.614/ano), além do estupro, cujos dados são de 280 casos por ano, não

retratando a realidade deste crime, já que nem todos os casos são denunciados.

O registro de ocorrências policiais é grande (92.123/ano), sendo mais elevado nas cidades satélites recentemente criadas, em especial em Santa Maria e Samambaia. Ceilândia abriga 17% dos casos de homicídios (94/ano), estupro (54/ano) e lesões corporais (1.436/ano). Os mais elevados números de furtos em residências encontram-se em Taguatinga (887/ano), onde também ocorrem os maiores números de registros de lesões corporais (1.171 casos, 12% do DF). Ainda, quanto às agressões, 27% dos registros situam-se em Ceilândia, Santa Maria, Recanto das Emas e Gama.

O número de veículos no Distrito Federal tem crescido significativamente, chegando-se a contar hoje com a proporção de um carro para cada três habitantes. Os acidentes de trânsito mais frequentes localizam-se no Plano Piloto (9.242/ano), atribuindo-se, como as causas mais frequentes destes acidentes, à alta velocidade praticada e a distração dos condutores nas grandes avenidas da cidade.

A engenharia de tráfego vem sendo realizada, gradativamente, com a colocação de semáforos em pontos negros da cidade, bem como com a implantação de lombadas eletrônicas para inibir o excesso de velocidade.

O Corpo de Bombeiros vem desenvolvendo uma série de atividades de busca, emergência médica e salvamento, específicas da

função de defesa civil. O número de incêndios registrados em 1994 foi de 4.817 casos, sendo que a maioria destes se localiza no Cerrado, com grandes prejuízos para o meio ambiente, uma vez que não se dispõe de infra-estrutura adequada à prevenção e ao atendimento destes incêndios.

O Sistema Penitenciário do Distrito Federal padece do problema da superlotação registrada nas demais capitais do país, com um percentual de 22% a mais de presos do que sua capacidade instalada permite.

2) Objetivos

- Expandir e aprimorar a formação, qualificação e aperfeiçoamento dos profissionais que atuam na área de segurança pública;
- reaparelhar e expandir o Organismo de Segurança Pública, em especial nos novos assentamentos;
- redimensionar as necessidades de efetivos e infra-estrutura básica, organizacional, operacional e técnica;
- coordenar e intensificar as atividades inibidoras de criminalidade e as de prevenção dos acidentes de trânsito, sem ou com vítimas;
- racionalizar o emprego dos recursos humanos e materiais disponíveis;
- implantar o Programa de Gestão da Qualidade Total no âmbito da Segurança Pública;
- promover ação articulada e integrada das diferentes forças existentes na Secretaria de Segurança com os estados limítrofes ao Distrito Federal, para maior eficácia do atendimento à Região do Entorno;
- reforçar o moral profissional das instituições que atuam com a segurança pública e valorizar socialmente o policial e sua família;
- modernizar equipamentos e instalações, ampliando o efetivo das corporações da Secretaria de Segurança Pública;
- implantar projeto de policiamento comunitário em todas as regiões administrativas;
- implantar sistema escolar de proteção civil em todas escolas da Rede Oficial de Ensino, envolvendo educadores, alunos e pais.

3) Diretrizes

- Combater a criminalidade, tanto em seus efeitos quanto em suas causas, dando particular atenção à criminalidade e violência urbana;
- desenvolver ações preventivas para inibir o comportamento marginal do cidadão, reduzir a ocorrência de incêndios, evitar a transgressão ao trânsito, impedir invasões fundiárias e antecipar ordenadamente o socorro emergencial à população;
- integrar os órgãos de Segurança Pública à Comunidade, para melhor atendimento à população carente e redução das ocorrências criminais;
- desenvolver ações de caráter educativo junto aos diversos setores da sociedade e implantar medidas preventivas e informativas sobre segurança pública;
- estabelecer um Sistema de Comunicação e Informática, agilizando e dando mais confiabilidade às informações policiais;
- ampliar e melhorar o Sistema Penitenciário;
- reduzir os índices de registro de ocorrências de furto residencial e de veículos, de acidentes de trânsito, de incêndios no campo e no cerrado, bem como o de tráfico de drogas;
- desenvolver operações conjuntas - "blitzen" policiais - visando a apreensão de tóxicos e entorpecentes, a averiguação de indivíduos considerados suspeitos e a apreensão de armas brancas e de fogo, bem como buscando retirar o menor carente das ruas e, conseqüentemente, encaminhá-lo aos órgãos de assistência especializada.

METAS REGIONALIZADAS

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

SUBPROGRAMA / METAS	UNIDADE	QUANTIDADE			REGIONALIZAÇÃO
		1996	1997 a 1999	TOTAL	
0021 ADMINISTRAÇÃO GERAL					
- Aumentar o seguinte efetivo:					
Agentes Penitenciários	Pessoa	350	300	650	DF
Servidores de Nível Médio	Pessoa	114	171	285	DF
Servidores de Nível Superior	Pessoa	20	-	20	DF
- Aumentar o efetivo da PCDF.	Pessoa	923	2.763	3.686	DF
- Adquirir para o DETRAN os seguintes equipamentos e materiais:					
Palestras	Unid.	54	162	216	RA I
tática, de Escritório e de Sinalização)	Unid.	304	1.000	1.304	RA I
- Realizar campanhas educativas de trânsito.	Unid.	5	15	20	DF

- Implantar a nova estrutura do DETRAN e criar cargos comissionados.	Pessoa	50	122	172	RA I , RA VI , RA I' e RA IX , RA III , RA IV , RA V
- Implantar a carreira de administração pública com servidores para a FUNAP.	Pessoa	93	30	123	DF
0024 INFORMÁTICA					
- Adquirir para a SSP:		-	-	-	
.Materiais de informática	Unid.	78	227	305	DF
.Redes locais de microcomputadores	Unid.	3	-	3	DF
- Adquirir redes locais de microcomputadores. (PCDF)	Unid.	9	23	32	RA I , RA II , RA III , RA IV , RA V , RA VI , RA VIII , RA X , RA XII , RA XVI , RA XVIII
- Adquirir itens de material de informática.	Unid.	77	109	186	DF
- Implementar o Plano de Informática (Planinfo) do DETRAN em 48 meses.	Mês	12	36	48	RA I
- Adquirir itens de material de informática para a FUNAP.	Unid.	3	9	12	DF
0025 EDIFICAÇÕES PÚBLICAS					
- Construir, equipar e instalar:		-	-	-	
.Penitenciárias	Unid.	1	2	3	DF
.Presídio	Unid.	-	1	1	DF

METAS REGIONALIZADAS

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

SUBPROGRAMA / METAS	UNIDADE	QUANTIDADE			REGIONALIZAÇÃO
		1996	1997 a 1999	TOTAL	
.Cadeia Pública	Unid.	-	1	1	DF
.Hospital de Custódia	Unid.	-	1	1	DF
.Casa do Albergado	Unid.	-	1	1	DF
.Complexo de Administração	Unid.	-	1	1	DF
.Enfermarias	Unid.	2	-	2	DF
- Reformar o CIR e o NCB.	Unid.	2	-	2	DF
- Reformar as redes elétrica, hidráulica e telefônica do Sistema Penitenciário.	Unid.	-	1	1	DF
- Ampliar o sistema de abastecimento de água do complexo penitenciário.	Unid.	-	1	1	DF
- Reformar as instalações da SECHEL.	Unid.	1	-	1	DF
- Construir 04 (quatro) Delegacias Circunscriçionais.	Unid.	-	4	4	RA I , RA VII , RA IX , RA XIII e RA XVII
- Construir 09 (nove) Delegacias Especializadas.	Unid.	3	6	9	RA I e RA III
- Construir, ampliar e reformar prédios da PMDF:		-	-	-	
.Reformar Instalações da Policlínica	m²	2.520	710	3.230	DF
.Proceder 2ª Fase de Obras do Hospital da PMDF	m²	1.600	2.400	4.000	DF
.Construir 6 Quartéis de Companhias Independentes	m²	2.872	5.744	8.616	RA XII , RA XIV , RA XV , RA XVI , RA XVII , RA XVIII
.Construir 1 Quartel do Esquadrão de Pol. Montada	m²	-	2.180	2.180	RA IX
Batalhão da Polícia Militar	m²	3.595	13.587	17.182	RA II , RA IX , RA XII e RA XIV
Companhias Orgânicas	m²	1.436	2.872	4.308	RA I , RA III e RA IX
.Construir Alojamento para Alunos na APM	m²	-	2.400	2.400	RA I
.Construir Pavilhão de Salas de Aula do CFAP	m²	-	700	700	RA III
- Construir e reformar prédios do CBMDF:		-	-	-	
Incêndio	Unid.	3	8	11	RA IV , RA X , RA XI , RA XII , RA XIV , RA XV e RA XVII
.Construir o Prédio do Centro de Suprimento	Unid.	-	1	1	RA I
.Reformar Quartéis	Unid.	2	4	6	RA I , RA III , RA V , RA VIII e RA X
- Construir CIRETRAN'S.	Unid.	1	4	5	RA I , RA IV , RA VI , RA IX e RA XII
- Construir Postos de Atendimento.	Unid.	3	9	12	RA I , RA III , RA VII , RA VIII , RA XIII , RA XVI e RA XVIII
- Construir para a FUNAP 04 (quatro) obras, a saber:		-	-	-	
.Sede da Fundação	Unid.	1	-	1	DF
.Galpão de Atividades Múltiplas	Unid.	1	-	1	DF

METAS REGIONALIZADAS

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

SUBPROGRAMA / METAS	UNIDADE	QUANTIDADE			REGIONALIZAÇÃO
		1996	1997 a 1999	TOTAL	
.Abatedouro	Unid.	1	-	1	DF
.Estância Beneficiadora de Leite	Unid.	-	1	1	DF
0136 SERVIÇOS ESPECIAIS DE TELECOMUNICAÇÕES					
- Adquirir para a SSP:		-	-	-	
.Materiais de comunicações	Unid.	1.040	1.058	2.098	DF
0174 POLICIAMENTO CIVIL					
- Reequipar a SSP, mediante a aquisição dos seguintes equipamentos/materiais:		-	-	-	
.Viaturas	Unid.	33	34	67	DF
.Aeronave tipo helicóptero	Unid.	-	1	1	DF
.Materiais diversos	Unid.	275	426	701	DF
.Armas	Unid.	6	-	6	DF
- Reequipar a Polícia Civil, mediante a aquisição dos seguintes equipamentos/materiais:		-	-	-	

.Viaturas	Unid.	98	338	436	DF
.Armas	Unid.	993	2.980	3.973	DF
.Algemas	Unid.	994	2.911	3.905	DF
.Coletes	Unid.	53	157	210	DF
.Itens de Material de Comunicação	Unid.	147	441	588	DF

0177 POLICIAMENTO MILITAR

- Reequipar a Polícia Militar com os seguintes equipamentos/materiais:

.Viaturas	Unid.	324	1.433	1.757	DF
.Motocicletas	Unid.	60	140	200	DF
.Armas	Unid.	770	2.638	3.408	DF
.Itens de Mobiliário	Unid.	560	1.380	1.940	DF
.Itens de Material Médico-Hospitalar	Unid.	13	16	29	DF
.Peças de Uniforme de Serviço e Especial	Unid.	26.500	79.500	106.000	DF
.Equipamentos Policiais Individuais	Unid.	7.250	21.750	29.000	DF
.Itens de Material de Comunicações	Unid.	670	1.730	2.400	DF
- Aumentar o efetivo de policiais militares.	Pessoa	4.155	3.519	7.674	DF

METAS REGIONALIZADAS

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

SUBPROGRAMA / METAS	UNIDADE	QUANTIDADE			REGIONALIZAÇÃO
		1996	1997 a 1999	TOTAL	
0178 DEFESA CONTRA SINISTROS					
- Reequipar o Corpo de Bombeiros, mediante a aquisição dos seguintes equipamentos/materiais:		-	-	-	
.Viaturas	Unid.	65	119	184	DF
.Motocicletas	Unid.	5	-	5	DF
.Itens de Material para Extinção de Incêndio	Unid.	385	1.040	1.425	DF
.Itens de Mobiliário	Unid.	1.500	2.080	3.580	DF
.Itens de Materiais Diversos	Unid.	1.000	400	1.400	DF
.Itens de Material de Informática	Unid.	30	60	90	DF
.Itens de Material de Comunicações	Unid.	30	62	92	DF
.Uniformes para Cadetes, Cabos e Soldados	Unid.	2.000	6.000	8.000	
- Contratar professores para a ABM e técnicos de Laboratório.	Pessoa	-	50	50	RA I
0486 ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL					
- Reequipar a FUNAP, mediante as seguintes aquisições de equipamentos/materiais:		-	-	-	
.Viaturas	Unid.	6	14	20	DF
.Itens de Material Diverso	Unid.	88	52	140	DF
.Itens de Material Mobiliário	Unid.	70	95	165	DF
0535 CONTROLE E SEGURANÇA DE TRÁFEGO RODOVIÁRIO					
- Adquirir viaturas para o DETRAN.	Unid.	30	145	175	RA I RA II , RA III e RA V
0573 CONTROLE E SEGURANÇA DE TRÁFEGO URBANO					
- Ampliar a área sinalizada:		-	-	-	
.Sinalização Estatigráfica	m²	40.000	120.000	160.000	DF
.Sinalização Vertical	Unid.	8.000	24.000	32.000	DF
.Cruzamentos Semafóricos	Unid.	50	150	200	DF
- Promover a instalação de 08 (oito) lombadas eletrônicas.	Unid.	2	6	8	RA I e RA III

SECRETARIA DE TRABALHO - STb

A Secretaria de Trabalho tem por finalidade planejar orientar, coordenar, controlar e supervisionar as atividades relacionadas com as políticas de geração de emprego e renda, qualificação profissional, intermediação de mão-de-obra, geração e análise de informações sobre o mercado de trabalho, segurança e saúde do trabalho, operacionalização do seguro-desemprego, e previdência social para os servidores do Governo do Distrito Federal.

As políticas a serem adotadas pela Secretaria, de acordo com o Programa de Governo, orientam-se em: distribuição espacial das atividades econômicas, visando a criação de empregos; melhoria da capacitação profissional dos trabalhadores desempregados do Distrito Federal, com o objetivo de dotar o cidadão de melhores oportunidades de acesso ao mercado de trabalho; orientação e informação a trabalhadores e empresários, com vistas a reduzir os índices de acidentes e doenças no trabalho; instituição de sistema público de previdência, destinado a atender os servidores públicos do Distrito Federal.

Esse órgão estabeleceu como meta global, para o período 1996 a 1999, a redução do desemprego a partir do apoio e incentivo a 53.000 (cinquenta e três mil) empreendimentos, objetivando o surgimento de 120.000 (cento e vinte mil) novos empregos; a capacitação profissional de 150.000 (cento e cinquenta mil) trabalhadores; a realização de 36 (trinta e seis) campanhas de prevenção e orientação a acidentes e doenças do trabalho e o atendimento de 130.000 (cento e trinta mil) beneficiários do sistema de previdência aos servidores públicos do Distrito Federal.

1) Diagnóstico

O Governo do Distrito Federal tem sido ineficaz no enfrentamento da questão do emprego. Isto se verifica na alta taxa de desemprego, da

ordem de 15% da população economicamente ativa. Observa-se o longo tempo dispendido pelos trabalhadores desempregados na procura de novos postos de trabalho, cerca de 40% dos desempregados levam mais de 6 meses na busca de novo emprego. Outro aspecto refere-se ao perfil da mão-de-obra desempregada. Verifica-se a baixa escolaridade e qualificação profissional, onde cerca de 50% dos desempregados não têm o primeiro grau completo. Uma terceira característica é a inexistência de políticas de desenvolvimento adequadas às vocações do Distrito Federal, pois a grande maioria dos produtos consumidos na região vem de outros centros do País, observando-se ausência total de estímulos a empreendedores locais para a produção de bens e serviços com qualidade e preços competitivos, capazes

de atender as demandas da população e gerar emprego, renda e divisas para o Distrito Federal.

Uma carência importante é a falta de um sistema público de emprego, que possibilite o atendimento integrado ao trabalhador nas áreas de geração de emprego e renda, qualificação profissional, seguro-desemprego, intermediação de mão-de-obra, geração e análise de informações sobre o mercado de trabalho. Para este fim, existem recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, que, através de convênio do Ministério do Trabalho com o Governo do Distrito Federal, tornará disponível o aparato público para o enfrentamento do desemprego na região. Existem, também, recursos potenciais advindos de organismos internacionais de cooperação técnico-financeiro direcionados a ações que minimizam as desigualdades sociais observadas.

No Distrito Federal, o número de acidentes de trabalho, segundo os últimos dados estatísticos (1993 INSS/DATAPREV), totalizam 3.599 acidentes, assim distribuídos: 2.981 acidentes típicos, 574 acidentes de trajeto e 44 casos de doenças ocupacionais. Se considerarmos que, no Distrito Federal, o setor de atividade econômica predominante é o setor serviços, com 32,7% dos empregados, esses números globais de acidentes causam preocupação, pois neste tipo de atividade (serviços) os riscos são menores se comparados com a indústria (15,6% de empregados) e a Administração Pública (21,5%).

O crescimento econômico e industrial (7,6% segundo o IBGE em relação ao ano de 93) fatalmente forçará um incremento nas pequenas e médias empresas do Distrito Federal, e, conseqüentemente, no aumento de acidentes de trabalho, visto que nestas atividades os riscos de acidentes e o aparecimento de doenças são mais freqüentes.

Os acidentes de trajeto devem merecer toda a atenção e preocupação, pois quando comparados aos outros estados da Federação, colocam o Distrito Federal em sexto lugar em números absolutos, com registro oficial de 574.

O sub-registro nas comunicações de acidentes do trabalho interfere, negativamente, comprometendo a identificação e a especificidade dos riscos laborais. Atualmente, os servidores regidos pela Lei 8.112/90 - estatutários e trabalhadores do mercado informal não aparecem nos dados oficiais processados pelo INSS/DATAPREV, diminuindo, significativamente e de forma artificial, o número real de acidentes no Distrito Federal.

Da análise desta situação, podemos inferir a necessidade da implementação, nos ambientes de trabalho, de Programas Preventivos de Segurança e Saúde e do aprimoramento do processo de informação e integração dos órgãos responsáveis pela prevenção e fiscalização.

2) Objetivos

- Implementar o programa Melhoria do Nível de Vida, através da integração dos esforços de todas as instâncias do governo e dos demais segmentos representativos da sociedade civil organizada;
- fomentar a geração de emprego e renda através do incentivo creditício acoplado à capacitação técnico-gerencial, à assistência técnica, ao acompanhamento e avaliação do impacto dos empreendimentos apoiados e interativos à comercialização;
- apoiar as micro e pequenas empresas, as formas associativas de produção, as cooperativas e o setor informal junto aos demais organismos do Governo do Distrito Federal;
- articular-se com as entidades representativas de trabalhadores e empresários, instituições de formação profissional e órgãos do governo, com vistas a viabilizar a preparação dos trabalhadores desempregados e do primeiro emprego, não só em habilidades básicas, específicas e

- de gestão que facilitem seu processo de (re) inserção no mercado de trabalho, mas, também, para o exercício da cidadania;
- adotar mecanismos e procedimentos nem sempre convencionais, possibilitando a experimentação de métodos e técnicas criativas. Estas ações dependem da produção e análise de informações sobre o mercado de trabalho, que serão disponibilizadas ao governo e à sociedade, tornando transparentes as possibilidades e as contradições do emprego no Distrito Federal;
- realizar mapeamento de acidentes de trabalho no Distrito Federal, com base nas Comunicações de Acidentes de Trabalho - CAT, levantando qualitativa e quantitativamente os acidentes típicos, de trajeto e doenças profissionais no Distrito Federal;
- realizar programas de segurança e saúde nas empresas/órgãos, com os dados do mapeamento dos acidentes do Distrito Federal, de maneira integrada com as CIPAs e Serviços Especializados - SESMETS, priorizando ações e formas de atuação das causas dos acidentes de trabalho;
- implantar o Instituto de Previdência destinado aos servidores do Governo do Distrito Federal.

3) Diretrizes

- Reestruturar a Secretaria de Trabalho como Secretaria do Emprego e da Previdência, e, através do planejamento estratégico de suas ações, com base nos princípios da transparência e parceria com a sociedade, enfrentar o desemprego e o subemprego de forma eficiente e eficaz;
- atuar de forma matricial e articulada com os demais organismos do governo, objetivando a conformação de esforços na difícil tarefa de combater o desemprego;
- consolidar o Conselho do Trabalho do Distrito Federal, formado por representantes do governo, empresários e trabalhadores. Este Conselho, de caráter tripartite e paritário, terá o papel de definir políticas e estratégias capazes de consubstanciar o sistema público de emprego local com ênfase no programa Melhoria do Nível de Vida;
- atuar de forma preventiva na área de segurança e saúde do trabalho, identificando os riscos e estimulando a participação de trabalhadores e empresários junto a entidades de classe, órgãos preventivos e serviços especializados, com vistas à redução dos riscos ambientais e, em conseqüência, os acidentes e doenças do trabalho;
- acompanhar o processo de reforma previdenciária anunciada pelo Governo Federal, tendo em vista a implantação do sistema público de previdência para os servidores públicos do Distrito Federal, levantando e consolidando o conjunto de informações relativas a seguridade social no GDF, discutindo, junto com os movimentos sociais organizados, um projeto de regulamentação do IPASFE de acordo com as mudanças empreendidas na Constituição Federal.

SECRETARIA DE TRABALHO

METAS REGIONALIZADAS

SUBPROGRAMA / METAS	UNIDADE	QUANTIDADE			REGIONALIZAÇÃO
		1996	1997 a 1999	TOTAL	
0021 ADMINISTRAÇÃO GERAL					
- Manter e aperfeiçoar o funcionamento da Secretaria de Trabalho e do Departamento de Emprego.	Unid.	2	2	2	DF
0470 SEGURO DESEMPREGO					
- Habilitar trabalhadores ao recebimento do benefício.	Pessoa	70.000	210.000	280.000	DF
- Atender trabalhadores.	Pessoa	330.000	1.120.000	1.450.000	
0477 ORDENAMENTO DO EMPREGO E DO SALÁRIO					
- Cadastrar e qualificar trabalhadores e captar vagas.	Pessoa	47.247	254.000	301.247	DF
- Orientar empregados, empregadores e desempregados quanto aos direitos e deveres trabalhistas.	Pessoa	30.000	102.000	132.000	DF
- Estudar e pesquisar sobre o mercado de trabalho.	Domicílio	36.012	108.036	144.048	DF
- Cadastrar e capacitar empreendedores.	Pessoa	20.000	95.000	115.000	DF
- Promover a assistência técnica e realizar acompanhamento e avaliação dos financiamentos.	Unid.	20.000	95.000	115.000	DF
0479 NORMATIZAÇÃO E FISCAL. DA PROTEÇÃO NO TRABALHO					
- Realizar inspeções e laudos periciais nas empresas do complexo administrativo do Distrito Federal, visando:					
.investigação de acidentes					
.concessão de adicionais de periculosidade e de insalubridade.	Unid.	30	230	260	DF
- Informar e orientar sobre a Legislação Acidentária:					
.revisão das Normas Regulamentares-NR's					
.orientação aos trabalhadores, empresários e entidades de classe/sindicatos.	Pessoa	500	4.500	5.000	DF
0480 PREVENÇÃO DO ACIDENTE DO TRABALHO					
- Promover campanha de prevenção de acidentes do trabalho (AIDS, acidentes do trabalho, doenças					

METAS REGIONALIZADAS

SECRETARIA DE TRABALHO

SUBPROGRAMA / METAS	UNIDADE	QUANTIDADE			REGIONALIZAÇÃO
		1996	1997 a 1999	TOTAL	
profissionais/LER).	Campanha	6	30	36	DF
- Implementar programas de segurança e saúde nas empresas e entidades públicas do GDF: mapeamento de risco, reativação das CIPAS, SESMET'S e vigilância epidemiológica.	Programa	2	18	20	DF
0492 PREVIDÊNCIA SOCIAL A SEGURADOS					
- Regular a implantação do Instituto de Previdência e Assistência dos servidores do DF - IPASFE, previsto no artigo 17, do ato das disposições transitórias da Lei Orgânica do Distrito Federal.	Instituto	1	1	1	DF

SECRETARIA DE TRANSPORTES - ST

A Secretaria de Transportes tem como competência gerir a política de transporte do Distrito Federal e, através de seus órgãos vinculados, exerce as funções de planejar, conservar e restaurar estradas de rodagem, interferir no transporte de passageiros e de carga, bem como nas operações e manutenção da infra-estrutura de transporte público. Além disso, compete-lhe atuar na concessão, permissão e controle de operações de transportes e na política tarifária para o transporte público.

1) Diagnóstico

Em função da estrutura polinucleada e da existência de grandes vazios no território do Distrito Federal, o Sistema de Transportes Públicos apresenta características particulares em relação a outros grandes centros urbanos.

Os reflexos desses fatores, juntamente com a concentração de 70% dos empregos e serviços no Plano Piloto, afetam particularmente a operação do Sistema, gerando longas distâncias a serem percorridas, com baixa renovação de passageiros durante as viagens, tendo como consequência o alto nível das tarifas.

Nos últimos anos, esse processo tem-se agravado com a criação de novos assentamentos, cada vez mais distantes do Plano Piloto, sem que houvesse redução do poder de polarização deste núcleo central.

Contribuem, também, para a elevação do valor das tarifas, as numerosas gratuidades, os descontos e o elevado número de evasões.

Nas análises preliminares dos custos, pode-se constatar distorções que demonstram ser menores que os considerados nas planilhas adotadas pelas empresas concessionárias. Historicamente, também se constata um injustificável decréscimo do número de passageiros transportados, tendo em conta o aumento progressivo da população do Distrito Federal.

Por outro lado, o baixo nível dos serviços ofertados à população é, também, característica marcante do Sistema e tem sua origem no desinteresse demonstrado pelos governos anteriores em relação à questão do transporte coletivo. O estado da infra-estrutura de apoio, a deterioração dos terminais, a má conservação dos abrigos e da Rodoviária do Plano Piloto são indicadores precisos da qualidade desses serviços.

A infra-estrutura viária também se encontra em estado precário, e a existência de buracos é regra geral na maioria das vias por onde trafegam os ônibus.

O setor transporte de carga ressenha-se de ações que visem interligar o território do Distrito Federal aos corredores de transporte, através da construção de um porto seco (posto aduaneiro) e de uma central de carga.

2) Objetivos

- Criar infra-estrutura adequada ao desenvolvimento econômico local, melhorando as condições das vias para reduzir os custos da produção agrícola e incentivar a localização de indústrias no Distrito Federal;
- incrementar um pólo de distribuição de cargas, visando interligar o território do Distrito Federal ao corredor Centro-Leste;
- proporcionar aos usuários do sistema de transporte público coletivo maior segurança, conforto e confiabilidade, atendendo à demanda atual, e acompanhar de perto sua evolução, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Plano Diretor de Ordenamento Territorial - PDOT;
- estabelecer uma rede de transporte integrada, com a definição dos eixos estruturais e prioridades para o transporte coletivo;
- melhorar a qualidade das informações para a gestão do transporte público, nos diversos níveis gerenciais e no conjunto da sociedade civil;
- dar continuidade às obras de construção do Metrô-DF, implantando formas de participação financeira alternativas, procurando novas fontes de financiamento e parceria com o empresariado.

3) Diretrizes

- Melhorar a qualidade dos serviços, aumentando a eficiência na gestão do sistema, mediante a implantação de processo de planejamento participativo e do eficaz controle público com base no Plano Integrado de Transporte Coletivo;
- racionalizar e otimizar os serviços de transportes prestados e descentralizar o sistema de informações aos usuários;
- reduzir o preço do transporte, ampliando o controle sobre o uso do vale-transporte, introduzindo mecanismos de subsídios diretos aos usuários;
- adotar padrões de transportes, em regime de eficiência, para apuração dos custos do sistema;
- estudar formas de tarifas sociais, de transporte gratuito para o desempregado, e mecanismos de financiamentos dos subsídios, inclusive gratuidades e descontos;
- implantar e recuperar terminais rodoviários urbanos, construir o terminal multimodal de carga (porto seco), construir pontes, pavimentar, restaurar e duplicar rodovias;
- buscar convênio com a Rede Ferroviária Federal para a utilização da ferrovia ligando desde a Cidade Ocidental à Rodoferroviária.

SECRETARIA DE TRANSPORTES

METAS REGIONALIZADAS

SUBPROGRAMA / METAS	UNIDADE	QUANTIDADE			REGIONALIZAÇÃO
		1996	1997 a 1999	TOTAL	
0021 ADMINISTRAÇÃO GERAL					
- Manter e aperfeiçoar o funcionamento da ST, DMTU, Companhia do Metropolitano do DF e DER-DF.	Unid.	4	4	4	DF
- Manter o sistema de controle informatizado da operação/receita do DMTU.	Unid.	1	1	1	DF
- Resgatar vale transporte.	Unid.	-	-	-	DF

- Firmar convênio com a Rede Ferroviária Federal para utilização da ferrovia, ligando a cidade Ocidental à rodoferroviária		-	-	-	DF
0023 DIVULGAÇÃO OFICIAL					
- Manter programas de informação ao público.	Unid.	1	1	1	DF
0024 INFORMÁTICA					
- Desenvolver o Sistema de Informações Gerenciais.	Unid.	1	1	1	DF
- Adquirir equipamento de informática.	Unid.	4	41	45	DF
0025 EDIFICAÇÕES PÚBLICAS					
- Construir pontos de táxis.	Unid.	3	9	12	DF
0040 PLANEJAMENTO E ORÇAMENTAÇÃO					
- Elaborar plano de circulação de transporte.	Unid.	1	-	1	DF
0532 TERMINAIS RODOVIÁRIOS					
- Construir terminais rodoviários.	Unid.	4	9	13	DF
- Reformar e manter terminais.	Unid.	5	32	37	DF
- Implantar abrigos.	Unid.	100	570	670	DF
- Manter abrigos.	Unid.	300	1.200	1.500	DF
0537 CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS					
- Construir passarelas.	Unid.	2	6	8	DF
- Construir pontes em estradas vicinais.	Unid.	2	6	8	DF
- Construir vias marginais.	Km	-	30	30	RA I , RA VIII , RA X e RA XI
- Construir 3ª Faixa.	Km	19	-	19	RA III , RA VIII e RA X
- Duplicar rodovia.	Km	24	6	30	RA II , RA V , RA X , RA XII , RA XIII
					RA XVI
- Pavimentar rodovias.	Km	9	30	39	RA IV , RA V , RA VII e RA XVIII

METAS REGIONALIZADAS

SECRETARIA DE TRANSPORTES

SUBPROGRAMA / METAS	UNIDADE	QUANTIDADE			REGIONALIZAÇÃO
		1996	1997 a 1999	TOTAL	
0538 CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS					
- Manter rodovias por administração direta.	Km	1.800	5.400	7.200	DF
- Restaurar rodovias.	Km	49	118	167	RA I , RA III , RA IV , RA XI , RA XIII RA XV
0575 VIAS URBANAS					
- Elaborar projeto de corredores.	Unid.	3	-	3	DF
- Implantar corredores de transporte.	Km	-	115	115	DF

SECRETARIA DE TURISMO - SETUR

Compete à SETUR coordenar e executar a política de incentivo ao turismo no Distrito Federal como fator de desenvolvimento sócio-econômico, em consonância com a Constituição Federal, a Lei Orgânica do Distrito Federal e o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social - PDES.

De acordo com o programa de governo, a política a ser adotada pela Secretaria de Turismo visa à criação de uma nova imagem de Brasília como a "Capital de todos os brasileiros", tanto como fator de desenvolvimento quanto geradora de emprego e renda, particularmente no que se refere à alocação de mão-de-obra altamente diversificada.

A Secretaria tem como meta global a recuperação dos equipamentos turísticos, a implementação do projeto da orla do lago Paranoá, a melhoria dos serviços ligados ao Turismo e a promoção de Brasília como Capital de Eventos.

1) Diagnóstico

A ausência de priorização do turismo nos planos governamentais, como fator de desenvolvimento sócio-econômico, associada à reduzida articulação dos segmentos que compõem esse setor com as esferas de governo, tem-se constituído em fator impeditivo ao estabelecimento de uma política efetiva e integrada de desenvolvimento do turismo no Distrito Federal.

Essa constatação é preocupante, uma vez que o turismo é considerado mundialmente a 3ª maior indústria geradora de divisas e conseqüentemente de emprego e renda.

Constata-se, ainda, a ausência de um planejamento integrado, que propicie a definição e a implementação de propostas concretas de investimento, divulgação e incentivo à área.

De acordo com os dados obtidos no documento "Participação do Turismo na Economia do Distrito Federal" (Sistema TURINFO-1994), os 770 mil turistas brasileiros incorporarão na economia local, em 1995, uma quantia superior a US\$ 114 milhões. Esse total é 26,6% superior aos US\$ 90 milhões incorporados em 1980.

O Distrito Federal tem um potencial extraordinário para oferecer novas opções turísticas e, conseqüentemente, gerar mais receitas.

A rede hoteleira é considerada a 3ª maior do País, com a oferta de 14.832 (quatorze mil oitocentos e trinta e dois) leitos e com uma taxa de ocupação relativamente ociosa.

O Aeroporto de Brasília também é o 3ª maior do País em movimento de passageiros - estes com permanência média de apenas 1 (hum) dia.

Ainda dispõe de 237 (duzentos e trinta e sete) empresas de agências de viagens, onde 07 (sete) operam com turismo receptivo.

Destacam-se, ainda, questões que se constituem em fatores dificultadores de um maior avanço da atividade turística, como a falta de consciência por parte da população do potencial turístico disponível no Distrito Federal, divulgação insatisfatória em nível nacional e internacional, infra-estrutura deficitária, deficiência na qualidade de serviços e condições precárias organizacionais e operacionais da SETUR.

2) Objetivos

- Promover maior integração dos agentes da indústria do turismo e a SETUR;
- promover o turismo como gerador de receitas, empregos e rendas;
- divulgar as potencialidades turísticas do Distrito Federal, visando ao desenvolvimento do turismo receptivo;
- compatibilizar a infra-estrutura, nos aspectos quantitativo e qualitativo, com a proposta de desenvolvimento do turismo pretendida no atual governo;
- melhorar a qualidade dos serviços de atendimento ao turista;
- implementar programa de fomento ao desenvolvimento das potencialidades turísticas locais, contemplando as Cidades Satélites e o Entorno do Distrito Federal;
- promover articulações com os estados do Centro-Oeste para desenvolver o turismo da região;
- viabilizar o processo de descentralização do Turismo no nível das Regiões Administrativas locais;
- viabilizar a implantação do Pólo Turístico no Distrito Federal;

- promover e captar eventos especiais, nacionais e internacionais para o Distrito Federal;
- apoiar a realização de congressos, feiras, exposições e eventos correlatos.

3) Diretrizes

- Estabelecer articulações e parcerias com os setores governamentais, com a iniciativa privada e com organismos financiadores nacionais e internacionais, no intuito de dotar a capital do País de infra-estrutura adequada a seu potencial turístico, transformando-a no centro de eventos gerador de divisas, empregos e rendas;

- reestruturar a SETUR, do ponto de vista organizacional e operacional, modernizando-a para um desempenho mais eficiente, sintonizado com as atuais diretrizes governamentais;
- promover a permanente integração com os órgãos intragovernamentais e, em especial, com as Secretarias de Cultura, Meio Ambiente e Educação;
- sensibilizar as autoridades governamentais quanto à importância do turismo como gerador de riquezas e empregos;
- promover a infra-estrutura, particularmente visando implementar o Projeto Orla do Lago Paranoá.

METAS REGIONALIZADAS

SECRETARIA DE TURISMO

SUBPROGRAMA / METAS	UNIDADE	QUANTIDADE			REGIONALIZAÇÃO
		1996	1997 a 1999	TOTAL	
0021 ADMINISTRAÇÃO GERAL					
- Manter e aperfeiçoar o funcionamento da SETUR		-	-	-	DF
- Conservar e manter equipamentos turísticos administrados pela SETUR.	Unid.	7	21	28	RA I , RA VIII e RA XVI
0363 PROMOÇÃO DO TURISMO					
- Realizar programas de marketing institucional e mercadológico.	Unid.	3	6	9	DF
- Realizar, promover e participar de eventos turísticos.	Eventos	170	510	680	DF
- Instalar o Brasília Convention Bureau	Unid.	1	1	1	DF
- Elaborar pesquisa em parceria com os estados limítrofes, para levantamento de potencialidades da região e definição de áreas estratégicas.	Unid.	1	-	1	DF
- Fomentar o desenvolvimento da indústria do turismo em Brasília, Cidades Satélites e Entorno com orientação a investidores e profissionais da área.	Pessoa	2.000	7.600	9.600	DF
- Elaborar e divulgar roteiros turísticos.	Unid.	250.000	250.000	500.000	O. ESTADO e DF
- Apoiar o programa de integração turística da região Centro-Oeste.	Projeto	1	1	1	
- Criar sistemas de informações turísticas.	Unid.	5	6	11	DF
- Implantar e manter o programa de qualidade total.	Programa	1	1	1	DF
0364 EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS					
- Recuperar, revitalizar e restaurar os seguintes equipamentos turísticos: Centro de Convenções, Museu do Catetinho e Ermida Dom Bosco.	m²	35.100	27.100	62.200	RA I , RA VIII e RA XVI
- Melhorar a infra-estrutura do Centro de Atendimento ao Turista e do Camping de Brasília.	Unid.	2	2	2	RA I
- Adequar a estrutura do Pavilhão de Feiras de Exposição e recuperar a Torre de TV.	Unid.	2	2	2	RA I
- Promover a infra-estrutura do Projeto Orla do Lago Paranoá	Pólo	5	5	10	RA I

PROCURADORIA GERAL - PRG

A Procuradoria Geral compete a representação judicial do Distrito Federal, a assistência e consultoria jurídica aos órgãos integrantes de sua Administração, bem como a supervisão e orientação jurídica de suas entidades supervisionadas, além da prestação de assistência jurídica em defesa dos carentes em juízo, delegacias e presídios, bem como aos detentos, reclusos e às crianças e adolescentes carentes no processo de colocação de menores em famílias substitutas.

1) Diagnóstico

As atividades afetas à Procuradoria Geral são desenvolvidas através de cinco Subprocuradorias, encarregadas de assuntos de natureza administrativa e contenciosa e do Centro de Assistência Judiciária em seus diversos núcleos regionais.

Nos últimos anos, não obstante tenha havido um aumento significativo da população e dos serviços do Distrito Federal, a Instituição não sofreu qualquer modificação em seu quadro de pessoal ou em suas instalações físicas e equipamentos, o que gerou uma grande defasagem entre as necessidades do Governo e as possibilidades de um adequado atendimento consultivo e jurídico, inclusive em deprimimento das cobranças da dívida ativa.

Posto em número de processos de valcres a serem arrecadados, o volume de questões judiciais em andamento é de 310.877 ações, requerendo da Procuradoria a informatização dos serviços, de forma a agilizar sua atuação e evitar pareceres contraditórios, por falta de cadastros de trabalhos jurídicos elaborados.

O crescente número de processos administrativos (2.418) demonstra a incerteza de atuação da Administração do Distrito Federal em

relação aos aspectos legais, que continuamente vêm sendo alterados, evidenciando a necessidade de uma consultoria jurídica ágil e efetiva para evitar atrasos nas consultas ou morosidades e entraves no funcionamento da máquina governamental.

A assistência prestada pelo Centro de Assistência Judiciária tem sido insuficiente à demanda, estando o quadro de defensores públicos reduzido e necessita de ser ampliado para maior efetividade das ações. Esta assistência deve estar próxima ao local onde as pessoas residem para facilitar o acesso de sua clientela a esse serviço público.

É urgente e indispensável a modernização das instalações da Procuradoria e de seus recursos materiais, assim como é necessário redimensionar a capacidade do atual prédio existente para abrigar um centro de estudos e uma biblioteca moderna.

2) Objetivos

- Informatizar, gradativamente, a Procuradoria, de forma a permitir o aumento de aplicativos e números de estações, com recursos da rede local e equipamentos de maior porte para processamento dos dados;
- fornecer assistência judiciária aos seguintes seguimentos: à população carente, para inibir os atos de arbitrariedade, ameaças e violações dos seus direitos; às crianças e aos adolescentes, garantindo-lhes o direito à vida, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar; aos reclusos, para assegurar e universalizar seus benefícios previstos na Lei de Execuções Penais e demais disposições legais versando sobre os direitos dos apenados;
- criar um centro de estudos e uma biblioteca jurídica visando ao aperfeiçoamento de pessoal e à divulgação de matéria doutrinária,

legislativa e de jurisprudência, por meio de estudos, publicação em revistas jurídicas, boletins, jornais ou periódicos, além da manutenção de fichário de todos os pareceres emitidos pela Procuradoria e demais documentos jurídicos produzidos;

- adquirir material necessário ao funcionamento do órgão e implantar serviços de PABX, atendimento médico e de creche.

3) Diretrizes

- Revisar a conjuntura da Procuradoria do Distrito Federal para cumprimento de suas competências constitucionais, legais e regimentais, diretamente voltadas para a defesa do interesse público e manutenção do patrimônio do Distrito Federal;

- identificar instrumentos para agilizar e modernizar as atividades desenvolvidas, bem como para aumentar o rendimento e melhorar a qualidade dos serviços prestados pelo Governo do Distrito Federal;
- promover o intercâmbio técnico com procuradorias gerais de outros estados, para uniformização de matérias de interesse comum e de jurisprudências administrativas existentes;
- prestar assistência judiciária às pessoas carentes no Centro de Assistência Judiciária;
- apreciar ações judiciais de crianças e adolescentes em situação de risco pessoal ou social, colocando-os em famílias substitutas;
- ampliar, nas cidades satélites, núcleos de atendimento de serviços de assistência judiciária.

METAS REGIONALIZADAS

PROCURADORIA GERAL

SUBPROGRAMA / METAS	UNIDADE	QUANTIDADE			REGIONALIZAÇÃO
		1996	1997 a 1999	TOTAL	
0021 ADMINISTRAÇÃO GERAL					
- Manter o funcionamento da Procuradoria Geral.	Unid.	1	1	1	DF
- Incrementar o apoio ao adolescente aprendiz.		-	-	-	DF
- Proceder a reforma do edifício-sede em duas etapas.	Unid.	1	-	1	DF
- Construir o Edifício anexo da Procuradoria em quatro etapas.	Unid.	1	1	1	DF
- Manter núcleos de assistência judiciária do CEAJUR.	Unid.	6	6	6	RA I , RA II , RA III , RA IV e RA V
0024 INFORMÁTICA					
- Adquirir e manter rede de micro computador para a Procuradoria Geral.	Unid.	1	1	1	DF

ANEXO IV

Orçamentação do Plano

6 - Despesas à Conta dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, POR SUBPROGRAMA

CÂMARA LEGISLATIVA

SUBPROGRAMAS	DESPESAS (EM R\$ 1.000,00 de FEV/1995)		
	1996	1997 a 1999	TOTAL
0001 - AÇÃO LEGISLATIVA	29.957,3	99.483,0	129.440,2
.DESPESAS DE CAPITAL	1.050,0	7.000,0	8.660,7
.DESPESAS CORRENTES	28.907,3	91.872,3	20.779,5
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	28.907,3	91.872,3	20.779,5
0002 - CONTROLE EXTERNO	905,9	3.762,1	4.668,0
.DESPESAS DE CAPITAL	165,0	1.029,6	1.194,6
.DESPESAS CORRENTES	740,9	2.732,5	3.473,4
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	740,9	2.732,5	3.473,4
0024 - INFORMÁTICA			
.DESPESA DE CAPITAL	330,0	1.000,0	1.330,0
.DESPESAS CORRENTES	125,0	525,0	650,0
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	125,0	525,0	650,0
TOTAL GERAL	31.318,2	104.770,1	136.088,3
.DESPESAS DE CAPITAL	1.545,0	9.640,3	11.185,3
.DESPESAS CORRENTES	29.773,2	95.129,8	124.903,0
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	29.773,2	95.129,8	124.903,0

6.1 - Poder Legislativo

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, POR SUBPROGRAMA

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SUBPROGRAMAS	DESPESAS (EM R\$ 1.000,00 de FEV/1995)		
	1996	1997 a 1999	TOTAL
0002 - CONTROLE EXTERNO	23.694,6	72.717,3	96.411,9
.DESPESAS DE CAPITAL	800,0	2.763,8	3.563,8
.DESPESAS CORRENTES	22.894,6	69.953,5	92.848,1
.Decorrentes de Capital	1.000,1	3.076,5	4.076,6
.De Duração Continuada	21.894,5	66.877,0	88.771,5
0024 - INFORMÁTICA	100,0	308,8	408,8
.DESPESAS DE CAPITAL	100,0	215,2	315,2
.DESPESAS CORRENTES	0,0	93,6	93,6
.Decorrentes de Capital	0,0	93,6	93,6
.De Duração Continuada	0,0	0,0	0,0
0495 - PREVIDÊNCIA SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS	23.435,3	70.577,9	94.013,2
.DESPESAS DE CAPITAL	0,0	0,0	0,0
.DESPESAS CORRENTES	23.435,3	70.577,9	94.013,2
.Decorrentes de Capital	42,1	127,5	169,6
.De Duração Continuada	23.393,2	70.450,4	93.843,6
TOTAL GERAL	47.229,9	143.604,0	190.833,9
.DESPESAS DE CAPITAL	900,0	2.979,0	3.879,0
.DESPESAS CORRENTES	46.329,9	140.625,0	186.954,9
.Decorrentes de Capital	1.042,2	3.297,6	4.339,8
.De Duração Continuada	45.287,7	137.327,4	182.615,1

6.2 - Poder Executivo

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, POR SUBPROGRAMA

GABINETE DA VICE-GOVERNADORIA

SUBPROGRAMAS	DESPESAS (EM R\$ 1.000,00 de FEV/1995)		
	1996	1997 a 1999	TOTAL
0020 - SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO SUPERIOR	1.143,1	3.942,2	5.085,3
.DESPESAS DE CAPITAL	30,0	453,1	483,1
.DESPESAS CORRENTES	1.113,1	3.489,1	4.602,2
.Decorrentes de Capital	8,5	6,3	14,8
.De Duração Continuada	1.104,6	3.482,8	4.587,4
0024 - INFORMÁTICA	45,9	88,7	134,5
.DESPESAS DE CAPITAL	10,0	25,5	35,5
.DESPESAS CORRENTES	35,9	63,2	99,0
.Decorrentes de Capital	25,3	28,4	53,7
.De Duração Continuada	10,6	34,8	45,3
0025 - EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	25,3	30,0	55,3
.DESPESAS DE CAPITAL	20,0	30,0	50,0
.DESPESAS CORRENTES	5,3	0,0	5,3
.Decorrentes de Capital	5,3	0,0	5,3
.De Duração Continuada	0,0	0,0	0,0
TOTAL GERAL	1.214,2	4.060,9	5.275,1
.DESPESAS DE CAPITAL	60,0	508,6	568,6
.DESPESAS CORRENTES	1.154,2	3.552,3	4.706,5
.Decorrentes de Capital	39,1	34,7	73,8
.De Duração Continuada	1.115,2	3.517,6	4.632,7

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, POR SUBPROGRAMA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

SUBPROGRAMAS	DESPESAS (EM R\$ 1.000,00 de FEV/1995)		
	1996	1997 a 1999	TOTAL
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	21.642,9	101.321,6	122.964,5
.DESPESAS DE CAPITAL	5.191,0	32.174,7	37.365,7
.DESPESAS CORRENTES	16.451,9	69.146,9	85.598,8
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	16.451,9	69.146,9	85.598,8
0022 - DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOGRAFIA	15,0	92,8	107,8
.DESPESAS DE CAPITAL	15,0	92,8	107,8

.DESPESAS CORRENTES	0,0	0,0	0,0
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	0,0	0,0	0,0
0024 - INFORMÁTICA	2.102,3	12.886,4	14.988,7
.DESPESAS DE CAPITAL	1.340,5	8.308,2	9.648,7
.DESPESAS CORRENTES	761,8	4.578,2	5.340,0
.Decorrentes de Capital	761,8	4.578,2	5.340,0
.De Duração Continuada	0,0	0,0	0,0
0025 - EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	1.000,0	0,0	1.000,0
.DESPESAS DE CAPITAL	1.000,0	0,0	1.000,0
.DESPESAS CORRENTES	0,0	0,0	0,0
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	0,0	0,0	0,0
0043 - ORGANIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	52,9	318,0	370,9
.DESPESAS DE CAPITAL	0,0	0,0	0,0
.DESPESAS CORRENTES	52,9	318,0	370,9
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	52,9	318,0	370,9

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, POR SUBPROGRAMA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

SUBPROGRAMAS	DESPESAS (EM R\$ 1.000,00 de FEV/1995)		
	1996	1997 a 1999	TOTAL
0128 - SERVIÇOS POSTAIS ESPECIAIS	4,0	25,0	29,0
.DESPESAS DE CAPITAL	4,0	25,0	29,0
.DESPESAS CORRENTES	0,0	0,0	0,0
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	0,0	0,0	0,0
0217 - TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	4.698,3	16.255,3	20.953,6
.DESPESAS DE CAPITAL	200,0	699,5	899,5
.DESPESAS CORRENTES	4.498,3	15.555,8	20.054,1
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	4.498,3	15.555,8	20.054,1
0486 - ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	70,9	214,8	285,7
.DESPESAS DE CAPITAL	0,0	0,0	0,0
.DESPESAS CORRENTES	70,9	214,8	285,7
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	70,9	214,8	285,7
0495 - PREVIDÊNCIA SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS	100.818,0	305.495,3	406.313,3
.DESPESAS DE CAPITAL	0,0	0,0	0,0
.DESPESAS CORRENTES	100.818,0	305.495,3	406.313,3
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	100.818,0	305.495,3	406.313,3
TOTAL GERAL	130.404,3	436.609,2	567.013,6
.DESPESAS DE CAPITAL	7.750,5	41.300,2	49.050,7
.DESPESAS CORRENTES	122.653,8	395.309,0	517.962,9
.Decorrentes de Capital	761,8	4.578,2	5.340,0
.De Duração Continuada	121.892,1	390.730,8	512.622,9

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, POR SUBPROGRAMA

SECRETARIA DE AGRICULTURA

SUBPROGRAMAS	DESPESAS (EM R\$ 1.000,00 de FEV/1995)		
	1996	1997 a 1999	TOTAL
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	20.985,0	64.156,2	85.141,3
.DESPESAS DE CAPITAL	234,8	757,1	991,9
.DESPESAS CORRENTES	20.750,2	63.399,1	84.149,4
.Decorrentes de Capital	24,8	81,7	106,4
.De Duração Continuada	20.725,5	63.317,5	84.043,0
0023 - DIVULGAÇÃO OFICIAL	18,0	59,2	77,2
.DESPESAS DE CAPITAL	0,0	0,0	0,0
.DESPESAS CORRENTES	18,0	59,2	77,2
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	18,0	59,2	77,2
0024 - INFORMÁTICA	273,6	941,7	1.215,3
.DESPESAS DE CAPITAL	128,0	423,7	551,7
.DESPESAS CORRENTES	145,6	518,0	663,6
.Decorrentes de Capital	145,6	480,0	625,6
.De Duração Continuada	0,0	38,0	38,0
0055 - PESQUISA APLICADA	35,3	116,8	152,1
.DESPESAS DE CAPITAL	30,0	99,3	129,3
.DESPESAS CORRENTES	5,3	17,5	22,8

	5,3	17,5	22,8
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada			
0056 - DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL	35,3	116,8	152,1
.DESPESAS DE CAPITAL	30,0	99,3	129,3
.DESPESAS CORRENTES	5,3	17,5	22,8
.Decorrentes de Capital	5,3	17,5	22,8
.De Duração Continuada	0,0	0,0	0,0

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, POR SUBPROGRAMA

SECRETARIA DE AGRICULTURA

SUBPROGRAMAS	DESPESAS (EM R\$ 1.000,00 de FEV/1995)		
	1996	1997 a 1999	TOTAL
0058 - TESTE E ANÁLISE DE QUALIDADE	35,3	116,7	152,0
.DESPESAS DE CAPITAL	30,0	99,3	129,3
.DESPESAS CORRENTES	5,3	17,4	22,7
.Decorrentes de Capital	5,3	17,4	22,7
.De Duração Continuada	0,0	0,0	0,0
0075 - DEFESA SANITÁRIA VEGETAL	54,2	179,3	233,5
.DESPESAS DE CAPITAL	45,0	148,9	193,9
.DESPESAS CORRENTES	9,2	30,4	39,6
.Decorrentes de Capital	8,2	26,9	35,0
.De Duração Continuada	1,1	3,5	4,5
0077 - IRRIGAÇÃO	366,4	1.211,1	1.577,6
.DESPESAS DE CAPITAL	250,0	827,5	1.077,5
.DESPESAS CORRENTES	116,4	383,6	500,1
.Decorrentes de Capital	10,6	34,9	45,5
.De Duração Continuada	105,8	348,8	454,6
0078 - MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA	3.431,8	17.657,3	21.089,1
.DESPESAS DE CAPITAL	2.204,0	10.308,7	12.512,7
.DESPESAS CORRENTES	1.227,8	7.348,6	8.576,3
.Decorrentes de Capital	63,5	209,3	272,8
.De Duração Continuada	1.164,3	7.139,3	8.303,6
0080 - SEMENTES E MUDAS	21,2	69,9	91,0
.DESPESAS DE CAPITAL	0,0	0,0	0,0
.DESPESAS CORRENTES	21,2	69,9	91,0
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	21,2	69,9	91,0

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, POR SUBPROGRAMA

SECRETARIA DE AGRICULTURA

SUBPROGRAMAS	DESPESAS (EM R\$ 1.000,00 de FEV/1995)		
	1996	1997 a 1999	TOTAL
0087 - DEFESA SANITÁRIA ANIMAL	67,2	222,2	289,5
.DESPESAS DE CAPITAL	45,0	148,9	193,9
.DESPESAS CORRENTES	22,2	73,3	95,6
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	22,2	73,3	95,6
0097 - INSPEÇÃO, PADRONIZAÇÃO E CLASSIF. DE PRODUTOS	367,0	1.213,7	1.580,7
.DESPESAS DE CAPITAL	283,0	936,8	1.219,8
.DESPESAS CORRENTES	84,0	276,9	360,9
.Decorrentes de Capital	40,6	133,9	174,6
.De Duração Continuada	43,4	143,0	186,4
0104 - REFLORESTAMENTO	105,8	348,8	454,6
.DESPESAS DE CAPITAL	0,0	0,0	0,0
.DESPESAS CORRENTES	105,8	348,8	454,6
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	105,8	348,8	454,6
0105 - CONSERVAÇÃO DO SOLO	105,8	348,8	454,6
.DESPESAS DE CAPITAL	0,0	0,0	0,0
.DESPESAS CORRENTES	105,8	348,8	454,6
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	105,8	348,8	454,6
0111 - EXTENSÃO RURAL	10.626,5	35.175,1	45.801,6
.DESPESAS DE CAPITAL	704,0	2.933,5	3.637,5
.DESPESAS CORRENTES	9.922,5	32.241,6	42.164,1
.Decorrentes de Capital	0,0	15,0	15,0
.De Duração Continuada	9.922,5	32.226,6	42.149,1

DESPEAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, POR SUBPROGRAMA

SECRETARIA DE AGRICULTURA

SUBPROGRAMAS	DESPEAS (EM R\$ 1.000,00 de FEV/1995)		
	1996	1997 a 1999	TOTAL
0112 - PROMOÇÃO AGRÁRIA	3.466,2	11.462,5	14.928,7
.DESPEAS DE CAPITAL	2.720,0	9.003,6	11.723,6
.DESPEAS CORRENTES	746,2	2.458,9	3.205,1
.Decorrentes de Capital	5,3	17,4	22,7
.De Duração Continuada	740,9	2.441,5	3.182,4
0495 - PREVIDÊNCIA SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS	1.675,5	5.074,5	6.749,9
.DESPEAS DE CAPITAL	0,0	0,0	0,0
.DESPEAS CORRENTES	1.675,5	5.074,5	6.749,9
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	1.675,5	5.074,5	6.749,9
0534 - ESTRADAS VICINAIS	305,8	1.010,9	1.316,7
.DESPEAS DE CAPITAL	200,0	662,0	862,0
.DESPEAS CORRENTES	105,8	348,9	454,7
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	105,8	348,9	454,7
TOTAL GERAL	41.976,0	139.481,4	181.457,5
.DESPEAS DE CAPITAL	6.903,8	26.448,6	33.352,4
.DESPEAS CORRENTES	35.072,2	113.032,8	148.105,1
.Decorrentes de Capital	314,4	1.051,3	1.365,8
.De Duração Continuada	34.757,8	111.981,5	146.739,3

DESPEAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, POR SUBPROGRAMA

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

SUBPROGRAMAS	DESPEAS (EM R\$ 1.000,00 de FEV/1995)		
	1996	1997 a 1999	TOTAL
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.239,7	7.324,3	9.564,1
.DESPEAS DE CAPITAL	0,0	0,0	0,0
.DESPEAS CORRENTES	2.239,7	7.324,3	9.564,1
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	2.239,7	7.324,3	9.564,1
0023 - DIVULGAÇÃO OFICIAL	319,8	1.415,4	1.735,1
.DESPEAS DE CAPITAL	0,0	0,0	0,0
.DESPEAS CORRENTES	319,8	1.415,4	1.735,1
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	319,8	1.415,4	1.735,1
0024 - INFORMÁTICA	58,9	44,9	103,8
.DESPEAS DE CAPITAL	50,0	34,1	84,1
.DESPEAS CORRENTES	8,9	10,8	19,7
.Decorrentes de Capital	8,9	10,8	19,7
.De Duração Continuada	0,0	0,0	0,0
TOTAL GERAL	2.618,4	8.784,6	11.403,0
.DESPEAS DE CAPITAL	50,0	34,1	84,1
.DESPEAS CORRENTES	2.568,4	8.750,5	11.318,9
.Decorrentes de Capital	8,9	10,8	19,7
.De Duração Continuada	2.559,5	8.739,7	11.299,2

DESPEAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, POR SUBPROGRAMA

SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE

SUBPROGRAMAS	DESPEAS (EM R\$ 1.000,00 de FEV/1995)		
	1996	1997 a 1999	TOTAL
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	20.508,0	62.466,8	82.974,8
.DESPEAS DE CAPITAL	562,0	2.296,5	2.858,5
.DESPEAS CORRENTES	19.946,0	60.170,3	80.116,3
.Decorrentes de Capital	1,7	5,1	6,8
.De Duração Continuada	19.944,3	60.165,2	80.109,5
0025 - EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	4.600,0	18.786,8	23.386,8
.DESPEAS DE CAPITAL	4.600,0	18.786,8	23.386,8
.DESPEAS CORRENTES	0,0	0,0	0,0
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	0,0	0,0	0,0

0223 - EDUCAÇÃO FÍSICA	49,0	146,4	195,4
.DESPESAS DE CAPITAL	0,0	0,0	0,0
.DESPESAS CORRENTES	49,0	146,4	195,4
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	49,0	146,4	195,4
0224 - DESPORTO AMADOR	490,5	1.465,0	1.955,5
.DESPESAS DE CAPITAL	0,0	0,0	0,0
.DESPESAS CORRENTES	490,5	1.465,0	1.955,5
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	490,5	1.465,0	1.955,5
0235 - BOLSAS DE ESTUDOS	5,7	17,1	22,8
.DESPESAS DE CAPITAL	0,0	0,0	0,0
.DESPESAS CORRENTES	5,7	17,1	22,8
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	5,7	17,1	22,8

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, POR SUBPROGRAMA

SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE

SUBPROGRAMAS	DESPESAS (EM R\$ 1.000,00 de FEV/1995)		
	1996	1997 a 1999	TOTAL
0246 - PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO	483,2	1.560,5	2.043,7
.DESPESAS DE CAPITAL	107,1	437,3	544,4
.DESPESAS CORRENTES	376,1	1.123,2	1.499,3
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	376,1	1.123,2	1.499,3
0247 - DIFUSÃO CULTURAL	1.526,9	4.593,8	6.120,7
.DESPESAS DE CAPITAL	30,9	125,5	156,4
.DESPESAS CORRENTES	1.496,0	4.468,3	5.964,3
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	1.496,0	4.468,3	5.964,3
0483 - ASSISTÊNCIA AO MENOR	12,4	37,0	49,4
.DESPESAS DE CAPITAL	0,0	0,0	0,0
.DESPESAS CORRENTES	12,4	37,0	49,4
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	12,4	37,0	49,4
TOTAL GERAL	27.675,6	89.073,3	116.748,9
.DESPESAS DE CAPITAL	5.300,0	21.646,1	26.946,1
.DESPESAS CORRENTES	22.375,6	67.427,2	89.802,8
.Decorrentes de Capital	1,7	5,1	6,8
.De Duração Continuada	22.373,9	67.422,2	89.796,0

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, POR SUBPROGRAMA

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AÇÃO COMUNITÁRIA

SUBPROGRAMAS	DESPESAS (EM R\$ 1.000,00 de FEV/1995)		
	1996	1997 a 1999	TOTAL
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	61.168,7	196.380,7	257.549,4
.DESPESAS DE CAPITAL	3.970,0	27.656,3	31.626,3
.DESPESAS CORRENTES	57.198,7	168.724,4	225.923,1
.Decorrentes de Capital	211,7	626,5	838,2
.De Duração Continuada	56.987,0	168.097,9	225.084,9
0023 - DIVULGAÇÃO OFICIAL	846,8	1.264,5	2.111,3
.DESPESAS DE CAPITAL	0,0	0,0	0,0
.DESPESAS CORRENTES	846,8	1.264,5	2.111,3
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	846,8	1.264,5	2.111,3
0024 - INFORMÁTICA	0,0	767,0	767,0
.DESPESAS DE CAPITAL	0,0	635,9	635,9
.DESPESAS CORRENTES	0,0	131,1	131,1
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	0,0	131,1	131,1
0025 - EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	365,8	0,0	365,8
.DESPESAS DE CAPITAL	260,0	0,0	260,0
.DESPESAS CORRENTES	105,8	0,0	105,8
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	105,8	0,0	105,8
0316 - HABITAÇÕES URBANAS	0,0	7.200,0	7.200,0
.DESPESAS DE CAPITAL	0,0	5.886,8	5.886,8
.DESPESAS CORRENTES	0,0	1.313,2	1.313,2
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	0,0	1.313,2	1.313,2

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, POR SUBPROGRAMA

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AÇÃO COMUNITÁRIA

SUBPROGRAMAS	DESPESAS (EM R\$ 1.000,00 de FEV/1995)		
	1996	1997 a 1999	TOTAL
0326 - SERVIÇOS FUNERÁRIOS	1.958,4	3.576,8	5.535,3
.DESPESAS DE CAPITAL	900,0	257,0	1.157,0
.DESPESAS CORRENTES	1.058,4	3.319,8	4.378,3
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	1.058,4	3.319,8	4.378,3
0483 - ASSISTÊNCIA AO MENOR	5.175,3	15.311,4	20.486,7
.DESPESAS DE CAPITAL	2.000,0	1.617,5	3.617,5
.DESPESAS CORRENTES	3.175,3	13.693,9	16.869,2
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	3.175,3	13.693,9	16.869,2
0486 - ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	11.348,0	38.491,8	49.839,8
.DESPESAS DE CAPITAL	330,0	0,0	330,0
.DESPESAS CORRENTES	11.018,0	38.491,8	49.509,8
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	11.018,0	38.491,8	49.509,8
0487 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	1.058,4	3.161,4	4.219,8
.DESPESAS DE CAPITAL	0,0	0,0	0,0
.DESPESAS CORRENTES	1.058,4	3.161,4	4.219,8
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	1.058,4	3.161,4	4.219,8
TOTAL GERAL	81.921,4	266.153,7	348.075,1
.DESPESAS DE CAPITAL	7.460,0	36.053,5	43.513,5
.DESPESAS CORRENTES	74.461,4	230.100,2	304.561,6
.Decorrentes de Capital	211,7	626,5	838,2
.De Duração Continuada	74.249,7	229.473,7	303.723,4

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, POR SUBPROGRAMA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

SUBPROGRAMAS	DESPESAS (EM R\$ 1.000,00 de FEV/1995)		
	1996	1997 a 1999	TOTAL
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	590.433,5	1.882.502,8	2.472.936,3
.DESPESAS DE CAPITAL	8.783,1	56.497,7	65.280,8
.DESPESAS CORRENTES	581.650,4	1.826.005,1	2.407.655,5
.Decorrentes de Capital	2.088,0	1.533,9	3.621,9
.De Duração Continuada	579.562,5	1.824.471,2	2.404.033,6
0024 - INFORMÁTICA	4.153,3	14.072,4	18.225,7
.DESPESAS DE CAPITAL	1.192,0	4.360,4	5.552,4
.DESPESAS CORRENTES	2.961,3	9.712,0	12.673,3
.Decorrentes de Capital	989,5	2.885,4	3.874,9
.De Duração Continuada	1.971,9	6.826,5	8.798,4
0185 - CRECHE	2.768,0	18.556,5	21.324,5
.DESPESAS DE CAPITAL	2.711,0	18.239,0	20.950,0
.DESPESAS CORRENTES	57,0	317,5	374,5
.Decorrentes de Capital	6,3	20,5	26,8
.De Duração Continuada	50,7	297,0	347,7
0188 - ENSINO REGULAR	88.397,3	307.615,5	396.012,8
.DESPESAS DE CAPITAL	14.781,3	48.428,8	63.210,1
.DESPESAS CORRENTES	73.616,0	259.186,7	332.802,7
.Decorrentes de Capital	472,8	1.588,6	2.061,4
.De Duração Continuada	73.143,2	257.598,0	330.741,3
0190 - EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR	4.771,8	7.983,3	12.755,2
.DESPESAS DE CAPITAL	2.897,2	2.720,6	5.617,8
.DESPESAS CORRENTES	1.874,6	5.262,7	7.137,4
.Decorrentes de Capital	8,6	18,1	26,7
.De Duração Continuada	1.866,0	5.244,7	7.110,7

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, POR SUBPROGRAMA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

SUBPROGRAMAS	DESPESAS (EM R\$ 1.000,00 de FEV/1995)		
	1996	1997 a 1999	TOTAL
0197 - FORMAÇÃO PARA O SETOR SECUNDÁRIO	3.000,0	9.930,3	12.930,3
.DESPESAS DE CAPITAL	3.000,0	9.930,3	12.930,3
.DESPESAS CORRENTES	0,0	0,0	0,0

.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	0,0	0,0	0,0
0205 - ENSINO DE GRADUAÇÃO	14.087,5	28.575,8	42.663,4
.DESPESAS DE CAPITAL	5.760,0	2.560,0	8.320,0
.DESPESAS CORRENTES	8.327,5	26.015,8	34.343,4
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	8.327,5	26.015,8	34.343,4
0213 - CURSOS DE SUPLÊNCIA	398,9	1.427,3	1.826,3
.DESPESAS DE CAPITAL	72,9	265,7	338,6
.DESPESAS CORRENTES	326,0	1.161,6	1.487,7
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	326,0	1.161,6	1.487,7
0217 - TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	1.167,2	3.787,8	4.955,0
.DESPESAS DE CAPITAL	0,0	0,0	0,0
.DESPESAS CORRENTES	1.167,2	3.787,8	4.955,0
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	1.167,2	3.787,8	4.955,0
0223 - EDUCAÇÃO FÍSICA	893,7	3.239,7	4.133,3
.DESPESAS DE CAPITAL	230,0	759,0	989,0
.DESPESAS CORRENTES	663,7	2.480,7	3.144,3
.Decorrentes de Capital	80,0	519,6	599,6
.De Duração Continuada	583,6	1.961,1	2.544,7

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, POR SUBPROGRAMA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

SUBPROGRAMAS	DESPESAS (EM R\$ 1.000,00 de FEV/1995)		
	1996	1997 a 1999	TOTAL
0235 - BOLSAS DE ESTUDOS	74.060,8	260.313,4	334.374,2
.DESPESAS DE CAPITAL	0,0	0,0	0,0
.DESPESAS CORRENTES	74.060,8	260.313,4	334.374,2
.Decorrentes de Capital	184,7	0,0	184,7
.De Duração Continuada	73.876,1	260.313,4	334.189,5
0252 - EDUCAÇÃO COMPENSATÓRIA	3.039,7	6.832,4	9.872,0
.DESPESAS DE CAPITAL	736,7	2.210,0	2.946,7
.DESPESAS CORRENTES	2.303,0	4.622,4	6.925,3
.Decorrentes de Capital	11,1	31,4	42,4
.De Duração Continuada	2.291,9	4.591,0	6.882,9
0495 - PREVIDÊNCIA SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS	171.997,6	568.592,8	740.590,4
.DESPESAS DE CAPITAL	0,0	0,0	0,0
.DESPESAS CORRENTES	171.997,6	568.592,8	740.590,4
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	171.997,6	568.592,8	740.590,4
TOTAL GERAL	959.169,4	3.113.429,9	4.072.599,3
.DESPESAS DE CAPITAL	40.164,2	145.971,5	186.135,7
.DESPESAS CORRENTES	919.005,2	2.967.458,4	3.886.463,6
.Decorrentes de Capital	3.840,9	6.597,5	10.438,4
.De Duração Continuada	915.164,3	2.960.860,9	3.876.025,2

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, POR SUBPROGRAMA

SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

SUBPROGRAMAS	DESPESAS (EM R\$ 1.000,00 de FEV/1995)		
	1996	1997 a 1999	TOTAL
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	108.706,4	321.571,3	430.277,7
.DESPESAS DE CAPITAL	0,0	625,0	625,0
.DESPESAS CORRENTES	108.706,4	320.946,3	429.652,7
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	108.706,4	320.946,3	429.652,7
0024 - INFORMÁTICA	11.711,7	54.766,9	66.478,6
.DESPESAS DE CAPITAL	1.120,0	534,0	1.654,0
.DESPESAS CORRENTES	10.591,7	54.232,9	64.824,6
.Decorrentes de Capital	7,4	30,6	38,0
.De Duração Continuada	10.584,3	54.202,3	64.786,6
0025 - EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	0,0	2.840,9	2.840,9
.DESPESAS DE CAPITAL	0,0	2.625,0	2.625,0
.DESPESAS CORRENTES	0,0	215,9	215,9
.Decorrentes de Capital	0,0	215,9	215,9
.De Duração Continuada	0,0	0,0	0,0
0030 - ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS	2.116,9	12.208,2	14.325,0
.DESPESAS DE CAPITAL	0,0	0,0	0,0
.DESPESAS CORRENTES	2.116,9	12.208,2	14.325,0
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	2.116,9	12.208,2	14.325,0

0035 - PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA	390,0	1.278,0	1.668,0
.DESPESAS DE CAPITAL	390,0	1.278,0	1.668,0
.DESPESAS CORRENTES	0,0	0,0	0,0
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	0,0	0,0	0,0

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, POR SUBPROGRAMA

SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

SUBPROGRAMAS	DESPESAS (EM R\$ 1.000,00 de FEV/1995)		
	1996	1997 a 1999	TOTAL
0040 - PLANEJAMENTO E ORÇAMENTAÇÃO	50,0	175,0	225,0
.DESPESAS DE CAPITAL	50,0	175,0	225,0
.DESPESAS CORRENTES	0,0	0,0	0,0
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	0,0	0,0	0,0
0045 - ESTUDOS E PESQUISAS ECONÔMICO-SOCIAIS	69,0	451,0	520,0
.DESPESAS DE CAPITAL	69,0	451,0	520,0
.DESPESAS CORRENTES	0,0	0,0	0,0
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	0,0	0,0	0,0
0247 - DIFUSÃO CULTURAL	64,0	212,0	276,0
.DESPESAS DE CAPITAL	64,0	212,0	276,0
.DESPESAS CORRENTES	0,0	0,0	0,0
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	0,0	0,0	0,0
0316 - HABITAÇÕES URBANAS	3,0	12,0	15,0
.DESPESAS DE CAPITAL	3,0	12,0	15,0
.DESPESAS CORRENTES	0,0	0,0	0,0
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	0,0	0,0	0,0
0347 - PRODUÇÃO INDUSTRIAL	1.314,0	4.350,0	5.664,0
.DESPESAS DE CAPITAL	1.314,0	4.350,0	5.664,0
.DESPESAS CORRENTES	0,0	0,0	0,0
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	0,0	0,0	0,0

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, POR SUBPROGRAMA

SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

SUBPROGRAMAS	DESPESAS (EM R\$ 1.000,00 de FEV/1995)		
	1996	1997 a 1999	TOTAL
0448 - SANEAMENTO GERAL	2,0	6,0	8,0
.DESPESAS DE CAPITAL	2,0	6,0	8,0
.DESPESAS CORRENTES	0,0	0,0	0,0
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	0,0	0,0	0,0
0492 - PREVIDÊNCIA SOCIAL A SEGURADOS	37.119,2	116.025,7	153.144,9
.DESPESAS DE CAPITAL	0,0	0,0	0,0
.DESPESAS CORRENTES	37.119,2	116.025,7	153.144,9
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	37.119,2	116.025,7	153.144,9
TOTAL GERAL	161.546,1	513.896,9	675.443,1
.DESPESAS DE CAPITAL	3.012,0	10.268,0	13.280,0
.DESPESAS CORRENTES	158.534,1	503.628,9	662.163,1
.Decorrentes de Capital	7,4	246,4	253,8
.De Duração Continuada	158.526,7	503.382,5	661.909,2

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, POR SUBPROGRAMA

SECRETARIA DE GOVERNO

SUBPROGRAMAS	DESPESAS (EM R\$ 1.000,00 de FEV/1995)		
	1996	1997 a 1999	TOTAL
0020 - SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO SUPERIOR	14.032,4	43.241,2	57.273,6
.DESPESAS DE CAPITAL	16,8	55,5	72,3
.DESPESAS CORRENTES	14.015,6	43.185,7	57.201,3
.Decorrentes de Capital	195,5	204,9	400,3
.De Duração Continuada	13.820,1	42.980,9	56.801,0
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	80.198,5	247.302,3	327.500,8
.DESPESAS DE CAPITAL	3.635,6	11.655,1	15.290,7
.DESPESAS CORRENTES	76.562,9	235.647,2	312.210,1

.Decorrentes de Capital	310,6	222,6	533,2
.De Duração Continuada	76.252,4	235.424,6	311.677,0
0023 - DIVULGAÇÃO OFICIAL	52,9	174,4	227,3
.DESPEÇAS DE CAPITAL	0,0	0,0	0,0
.DESPEÇAS CORRENTES	52,9	174,4	227,3
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	52,9	174,4	227,3
0024 - INFORMÁTICA	730,3	759,0	1.489,3
.DESPEÇAS DE CAPITAL	124,8	400,0	524,8
.DESPEÇAS CORRENTES	605,5	359,0	964,5
.Decorrentes de Capital	585,7	293,8	879,5
.De Duração Continuada	19,8	65,2	85,0
0025 - EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	6.138,2	20.273,7	26.411,9
.DESPEÇAS DE CAPITAL	4.682,2	12.388,5	17.070,7
.DESPEÇAS CORRENTES	1.456,0	7.885,2	9.341,3
.Decorrentes de Capital	200,3	15,9	216,1
.De Duração Continuada	1.255,8	7.869,4	9.125,2

DESPEÇAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, POR SUBPROGRAMA

SECRETARIA DE GOVERNO

SUBPROGRAMAS	DESPEÇAS (EM R\$ 1.000,00 de FEV/1995)		
	1996	1997 a 1999	TOTAL
0043 - ORGANIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	41,5	0,0	41,5
.DESPEÇAS DE CAPITAL	41,5	0,0	41,5
.DESPEÇAS CORRENTES	0,0	0,0	0,0
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	0,0	0,0	0,0
0110 - COOPERATIVISMO	79,9	0,0	79,9
.DESPEÇAS DE CAPITAL	3,6	0,0	3,6
.DESPEÇAS CORRENTES	76,3	0,0	76,3
.Decorrentes de Capital	76,3	0,0	76,3
.De Duração Continuada	0,0	0,0	0,0
0134 - TELEFONIA	101,7	30,9	132,6
.DESPEÇAS DE CAPITAL	17,0	30,9	47,9
.DESPEÇAS CORRENTES	84,7	0,0	84,7
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	84,7	0,0	84,7
0136 - SERVIÇOS ESPECIAIS DE TELECOMUNICAÇÕES	213,8	189,7	403,5
.DESPEÇAS DE CAPITAL	145,0	0,0	145,0
.DESPEÇAS CORRENTES	68,8	189,7	258,5
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	68,8	189,7	258,5
0183 - PROGRAMAÇÃO ESPECIAL	868,9	2.315,9	3.184,8
.DESPEÇAS DE CAPITAL	868,9	2.315,9	3.184,8
.DESPEÇAS CORRENTES	0,0	0,0	0,0
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	0,0	0,0	0,0

DESPEÇAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, POR SUBPROGRAMA

SECRETARIA DE GOVERNO

SUBPROGRAMAS	DESPEÇAS (EM R\$ 1.000,00 de FEV/1995)		
	1996	1997 a 1999	TOTAL
0228 - PARQUES RECREATIVOS E DESPORTIVOS	1.669,5	8.346,3	10.015,8
.DESPEÇAS DE CAPITAL	1.361,8	7.945,3	9.327,1
.DESPEÇAS CORRENTES	287,7	401,0	688,6
.Decorrentes de Capital	0,0	131,3	131,3
.De Duração Continuada	287,7	269,7	557,4
0247 - DIFUSÃO CULTURAL	804,9	3.402,6	4.207,6
.DESPEÇAS DE CAPITAL	121,0	12,2	133,2
.DESPEÇAS CORRENTES	683,9	3.390,4	4.074,4
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	683,9	3.390,4	4.074,4
0269 - ELETRIFICAÇÃO RURAL	126,9	578,9	705,8
.DESPEÇAS DE CAPITAL	125,0	578,9	703,9
.DESPEÇAS CORRENTES	1,9	0,0	1,9
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	1,9	0,0	1,9
0323 - PLANEJAMENTO URBANO	24.177,2	92.986,1	117.163,3
.DESPEÇAS DE CAPITAL	6.722,2	33.103,4	39.825,6
.DESPEÇAS CORRENTES	17.455,0	59.882,7	77.337,7
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	17.455,0	59.882,7	77.337,7

0327 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA	23.881,4	81.838,1	105.719,5
.DESPESAS DE CAPITAL	3.388,8	11.082,9	14.471,7
.DESPESAS CORRENTES	20.492,6	70.755,2	91.247,8
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	20.492,6	70.755,2	91.247,8

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, POR SUBPROGRAMA

SECRETARIA DE GOVERNO

SUBPROGRAMAS	DESPESAS (EM R\$ 1.000,00 de FEV/1995)		
	1996	1997 a 1999	TOTAL
0328 - PARQUES E JARDINS	745,1	3.181,0	3.926,1
.DESPESAS DE CAPITAL	736,1	3.181,0	3.917,1
.DESPESAS CORRENTES	9,0	0,0	9,0
.Decorrentes de Capital	7,9	0,0	7,9
.De Duração Continuada	1,1	0,0	1,1
0459 - RECUPERAÇÃO DE TERRAS	106,4	0,0	106,4
.DESPESAS DE CAPITAL	4,7	0,0	4,7
.DESPESAS CORRENTES	101,7	0,0	101,7
.Decorrentes de Capital	101,7	0,0	101,7
.De Duração Continuada	0,0	0,0	0,0
0483 - ASSISTÊNCIA AO MENOR	134,2	442,2	576,4
.DESPESAS DE CAPITAL	2,5	8,3	10,8
.DESPESAS CORRENTES	131,7	433,9	565,6
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	131,7	433,9	565,6
0486 - ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	528,1	1.742,1	2.270,3
.DESPESAS DE CAPITAL	107,5	356,0	463,5
.DESPESAS CORRENTES	420,6	1.386,1	1.806,8
.Decorrentes de Capital	117,3	386,5	503,8
.De Duração Continuada	303,4	999,6	1.303,0
0487 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	206,9	1.249,0	1.455,9
.DESPESAS DE CAPITAL	100,0	331,1	431,1
.DESPESAS CORRENTES	106,9	917,9	1.024,8
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	106,9	917,9	1.024,8

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, POR SUBPROGRAMA

SECRETARIA DE GOVERNO

SUBPROGRAMAS	DESPESAS (EM R\$ 1.000,00 de FEV/1995)		
	1996	1997 a 1999	TOTAL
0534 - ESTRADAS VICINAIS	1.054,0	3.236,8	4.290,8
.DESPESAS DE CAPITAL	937,6	2.784,4	3.722,0
.DESPESAS CORRENTES	116,4	452,4	568,8
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	116,4	452,4	568,8
TOTAL GERAL	155.892,7	511.290,3	667.183,0
.DESPESAS DE CAPITAL	23.162,6	86.229,4	109.392,0
.DESPESAS CORRENTES	132.730,2	425.060,9	557.791,0
.Decorrentes de Capital	1.595,2	1.254,9	2.850,1
.De Duração Continuada	131.135,0	423.806,0	554.940,9

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, POR SUBPROGRAMA

SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

SUBPROGRAMAS	DESPESAS (EM R\$ 1.000,00 de FEV/1995)		
	1996	1997 a 1999	TOTAL
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.684,3	8.578,8	11.263,1
.DESPESAS DE CAPITAL	28,2	93,1	121,3
.DESPESAS CORRENTES	2.656,1	8.485,7	11.141,8
.Decorrentes de Capital	52,9	0,0	52,9
.De Duração Continuada	2.603,2	8.485,7	11.088,9
0183 - PROGRAMAÇÃO ESPECIAL	2,7	8,8	11,5
.DESPESAS DE CAPITAL	1,0	3,3	4,3
.DESPESAS CORRENTES	1,7	5,5	7,2
.Decorrentes de Capital	1,7	5,5	7,2
.De Duração Continuada	0,0	0,0	0,0
0346 - PROMOÇÃO INDUSTRIAL	501,7	2.107,3	2.609,0
.DESPESAS DE CAPITAL	12,5	41,5	54,0

.DESPESAS CORRENTES	489,2	2.065,8	2.555,0
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	489,2	2.065,8	2.555,0
0354 - PROMOÇÃO INTERNA DO COMÉRCIO	257,0	847,6	1.104,6
.DESPESAS DE CAPITAL	8,3	27,4	35,7
.DESPESAS CORRENTES	248,7	820,2	1.068,9
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	248,7	820,2	1.068,9
0355 - PROMOÇÃO EXTERNA DO COMÉRCIO	15,9	52,6	68,5
.DESPESAS DE CAPITAL	0,0	0,0	0,0
.DESPESAS CORRENTES	15,9	52,6	68,5
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	15,9	52,6	68,5
TOTAL GERAL	3.461,6	11.595,1	15.056,7
.DESPESAS DE CAPITAL	50,0	165,3	215,3
.DESPESAS CORRENTES	3.411,6	11.429,8	14.841,4
.Decorrentes de Capital	54,6	5,5	60,1
.De Duração Continuada	3.357,0	11.424,3	14.781,3

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, POR SUBPROGRAMA
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

SUBPROGRAMAS	DESPESAS (EM R\$ 1.000,00 de FEV/1995)		
	1996	1997 a 1999	TOTAL
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	54.522,5	167.809,3	222.331,8
.DESPESAS DE CAPITAL	3.105,1	9.071,6	12.176,7
.DESPESAS CORRENTES	51.417,4	158.737,7	210.155,1
.Decorrentes de Capital	321,8	1.160,7	1.482,5
.De Duração Continuada	51.095,6	157.577,0	208.672,6
0057 - INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	9.999,3	30.181,2	40.180,5
.DESPESAS DE CAPITAL	69,0	219,2	288,2
.DESPESAS CORRENTES	9.930,3	29.962,0	39.892,3
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	9.930,3	29.962,0	39.892,3
0059 - LEVANTAMENTO DO MEIO-AMBIENTE	533,2	1.371,8	1.905,0
.DESPESAS DE CAPITAL	59,0	187,0	246,0
.DESPESAS CORRENTES	474,2	1.184,8	1.659,0
.Decorrentes de Capital	3,2	9,5	12,7
.De Duração Continuada	471,0	1.175,3	1.646,3
0103 - PROTEÇÃO A FLORA E A FAUNA	855,7	2.865,5	3.721,2
.DESPESAS DE CAPITAL	10,0	50,0	60,0
.DESPESAS CORRENTES	845,7	2.815,5	3.661,2
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	845,7	2.815,5	3.661,2
0325 - LIMPEZA PÚBLICA	26.717,9	102.461,9	129.179,8
.DESPESAS DE CAPITAL	10.490,0	48.985,8	59.475,8
.DESPESAS CORRENTES	16.227,9	53.476,1	69.704,0
.Decorrentes de Capital	137,6	105,4	243,0
.De Duração Continuada	16.090,3	53.370,7	69.461,0

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, POR SUBPROGRAMA
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

SUBPROGRAMAS	DESPESAS (EM R\$ 1.000,00 de FEV/1995)		
	1996	1997 a 1999	TOTAL
0456 - CONTROLE DA POLUIÇÃO	161,8	523,6	685,5
.DESPESAS DE CAPITAL	20,0	60,0	80,0
.DESPESAS CORRENTES	141,8	463,6	605,5
.Decorrentes de Capital	5,3	15,8	21,1
.De Duração Continuada	136,5	447,8	584,4
TOTAL GERAL	92.790,3	305.213,4	398.003,6
.DESPESAS DE CAPITAL	13.753,1	58.573,6	72.326,7
.DESPESAS CORRENTES	79.037,2	246.639,8	325.676,9
.Decorrentes de Capital	467,8	1.291,4	1.759,2
.De Duração Continuada	78.569,3	245.348,4	323.917,7

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, POR SUBPROGRAMA
SECRETARIA DE OBRAS

SUBPROGRAMAS	DESPESAS (EM R\$ 1.000,00 de FEV/1995)		
	1996	1997 a 1999	TOTAL
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	91.884,0	234.196,3	326.080,3
.DESPESAS DE CAPITAL	861,0	2.847,4	3.708,4
.DESPESAS CORRENTES	91.023,0	231.348,9	322.371,9
.Decorrentes de Capital	635,1	2.092,7	2.727,7
.De Duração Continuada	90.387,9	229.256,3	319.644,2

0023 - DIVULGAÇÃO OFICIAL	423,4	1.395,1	1.818,5
.DESPESAS DE CAPITAL	0,0	0,0	0,0
.DESPESAS CORRENTES	423,4	1.395,1	1.818,5
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	423,4	1.395,1	1.818,5
0024 - INFORMÁTICA	311,6	767,7	1.079,3
.DESPESAS DE CAPITAL	282,0	676,0	958,0
.DESPESAS CORRENTES	29,6	91,7	121,3
.Decorrentes de Capital	29,6	91,7	121,3
.De Duração Continuada	0,0	0,0	0,0
0025 - EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	9.682,0	28.564,6	38.246,6
.DESPESAS DE CAPITAL	9.682,0	27.899,0	37.581,0
.DESPESAS CORRENTES	0,0	665,6	665,6
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	0,0	665,6	665,6
0035 - PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA	15.000,0	76.900,0	91.900,0
.DESPESAS DE CAPITAL	15.000,0	76.900,0	91.900,0
.DESPESAS CORRENTES	0,0	0,0	0,0
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	0,0	0,0	0,0

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, POR SUBPROGRAMA

SECRETARIA DE OBRAS

SUBPROGRAMAS	DESPESAS (EM R\$ 1.000,00 de FEV/1995)		
	1996	1997 a 1999	TOTAL
0323 - PLANEJAMENTO URBANO	2.116,9	8.264,3	10.381,2
.DESPESAS DE CAPITAL	0,0	0,0	0,0
.DESPESAS CORRENTES	2.116,9	8.264,3	10.381,2
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	2.116,9	8.264,3	10.381,2
0448 - SANEAMENTO GERAL	30.000,0	99.303,0	129.303,0
.DESPESAS DE CAPITAL	30.000,0	99.303,0	129.303,0
.DESPESAS CORRENTES	0,0	0,0	0,0
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	0,0	0,0	0,0
0455 - DEFESA CONTRA A EROSÃO	2.000,0	6.620,0	8.620,0
.DESPESAS DE CAPITAL	2.000,0	6.620,0	8.620,0
.DESPESAS CORRENTES	0,0	0,0	0,0
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	0,0	0,0	0,0
0572 - TRANSPORTE METROPOLITANO	5.000,0	15.000,0	20.000,0
.DESPESAS DE CAPITAL	5.000,0	15.000,0	20.000,0
.DESPESAS CORRENTES	0,0	0,0	0,0
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	0,0	0,0	0,0
0575 - VIAS URBANAS	32.239,0	110.030,2	142.269,2
.DESPESAS DE CAPITAL	32.139,0	109.730,2	141.869,2
.DESPESAS CORRENTES	100,0	300,0	400,0
.Decorrentes de Capital	100,0	300,0	400,0
.De Duração Continuada	0,0	0,0	0,0
TOTAL GERAL	188.656,8	581.041,3	769.698,1
.DESPESAS DE CAPITAL	94.964,0	338.975,6	433.939,6
.DESPESAS CORRENTES	93.692,8	242.065,7	335.758,5
.Decorrentes de Capital	764,7	2.484,3	3.249,0
.De Duração Continuada	92.928,1	239.581,3	332.509,5

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, POR SUBPROGRAMA

SECRETARIA DE SAÚDE

SUBPROGRAMAS	DESPESAS (EM R\$ 1.000,00 de FEV/1995)		
	1996	1997 a 1999	TOTAL
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	4.811,0	15.194,2	20.005,2
.DESPESAS DE CAPITAL	1.000,0	3.310,1	4.310,1
.DESPESAS CORRENTES	3.811,0	11.884,1	15.695,1
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	3.811,0	11.884,1	15.695,1
0024 - INFORMÁTICA	1.000,0	510,1	1.510,1
.DESPESAS DE CAPITAL	1.000,0	510,1	1.510,1
.DESPESAS CORRENTES	0,0	0,0	0,0
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	0,0	0,0	0,0

0025 - EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	25.442,4	78.204,3	103.646,7
.DESPEÇAS DE CAPITAL	25.381,8	78.191,2	103.573,0
.DESPEÇAS CORRENTES	60,6	13,1	73,7
.Decorrentes de Capital	60,6	13,1	73,7
.De Duração Continuada	0,0	0,0	0,0
0427 - ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	14.631,8	43.878,5	58.510,3
.DESPEÇAS DE CAPITAL	0,0	0,0	0,0
.DESPEÇAS CORRENTES	14.631,8	43.878,5	58.510,3
.Decorrentes de Capital	82,1	149,9	232,0
.De Duração Continuada	14.549,6	43.728,6	58.278,3
0428 - ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA	715.142,5	2.276.567,3	2.991.709,8
.DESPEÇAS DE CAPITAL	28.741,2	67.096,2	95.837,4
.DESPEÇAS CORRENTES	686.401,3	2.209.471,1	2.895.872,4
.Decorrentes de Capital	701,2	61.197,6	61.898,8
.De Duração Continuada	685.700,2	2.148.273,4	2.833.973,6

DESPEÇAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, POR SUBPROGRAMA

SECRETARIA DE SAÚDE

SUBPROGRAMAS	DESPEÇAS (EM R\$ 1.000,00 de FEV/1995)		
	1996	1997 a 1999	TOTAL
0429 - CONTROLE DAS DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS	14.632,0	43.632,4	58.264,5
.DESPEÇAS DE CAPITAL	8,5	25,5	34,0
.DESPEÇAS CORRENTES	14.623,5	43.606,9	58.230,5
.Decorrentes de Capital	73,9	0,0	73,9
.De Duração Continuada	14.549,6	43.606,9	58.156,6
0430 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA	8.472,4	25.658,2	34.130,6
.DESPEÇAS DE CAPITAL	6,4	19,2	25,6
.DESPEÇAS CORRENTES	8.466,0	25.639,0	34.105,0
.Decorrentes de Capital	90,4	470,1	560,4
.De Duração Continuada	8.375,7	25.169,0	33.544,6
0431 - PRODUTOS PROFILÁTICOS E TERAPÊUTICOS	4.962,3	13.869,1	18.831,4
.DESPEÇAS-DE CAPITAL	260,0	273,0	533,0
.DESPEÇAS CORRENTES	4.702,3	13.596,1	18.298,4
.Decorrentes de Capital	1.080,5	1.627,6	2.708,2
.De Duração Continuada	3.621,7	11.968,5	15.590,2
0432 - SAÚDE MATERNO-INFANTIL	1.280,0	5.244,5	6.524,5
.DESPEÇAS DE CAPITAL	1.280,0	5.244,5	6.524,5
.DESPEÇAS CORRENTES	0,0	0,0	0,0
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	0,0	0,0	0,0
TOTAL GERAL	790.374,4	2.502.758,6	3.293.133,0
.DESPEÇAS DE CAPITAL	57.677,9	154.669,8	212.347,7
.DESPEÇAS CORRENTES	732.696,5	2.348.088,8	3.080.785,3
.Decorrentes de Capital	2.088,7	63.458,3	65.546,9
.De Duração Continuada	730.607,9	2.284.630,5	3.015.238,4

DESPEÇAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, POR SUBPROGRAMA

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

SUBPROGRAMAS	DESPEÇAS (EM R\$ 1.000,00 de FEV/1995)		
	1996	1997 a 1999	TOTAL
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	22.630,6	70.843,5	93.474,1
.DESPEÇAS DE CAPITAL	243,0	945,0	1.188,0
.DESPEÇAS CORRENTES	22.387,6	69.898,5	92.286,1
.Decorrentes de Capital	448,8	559,4	1.008,2
.De Duração Continuada	21.938,8	69.339,1	91.277,9
0024 - INFORMÁTICA	6.734,8	18.791,4	25.526,2
.DESPEÇAS DE CAPITAL	2.165,7	4.591,6	6.757,3
.DESPEÇAS CORRENTES	4.569,1	14.199,8	18.768,9
.Decorrentes de Capital	853,3	2.376,6	3.229,9
.De Duração Continuada	3.715,8	11.823,2	15.539,0
0025 - EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	29.936,3	108.349,8	138.286,2
.DESPEÇAS DE CAPITAL	27.039,4	96.211,4	123.250,8
.DESPEÇAS CORRENTES	2.896,9	12.138,4	15.035,4
.Decorrentes de Capital	591,9	4.842,9	5.434,8
.De Duração Continuada	2.305,1	7.295,5	9.600,6
0136 - SERVIÇOS ESPECIAIS DE TELECOMUNICAÇÕES	1.850,0	1.950,0	3.800,0
.DESPEÇAS DE CAPITAL	1.850,0	1.950,0	3.800,0
.DESPEÇAS CORRENTES	0,0	0,0	0,0
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	0,0	0,0	0,0

0174 - POLICIAMENTO CIVIL	188.255,6	757.076,8	945.332,4
.DESPESAS DE CAPITAL	5.209,8	12.233,7	17.443,5
.DESPESAS CORRENTES	183.045,8	744.843,1	927.888,9
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	183.045,8	744.843,1	927.888,9

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, POR SUBPROGRAMA

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

SUBPROGRAMAS	DESPESAS (EM R\$ 1.000,00 de FEV/1995)		
	1996	1997 a 1999	TOTAL
0177 - POLICIAMENTO MILITAR	197.384,7	618.492,9	815.877,6
.DESPESAS DE CAPITAL	9.620,0	32.894,0	42.514,0
.DESPESAS CORRENTES	187.764,7	585.598,9	773.363,6
.Decorrentes de Capital	45.478,5	61.884,5	107.363,0
.De Duração Continuada	142.286,2	523.714,4	666.000,6
0178 - DEFESA CONTRA SINISTROS	120.276,6	393.434,4	513.711,0
.DESPESAS DE CAPITAL	2.301,3	7.777,3	10.078,6
.DESPESAS CORRENTES	117.975,3	385.657,1	503.632,4
.Decorrentes de Capital	1.134,0	0,0	1.134,0
.De Duração Continuada	116.841,3	385.657,1	502.498,4
0428 - ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA	2.483,6	7.324,5	9.808,1
.DESPESAS DE CAPITAL	500,0	1.500,0	2.000,0
.DESPESAS CORRENTES	1.983,6	5.824,5	7.808,1
.Decorrentes de Capital	1.983,6	5.824,5	7.808,1
.De Duração Continuada	0,0	0,0	0,0
0486 - ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	575,0	337,7	912,7
.DESPESAS DE CAPITAL	575,0	337,7	912,7
.DESPESAS CORRENTES	0,0	0,0	0,0
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	0,0	0,0	0,0
0495 - PREVIDÊNCIA SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS	70.395,0	233.038,0	303.433,0
.DESPESAS DE CAPITAL	0,0	0,0	0,0
.DESPESAS CORRENTES	70.395,0	233.038,0	303.433,0
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	70.395,0	233.038,0	303.433,0

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, POR SUBPROGRAMA

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

SUBPROGRAMAS	DESPESAS (EM R\$ 1.000,00 de FEV/1995)		
	1996	1997 a 1999	TOTAL
0535 - CONTROLE E SEGURANÇA DE TRÁFEGO RODOVIÁRIO	1.256,3	4.042,0	5.298,2
.DESPESAS DE CAPITAL	813,0	2.740,4	3.553,4
.DESPESAS CORRENTES	443,3	1.301,6	1.744,8
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	443,3	1.301,6	1.744,8
0573 - CONTROLE E SEGURANÇA DE TRÁFEGO URBANO	7.017,3	21.735,3	28.752,6
.DESPESAS DE CAPITAL	744,0	5.324,1	6.068,1
.DESPESAS CORRENTES	6.273,3	16.411,2	22.684,5
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	6.273,3	16.411,2	22.684,5
TOTAL GERAL	648.795,7	2.235.416,4	2.884.212,1
.DESPESAS DE CAPITAL	51.061,2	166.505,2	217.566,4
.DESPESAS CORRENTES	597.734,5	2.068.911,2	2.666.645,7
.Decorrentes de Capital	50.490,0	75.488,0	125.978,0
.De Duração Continuada	547.244,5	1.993.423,3	2.540.667,8

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, POR SUBPROGRAMA

SECRETARIA DE TRABALHO

SUBPROGRAMAS	DESPESAS (EM R\$ 1.000,00 de FEV/1995)		
	1996	1997 a 1999	TOTAL
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	5.723,7	17.929,8	23.653,4
.DESPESAS DE CAPITAL	300,0	1.099,8	1.399,8
.DESPESAS CORRENTES	5.423,7	16.830,0	22.253,6
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	5.423,7	16.830,0	22.253,6
0470 - SEGURO DESEMPREGO	339,9	1.467,6	1.807,6
.DESPESAS DE CAPITAL	160,0	692,6	852,6

.DESPESAS CORRENTES	179,9	775,0	955,0
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	179,9	775,0	955,0
0477 - ORDENAMENTO DO EMPREGO E DO SALÁRIO	9.319,4	40.181,9	49.501,3
.DESPESAS DE CAPITAL	780,0	3.375,2	4.155,2
.DESPESAS CORRENTES	8.539,4	36.806,7	45.346,1
.Decorrentes de Capital	188,4	570,5	758,9
.De Duração Continuada	8.351,0	36.236,2	44.587,2
0479 - NORMATIZAÇÃO E FISCAL. DA PROTEÇÃO NO TRABALHO	3.821,2	12.366,0	16.187,1
.DESPESAS DE CAPITAL	3.800,0	12.286,2	16.086,2
.DESPESAS CORRENTES	21,2	79,8	100,9
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	21,2	79,8	100,9
0480 - PREVENÇÃO DO ACIDENTE DO TRABALHO	1.459,5	4.973,2	6.432,7
.DESPESAS DE CAPITAL	1.250,0	4.322,9	5.572,9
.DESPESAS CORRENTES	209,5	650,3	859,8
.Decorrentes de Capital	188,4	570,5	758,9
.De Duração Continuada	21,2	79,8	100,9
0492 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	5.000,0	15.000,0	20.000,0
.DESPESAS DE CAPITAL	2.000,0	6.000,0	8.000,0
.DESPESAS CORRENTES	3.000,0	9.000,0	12.000,0
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	3.000,0	9.000,0	12.000,0
TOTAL GERAL	25.663,7	91.918,5	117.582,1
.DESPESAS DE CAPITAL	8.290,0	27.776,7	36.066,7
.DESPESAS CORRENTES	17.373,7	64.141,7	81.515,4
.Decorrentes de Capital	376,7	1.141,0	1.517,7
.De Duração Continuada	16.997,0	63.000,7	79.997,7

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, POR SUBPROGRAMA

SECRETARIA DE TRANSPORTES

SUBPROGRAMAS	DESPESAS (EM R\$ 1.000,00 de FEV/1995)		
	1996	1997 a 1999	TOTAL
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	166.351,7	464.797,0	631.148,6
.DESPESAS DE CAPITAL	4.030,9	11.649,0	15.679,9
.DESPESAS CORRENTES	162.320,8	453.148,0	615.468,7
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	162.320,8	453.148,0	615.468,7
0023 - DIVULGAÇÃO OFICIAL	486,3	1.956,9	2.443,2
.DESPESAS DE CAPITAL	210,0	420,0	630,0
.DESPESAS CORRENTES	276,3	1.536,9	1.813,2
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	276,3	1.536,9	1.813,2
0024 - INFORMÁTICA	0,0	290,0	290,0
.DESPESAS DE CAPITAL	0,0	290,0	290,0
.DESPESAS CORRENTES	0,0	0,0	0,0
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	0,0	0,0	0,0
0025 - EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	50,0	150,0	200,0
.DESPESAS DE CAPITAL	50,0	150,0	200,0
.DESPESAS CORRENTES	0,0	0,0	0,0
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	0,0	0,0	0,0
0040 - PLANEJAMENTO E ORÇAMENTAÇÃO	200,0	400,0	600,0
.DESPESAS DE CAPITAL	200,0	400,0	600,0
.DESPESAS CORRENTES	0,0	0,0	0,0
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	0,0	0,0	0,0

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, POR SUBPROGRAMA

SECRETARIA DE TRANSPORTES

SUBPROGRAMAS	DESPESAS (EM R\$ 1.000,00 de FEV/1995)		
	1996	1997 a 1999	TOTAL
0532 - TERMINAIS RODOVIÁRIOS	4.230,0	11.509,7	15.739,7
.DESPESAS DE CAPITAL	4.103,0	11.004,0	15.107,0
.DESPESAS CORRENTES	127,0	505,7	632,7
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	127,0	505,7	632,7
0537 - CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS	2.500,0	8.275,0	10.775,0
.DESPESAS DE CAPITAL	2.500,0	8.275,0	10.775,0
.DESPESAS CORRENTES	0,0	0,0	0,0

.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	0,0	0,0	0,0
0538 - CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS	5.699,0	18.824,8	24.523,8
.DESPESAS DE CAPITAL	3.000,0	9.931,0	12.931,0
.DESPESAS CORRENTES	2.699,0	8.893,8	11.592,8
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	2.699,0	8.893,8	11.592,8
0575 - VIAS URBANAS	1.100,0	1.150,0	2.250,0
.DESPESAS DE CAPITAL	1.100,0	1.150,0	2.250,0
.DESPESAS CORRENTES	0,0	0,0	0,0
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	0,0	0,0	0,0
TOTAL GERAL	180.616,9	507.353,4	687.970,3
.DESPESAS DE CAPITAL	15.193,9	43.269,0	58.462,9
.DESPESAS CORRENTES	165.423,0	464.084,4	629.507,4
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	165.423,0	464.084,4	629.507,4

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, POR SUBPROGRAMA

SECRETARIA DE TURISMO

SUBPROGRAMAS	DESPESAS (EM R\$ 1.000,00 de FEV/1995)		
	1996	1997 a 1999	TOTAL
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	7.101,8	22.606,8	29.708,7
.DESPESAS DE CAPITAL	315,2	1.043,3	1.358,5
.DESPESAS CORRENTES	6.786,6	21.563,5	28.350,2
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	6.786,6	21.563,5	28.350,2
0363 - PROMOÇÃO DO TURISMO	2.826,2	9.298,8	12.124,9
.DESPESAS DE CAPITAL	30,0	99,3	129,3
.DESPESAS CORRENTES	2.796,2	9.199,5	11.995,6
.Decorrentes de Capital	5,3	17,1	22,4
.De Duração Continuada	2.790,9	9.182,4	11.973,3
0364 - EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS	940,1	2.904,9	3.845,1
.DESPESAS DE CAPITAL	503,0	1.486,8	1.989,8
.DESPESAS CORRENTES	437,1	1.418,1	1.855,3
.Decorrentes de Capital	405,4	1.313,3	1.718,7
.De Duração Continuada	31,8	104,9	136,6
TOTAL GERAL	10.868,1	34.810,5	45.678,7
.DESPESAS DE CAPITAL	848,2	2.629,4	3.477,6
.DESPESAS CORRENTES	10.019,9	32.181,1	42.201,1
.Decorrentes de Capital	410,7	1.330,4	1.741,0
.De Duração Continuada	9.609,3	30.850,8	40.460,1

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, POR SUBPROGRAMA

PROCURADORIA GERAL

SUBPROGRAMAS	DESPESAS (EM R\$ 1.000,00 de FEV/1995)		
	1996	1997 a 1999	TOTAL
0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	22.923,7	77.667,6	100.591,3
.DESPESAS DE CAPITAL	1.415,0	4.869,4	6.284,4
.DESPESAS CORRENTES	21.508,7	72.798,2	94.306,9
.Decorrentes de Capital	1.368,4	8.941,8	10.310,1
.De Duração Continuada	20.140,3	63.856,5	83.996,8
0024 - INFORMÁTICA	25,0	25,5	50,5
.DESPESAS DE CAPITAL	25,0	25,5	50,5
.DESPESAS CORRENTES	0,0	0,0	0,0
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	0,0	0,0	0,0
TOTAL GERAL	22.948,7	77.693,1	100.641,8
.DESPESAS DE CAPITAL	1.440,0	4.894,9	6.334,9
.DESPESAS CORRENTES	21.508,7	72.798,2	94.306,9
.Decorrentes de Capital	1.368,4	8.941,8	10.310,1
.De Duração Continuada	20.140,3	63.856,5	83.996,8

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, POR SUBPROGRAMA
ENCARGOS FINANCEIROS DO DISTRITO FEDERAL

SUBPROGRAMAS	DESPESAS (EM R\$ 1.000,00 de FEV/1995)		
	1996	1997 a 1999	TOTAL
0031 - ASSISTÊNCIA FINANCEIRA	84.000,0	365.000,0	449.000,0
.DESPESAS DE CAPITAL	24.000,0	175.000,0	199.000,0
.DESPESAS CORRENTES	60.000,0	190.000,0	250.000,0
.Decorrentes de Capital	60.000,0	190.000,0	250.000,0
.De Duração Continuada	0,0	0,0	0,0
TOTAL GERAL	84.000,0	365.000,0	449.000,0
.DESPESAS DE CAPITAL	24.000,0	175.000,0	199.000,0
.DESPESAS CORRENTES	60.000,0	190.000,0	250.000,0
.Decorrentes de Capital	60.000,0	190.000,0	250.000,0
.De Duração Continuada	0,0	0,0	0,0

6.4 - Reserva de Contingência

DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, POR SUBPROGRAMA
RESERVA DE CONTINGÊNCIA

SUBPROGRAMAS	DESPESAS (EM R\$ 1.000,00 de FEV/1995)		
	1996	1997 a 1999	TOTAL
9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.361,8	7.085,4	9.447,2
.DESPESAS DE CAPITAL	2.361,8	7.085,4	9.447,2
.DESPESAS CORRENTES	0,0	0,0	0,0
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	0,0	0,0	0,0
TOTAL GERAL	2.361,8	7.085,4	9.447,2
.DESPESAS DE CAPITAL	2.361,8	7.085,4	9.447,2
.DESPESAS CORRENTES	0,0	0,0	0,0
.Decorrentes de Capital	0,0	0,0	0,0
.De Duração Continuada	0,0	0,0	0,0

6.5 - Consolidação das Despesas à Conta dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CONSOLIDAÇÃO DAS DESPESAS À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DISCRIMINAÇÃO	DES P E S A S (E M R \$ 1.000,00 DE FEVEREIRO de 1995)								
	1996			1997 a 1999			TOTAL GERAL		
	DES P E S A S DE CAPITAL	DES P E S A S CORRENTES	TOTAL	DES P E S A S DE CAPITAL	DES P E S A S CORRENTES	TOTAL	DES P E S A S DE CAPITAL	DES P E S A S CORRENTES	TOTAL
- PODER LEGISLATIVO									
CÂMARA LEGISLATIVA	1.545,0	29.773,2	31.318,2	9.640,3	95.129,8	104.770,1	11.185,3	124.903,0	136.088,3
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL	900,0	46.329,9	47.229,9	2.979,0	140.625,0	143.604,0	3.879,0	186.954,9	190.833,9
- PODER EXECUTIVO									
GABINETE DA VICE-GOVERNADORIA	60,0	1.154,2	1.214,2	508,6	3.552,3	4.060,9	568,6	4.706,5	5.275,1
SECRETARIA DE GOVERNO	23.162,6	132.730,2	155.892,8	86.229,4	425.060,9	511.290,3	109.392,0	556.791,0	667.183,0
PROCURADORIA GERAL	1.440,0	21.508,7	22.948,7	4.894,9	72.798,2	77.693,1	6.334,9	94.306,9	100.641,8
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	7.750,5	127.653,8	135.404,3	41.300,2	410.309,0	451.609,2	49.050,7	537.962,8	587.013,5
SECRETARIA DE AGRICULTURA	6.903,8	35.072,2	41.976,0	26.448,6	113.032,8	139.481,4	33.352,4	148.105,1	181.457,5
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	50,0	2.568,4	2.618,4	34,1	8.750,5	8.784,6	84,1	11.318,9	11.403,0
SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE	5.300,0	22.375,6	27.675,6	21.646,1	67.427,2	89.073,3	26.946,1	89.802,8	116.748,9
SEC. DE DESENV. SOCIAL E AÇÃO COMUNITÁRIA	7.460,0	74.461,4	81.921,4	36.053,5	230.100,2	266.153,7	43.513,5	304.561,6	348.075,1
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	40.164,2	919.005,2	959.169,4	145.971,5	2.967.458,4	3.113.429,9	186.135,7	3.886.463,6	4.072.599,3
SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO	3.012,0	158.534,1	161.546,1	10.268,0	503.628,9	513.896,9	13.280,0	662.163,1	675.443,1
SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO	50,0	3.411,6	3.461,6	165,3	11.429,8	11.595,1	215,3	14.841,4	15.056,7
SEC. MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	13.753,1	79.037,2	92.790,3	58.573,6	246.639,8	305.213,4	72.326,7	325.676,9	398.003,6
SECRETARIA DE OBRAS	94.964,0	93.692,8	188.656,8	338.975,6	242.065,7	581.041,3	433.939,6	335.758,5	769.698,1
SECRETARIA DE SAÚDE	57.677,9	732.696,5	790.374,4	154.669,8	2.348.088,8	2.502.758,6	212.347,7	3.080.785,3	3.293.133,0
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	51.061,2	597.734,5	648.795,7	166.505,2	2.068.911,2	2.235.416,4	217.566,4	2.666.645,7	2.884.212,1
SECRETARIA DE TRABALHO	6.290,0	14.373,7	20.663,7	21.776,7	55.141,7	76.918,5	28.066,7	69.515,4	97.582,1
SECRETARIA DE TRANSPORTES	15.193,9	165.423,0	180.616,9	43.269,0	464.084,4	507.353,4	58.462,9	629.507,4	687.970,3
SECRETARIA DE TURISMO	848,2	10.019,9	10.868,1	2.629,4	32.181,1	34.810,5	3.477,6	42.201,1	45.678,7
ENCARGOS FINANCEIROS DO DISTRITO FEDERAL	24.000,0	60.000,0	84.000,0	175.000,0	190.000,0	365.000,0	199.000,0	250.000,0	449.000,0
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.361,8	0,0	2.361,8	7.085,4	0,0	7.085,4	9.447,2	0,0	9.447,2
TOTAL GERAL	363.948,2	3.327.556,0	3.691.504,2	1.354.624,2	10.696.415,7	12.051.039,9	1.718.572,4	14.023.971,8	15.742.544,2
RECURSOS DO TESOURO	329.750,2	3.088.825,0	3.418.575,2	1.241.424,5	9.906.186,3	11.147.610,8	1.571.174,7	12.995.011,3	14.566.186,1
RECURSOS DE OUTRAS FONTES	34.198,0	238.731,0	272.929,0	113.199,7	790.229,5	903.429,1	147.397,7	1.028.960,5	1.176.358,1

7 - Despesas à Conta do Orçamento de Investimento das Empresas Estatais

7.1 - Quadro Consolidado por Empresa

**DESPESAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS
QUADRO CONSOLIDADO POR EMPRESA**

EMPRESAS	DESPESAS (Em R\$ 1.000,00 DE JAN/95)		
	1996	1997 a 99	TOTAL
• Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S/A	705,0	2.568,0	3.273,0
• Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural	704,0	2.948,0	3.652,0
• Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A	1.899,0	2.977,0	4.876,0
• Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central	4.679,0	15.874,0	20.553,0
• Banco de Brasília S/A	7.000,0	27.230,0	34.230,0
• Companhia Energética de Brasília	17.842,0	44.526,0	62.368,0
• Companhia Imobiliária de Brasília	29.010,0	87.030,0	116.040,0
• Companhia de Água e Esgoto de Brasília	26.848,0	91.362,0	118.210,0
• Companhia Urbanizadora da Nova Capital	39.488,0	125.714,0	165.202,0
• Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília	2.400,0	7.944,0	10.344,0
TOTAL GERAL	130.575,0	408.173,0	538.748,0

7.2 - Por Subprograma e Principais Projetos Regionalizados

SECRETARIA DE AGRICULTURA

**DESPESAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS POR
SUBPROGRAMA E PRINCIPAIS PROJETOS REGIONALIZADOS**

EMPRESA - SUBPROGRAMA - OBJETIVO - PROJETO	INVESTIMENTOS (R\$ 1.000,00 - JAN/95)			REGIONALIZAÇÃO
	1996	1997 a 99	TOTAL	
CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL 021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	705,4	2.568,5	3.273,8	Distrito Federal e Entorno.
<ul style="list-style-type: none"> • Objetivo - Aumentar a capacidade de atendimento e melhorar o Sistema de Abastecimento e Distribuição de Produtos. • Projetos - Construção de 05 pavilhões com 3000 m² cada; - Reforma e melhoria das unidades operacionais; - Operacionalização do entreposto atacadista de hortigrangeiros da Ceilândia. 				
0024 - INFORMÁTICA	70,6	257,0	327,6	Distrito Federal e Entorno.
<ul style="list-style-type: none"> • Objetivo - Modernizar e estruturar operacionalmente a CEASA/DF. • Projeto - Operacionalização do Sistema de Informática. 				

SECRETARIA DE AGRICULTURA

DESPESAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS POR
SUBPROGRAMA E PRINCIPAIS PROJETOS REGIONALIZADOS

EMPRESA - SUBPROGRAMA - OBJETIVO - PROJETO	INVESTIMENTOS (R\$ 1.000,00 - JAN/95)			REGIONALIZAÇÃO
	1996	1997 a 99	TOTAL	
SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA S/A 024 - INFORMÁTICA	410,0	360,0	770,0	Distrito Federal. Zonas Rural e Urbana
<ul style="list-style-type: none"> • Objetivo - Dotar a empresa de instrumental que permita maior velocidade e qualidade no processo de tomada de decisão e comercialização. • Projeto - Ampliação do plano de Informatização. 				
353 - COMERCIALIZAÇÃO	1.489,0	2.617,0	4.106,0	Distrito Federal. Zonas Rural e Urbana RA III, V, VII, XIII, XIV XV, XVIII e XIX. Distrito Federal.
<ul style="list-style-type: none"> • Objetivo - Promover a oferta de alimentos a preços acessíveis e propiciar ao produtor rural condições de comercializar adequadamente sua produção. • Projetos - Adequação e renovação da frota, com aquisição de caminhões e mercados volantes; - Instalação de unidades de venda; - Compra antecipada de hortigrangeiros nas regiões rurais produtoras. 				

SECRETARIA DE AGRICULTURA

DESPESAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS POR
SUBPROGRAMA E PRINCIPAIS PROJETOS REGIONALIZADOS

EMPRESA - SUBPROGRAMA - OBJETIVO - PROJETO	INVESTIMENTOS (R\$ 1.000,00 - JAN/95)			REGIONALIZAÇÃO
	1996	1997 a 99	TOTAL	
EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL 0111 - EXTENSÃO RURAL	704,0	2.933,5	3.637,5	Distrito Federal e Entorno.
<ul style="list-style-type: none"> • Objetivo - Aumentar a produção e a produtividade agropecuárias e melhorar as condições de vida do meio rural. • Projeto - Desenvolvimento de programas de Assistência Técnica e Extensão Rural. 				

SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

DESPESAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS POR
SUBPROGRAMA E PRINCIPAIS PROJETOS REGIONALIZADOS

EMPRESA - SUBPROGRAMA - OBJETIVO - PROJETO	INVESTIMENTOS (R\$ 1.000,00 - JAN/95)			REGIONALIZAÇÃO
	1996	1997 a 99	TOTAL	
COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL 024 - SERVIÇOS DE INFORMÁTICA	1.330	4.402	5.732	Distrito Federal e Entorno.
<ul style="list-style-type: none"> • Objetivo - Desenvolver, operacionalizar e manter os Sistemas de Processamento de Dados, de interesse do Governo do Distrito Federal modernizando tecnologicamente os equipamentos de informática e aumentando e melhorando a capacidade e confiabilidade dos serviços prestados. 				

<p>044 - INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E ESTATÍSTICAS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Objetivo - Estruturar, sistematizar, implementar e atualizar bases de dados físico-territoriais e sócio-econômicos, de forma integrada, para atender as demandas do planejamento e da gestão governamental. • Projetos - Produzir informações visando: atualização da base de dados, gerenciamento de Bacias Hidrográficas, desenvolvimento das Regiões Administrativas, zoneamento ecológico-econômico, monitoramento de áreas protegidas, atualização da base cartográfica, cadastro técnico das áreas rurais, monitoramento dos recursos naturais e Sistema de Informações Territoriais e Urbanas (SITURB). 	1.773	6.257	8.030	Distrito Federal e Entorno.
--	-------	-------	-------	-----------------------------

SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

DESPESAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS POR SUBPROGRAMA E PRINCIPAIS PROJETOS REGIONALIZADOS

EMPRESA - SUBPROGRAMA - OBJETIVO - PROJETO	INVESTIMENTOS (R\$ 1.000,00 - JAN/95)			REGIONALIZAÇÃO
	1996	1997 a 99	TOTAL	
<p>045 - ESTUDOS E PESQUISAS ECONÔMICO-SOCIAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Objetivo - Conceder apoio técnico na promoção do desenvolvimento do Distrito Federal e Região Geo-econômica, bem como planejamento, coordenação e desenvolvimento da informática no âmbito do DF. • Projetos - Realizar os seguintes estudos e pesquisas: emprego e desemprego na grande Brasília, revista indicadores conjunturais, estrutura e ponderação do índice do custo de vida, contas regionais do DF - PIB interno, programa de demografia da região centro-oeste, planos diretores dos municípios do entorno, população dos novos núcleos urbanos, intercenso 1996, pesquisa da morbi-mortalidade na região de influência do DF, etc.. 	1.576	5.215	6.791	Distrito Federal e Entorno.

SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

DESPESAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS POR SUBPROGRAMA E PRINCIPAIS PROJETOS REGIONALIZADOS

EMPRESA - SUBPROGRAMA - OBJETIVO - PROJETO	INVESTIMENTOS (R\$ 1.000,00 - JAN/95)			REGIONALIZAÇÃO
	1996	1997 a 99	TOTAL	
<p>BANCO DE BRASÍLIA S.A. 0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL</p> <ul style="list-style-type: none"> • Objetivo - Ampliar a rede de pontos de atendimento e modernizar as instalações já existentes. • Projeto - Construção e modernização de instalações. 	2.000,0	7.280,0	9.280,0	Distrito Federal, Entorno e outros Estados.
<p>0024 - INFORMÁTICA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Objetivo - Ampliar o atendimento informatizado aos clientes do Banco. • Projeto - Aquisição de equipamentos de informática. 	5.000,0	19.950,0	24.950,0	Distrito Federal, Entorno e outros Estados.

SECRETARIA DE OBRAS

DESPESAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS POR
SUBPROGRAMA E PRINCIPAIS PROJETOS REGIONALIZADOS

EMPRESA - SUBPROGRAMA - OBJETIVO - PROJETO	INVESTIMENTOS (R\$ 1.000,00 - JAN/95)			REGIONALIZAÇÃO
	1996	1997 a 99	TOTAL	
COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA 0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.136,0	2.897,0	5.033,0	Distrito Federal Distrito Federal Distrito Federal
<ul style="list-style-type: none"> • Objetivo - Melhoria das condições de trabalho, de gestão empresarial e do gerenciamento do Sistema Elétrico. • Projetos - Desenvolvimento de Sistemas Corporativos; - Conversão dos sistemas para rede de micro; - Consolidação de infra-estrutura de informática. 				
0263 - GERAÇÃO DE ENERGIA	642,0	4.513,0	5.155,0	RA I Distrito Federal
<ul style="list-style-type: none"> • Objetivo - Manutenção da Usina Hidroelétrica do Paranoá e da Usina Térmica. • Projetos - Instalação de grupo Diesel na Usina do Paranoá; - Estudos, pesquisas e construções para geração e transmissão de energia alternativa. 				

SECRETARIA DE OBRAS

DESPESAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS POR
SUBPROGRAMA E PRINCIPAIS PROJETOS REGIONALIZADOS

EMPRESA - SUBPROGRAMA - OBJETIVO - PROJETO	INVESTIMENTOS (R\$ 1.000,00 - JAN/95)			REGIONALIZAÇÃO
	1996	1997 a 99	TOTAL	
0267 - TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	3.938,0	13.779,0	17.717,0	RA III, IV, IX, XII, XIII e XV Distrito Federal RA I, III, IV, IX, X, XII
<ul style="list-style-type: none"> • Objetivo - Fornecer energia elétrica em quantidade suficiente e qualidade adequada. • Projetos - Melhoria e ampliação de subestações; - Aquisição de subestação móvel; - Construção e recapitação das linhas de transmissão. 				
0268 - DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	10.586,0	21.717,0	32.303,0	Distrito Federal RA I Distrito Federal
<ul style="list-style-type: none"> • Objetivo - Fornecer energia elétrica em quantidade suficiente e qualidade adequada. • Projetos - Construção e melhoria de redes de distribuição de energia elétrica para atender novas áreas; - Construção de rede de distribuição subterrânea de energia elétrica; - Melhoria em processos e condições de trabalho. 				

SECRETARIA DE OBRAS

DESPESAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS POR
SUBPROGRAMA E PRINCIPAIS PROJETOS REGIONALIZADOS

EMPRESA - SUBPROGRAMA - OBJETIVO - PROJETO	INVESTIMENTOS (R\$ 1.000,00 - JAN/95)			REGIONALIZAÇÃO
	1996	1997 a 99	TOTAL	

0269 - ELETRIFICAÇÃO RURAL	540,0	1.620,0	2.160,0	Distrito Federal
<ul style="list-style-type: none"> • Objetivo - Promover o desenvolvimento das atividades agropecuárias no meio rural do Distrito Federal. • Projeto - Construção de rede de distribuição rural. 				

SECRETARIA DE OBRAS

DESPESAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS POR SUBPROGRAMA E PRINCIPAIS PROJETOS REGIONALIZADOS

EMPRESA - SUBPROGRAMA - OBJETIVO - PROJETO	INVESTIMENTOS (R\$ 1.000,00 - JAN/95)			REGIONALIZAÇÃO
	1996	1997 a 99	TOTAL	
COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA 0316 - HABITAÇÕES URBANAS <ul style="list-style-type: none"> • Objetivo - Atender a demanda por habitações da classe média, através de parceria com a iniciativa privada. • Projeto - Produzir moradias beneficiando aproximadamente 15.000 pessoas 	17.010,0	51.030,0	68.040,0	RAs II, III, IX, XII e XVII
0323 - PLANEJAMENTO URBANO <ul style="list-style-type: none"> • Objetivo - Obras e serviços de urbanização e criação de novas áreas, através de convênios e contratos aumentando a oferta de lotes e imóveis visando a redução do déficit habitacional • Projetos - Executar obras e serviços de infra-estrutura nos locais carentes, através de convênios com CAESB, CEB e NOVACAP; - Executar EPIA/RIMA, projetos urbanísticos, planimétricos, drenagem, parcelamento, em áreas de expansão urbana, através de contratos com empresas especializadas. 	12.000,0	36.000,0	48.000,0	Distrito Federal

- Da totalidade dos recursos estimados, R\$ 17.010,00 são provenientes de operações de crédito a serem negociados futuramente.

SECRETARIA DE OBRAS

DESPESAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS POR SUBPROGRAMA E PRINCIPAIS PROJETOS REGIONALIZADOS

EMPRESA - SUBPROGRAMA - OBJETIVO - PROJETO	INVESTIMENTOS (R\$ 1.000,00 - JAN/95)			REGIONALIZAÇÃO
	1996	1997 a 99	TOTAL	
0353 - COMERCIALIZAÇÃO <ul style="list-style-type: none"> • Objetivo - Desapropriar áreas consideradas de interesse público para o Governo do Distrito Federal, bem como executar obras de conservação em próprios para melhorar o atendimento a clientela. • Projetos - Reequipar a Companhia, adquirindo equipamentos; - Indenizar benfeitorias desapropriadas. 	4.000,0	8.000,0	12.000,0	Distrito Federal
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DE BRASÍLIA (1) 0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL <ul style="list-style-type: none"> • Objetivo - Recuperar, ampliar e manter unidades operacionais e administrativas visando melhoria no atendimento. 	1.540,0	4.453,0	5.993,0	

- **Projetos**
 - Ampliação e melhorias de unidades operacionais;
 - Construção de escritórios regionais;
 - Construção de postos de serviço.

Distrito Federal
RA III, VII, X, XII e XV
RA IV, V, XII e XIII

(1) Na totalidade dos recursos estimados, estão incluídos, apenas, os investimentos a serem financiados por recursos decorrentes de geração própria e a operações de crédito internas; não estão incluídos, portanto, os investimentos a serem financiados, por operações de crédito externas, bem como as contrapartidas do Governo do Distrito Federal, alocados na orçamentação da Secretaria de Obras.

SECRETARIA DE OBRAS

DESPESAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS POR SUBPROGRAMA E PRINCIPAIS PROJETOS REGIONALIZADOS

EMPRESA - SUBPROGRAMA - OBJETIVO - PROJETO	INVESTIMENTOS (R\$ 1.000,00 - JAN/95)			REGIONALIZAÇÃO
	1996	1997 a 99	TOTAL	
0447 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA <ul style="list-style-type: none"> • Objetivo <ul style="list-style-type: none"> - Realizar estudos técnicos e obras referentes à implantação, ampliação, melhorias e manutenção dos sistemas de abastecimento de água. • Projetos <ul style="list-style-type: none"> - Implantação e melhorias de Sistemas Produtores, Estações de Tratamento e Reservatórios; - Implantação e remanejamento de redes; 	18.274,0	56.792,0	75.066,0	Distrito Federal Distrito Federal
0449 - SISTEMAS DE ESGOTOS <ul style="list-style-type: none"> • Objetivo <ul style="list-style-type: none"> - Realizar estudos técnicos e obras referentes à implantação, ampliação, melhorias e manutenção dos sistemas de esgotos sanitários. • Projetos <ul style="list-style-type: none"> - Implantação e remanejamento de redes; - Implantação e melhorias de estações elevatórias e estações de tratamento de esgoto. 	1.655,0	1.238,0	2.893,0	Distrito Federal Distrito Federal

SECRETARIA DE OBRAS

DESPESAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS POR SUBPROGRAMA E PRINCIPAIS PROJETOS REGIONALIZADOS

EMPRESA - SUBPROGRAMA - OBJETIVO - PROJETO	INVESTIMENTOS (R\$ 1.000,00 - JAN/95)			REGIONALIZAÇÃO
	1996	1997 a 99	TOTAL	
0448 - SANEAMENTO GERAL <ul style="list-style-type: none"> • Objetivo <ul style="list-style-type: none"> - Realizar estudos de concepção, projetos, estudos de impacto ambiental e reavaliação do Plano Diretor de Água e Esgoto. • Projetos <ul style="list-style-type: none"> - Reavaliação do Plano Diretor de Água e Esgoto e Controle da Poluição Hídrica e elaboração de Estudos de Impacto Ambiental EIA/RIMA para novos sistemas de abastecimento de água e esgotos sanitários; - Programa de Educação Sanitária; - Expansão e remanejamento de redes de água e esgotamento sanitário - Manutenção industrial para os sistemas e implantações nas localidades rurais. 	5.379,0	28.879,0	34.258,0	Distrito Federal Distrito Federal Distrito Federal
COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL 0021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL <ul style="list-style-type: none"> • Objetivo <ul style="list-style-type: none"> - Manter as atividades da NOVACAP para execução, manutenção e conservação das obras civis e serviços de urbanização. 	39.488,0	125.714,0	165.202,0	

<ul style="list-style-type: none"> • Projeto - Execução e manutenção de vias urbanas; - Conservação de áreas urbanizadas; - Execução de edificações públicas. 				Distrito Federal Distrito Federal Distrito Federal
---	--	--	--	--

SECRETARIA DE TRANSPORTES

DESPESAS À CONTA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS POR SUBPROGRAMA E PRINCIPAIS PROJETOS REGIONALIZADOS

EMPRESA - SUBPROGRAMA - OBJETIVO - PROJETO	INVESTIMENTOS (R\$ 1.000,00 - JAN/95)			REGIONALIZAÇÃO
	1996	1997 a 99	TOTAL	
SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA LTDA 0571 - SERVIÇOS DE TRANSPORTES URBANOS <ul style="list-style-type: none"> • Objetivo - Adequar os serviços de Transporte de passageiros a condições ideais de conforto e segurança. • Projetos - Aquisição de ônibus e veículos auxiliares; - Aquisição de imóveis, máquinas e equipamentos para as atividades operacionais e administrativas. 	2.400,0	7.944,0	10.344,0	RA I, V, VI, VII e XIV RA I, V, VI, VII e XIV

ATOS DO PODER EXECUTIVO

Decreto de 20 de junho de 1995.

O Governador do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo único, do art. 1º, do Decreto nº 11.459, de 27 de fevereiro de 1989, e o disposto no artigo 100, inciso XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal,

R E S O L V E :

Designar FLÁVIO SERGIO DE OLIVEIRA VILAR, matrícula nº 44.233-X, Chefe de Gabinete da Secretaria de Desenvolvimento Social e Ação Comunitária, para substituir, eventualmente, JOSÉ MESSIAS DE SOUZA, Secretário de Desenvolvimento Social e Ação Comunitária, nos seus afastamentos.

Decreto de 20 de junho de 1995.

O Governador do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo único, do art. 1º, do Decreto nº 11.459, de 27 de fevereiro de 1989, e o disposto no artigo 100, inciso XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal,

R E S O L V E :

Designar FLÁVIO SERGIO DE OLIVEIRA VILAR, matrícula nº 44.233-X, Chefe de Gabinete da Secretaria de Desenvolvimento Social e Ação Comunitária, para substituir, eventualmente, JOSÉ MESSIAS DE SOUZA, Secretário de Desenvolvimento Social e Ação Comunitária, nos seus afastamentos.

CRISTOVAM BUARQUE

Decreto de 20 de junho de 1995.

O Governador do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 100, Inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal,

R E S O L V E :

Designar PAULO BRASILEIRO DO VALLE FILHO, matrícula nº 00442666, Chefe de Gabinete da Secretaria de Educação, para substituir eventualmente o Secretário de Educação nos seus afastamentos e impedimentos.

CRISTOVAM BUARQUE